

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	21
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	22
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	174
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	180
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	182
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	183

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	704.200.000
Preferenciais	0
Total	704.200.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	18.670.845
Preferenciais	0
Total	18.670.845

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	7.505.740	6.975.752	4.262.387
1.01	Ativo Circulante	3.701.556	5.060.824	3.454.856
1.01.01	Disponibilidades	62.469	507.935	283.701
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.070.965	1.690.762	1.773.878
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	1.070.965	1.690.762	1.773.878
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.811.357	1.846.838	1.104.673
1.01.03.01	Carteira própria	1.642.706	1.009.930	439.012
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	4.897	330.021	301.936
1.01.03.03	Vinculados à prestação de garantia	99.343	354.566	279.063
1.01.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	64.411	152.321	84.662
1.01.04	Relações Interfinanceiras	62.753	17.083	14.977
1.01.04.01	Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	52.580	9.877	10.015
1.01.04.02	Correspondentes no País	7	3	66
1.01.04.03	Serviços de compensação de cheques e outros papéis	10.166	7.203	4.896
1.01.06	Operações de Crédito	510.010	535.222	64.448
1.01.06.01	Empréstimos e títulos descontados	514.827	536.533	68.821
1.01.06.02	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-4.817	-1.311	-4.373
1.01.08	Outros Créditos	117.038	384.868	140.421
1.01.08.01	Carteira de câmbio	1.777	83.751	0
1.01.08.02	Rendas a receber	36	69	0
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	6.394	208.219	101.651
1.01.08.04	Diversos	109.200	93.314	38.885
1.01.08.05	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-369	-485	-115
1.01.09	Outros Valores e Bens	66.964	78.116	72.758
1.01.09.01	Bens não de uso próprio	34.620	57.694	60.740
1.01.09.02	Despesas antecipadas	32.326	20.412	12.008
1.01.09.03	Investimentos temporários	10	10	10
1.01.09.04	Relações Interdependências: Transferências internas de recursos	8	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.878.275	1.244.606	644.659
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.687.822	640.126	435.590
1.02.02.01	Carteira própria	611.720	553.097	123.621
1.02.02.02	Vinculados à prestação de garantia	557.958	81.794	309.380
1.02.02.03	Vinculados a compromissos de recompra	322.919	3.143	0
1.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	195.225	2.092	2.589
1.02.05	Operações de Crédito	941.009	425.398	31.270
1.02.05.01	Empréstimos e títulos descontados	681.709	434.934	32.447
1.02.05.02	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-19.250	-9.536	-1.177
1.02.05.03	Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários	278.550	0	0
1.02.07	Outros Créditos	244.257	175.518	176.234
1.02.07.01	Outros créditos – diversos	210.062	139.744	142.867
1.02.07.02	Aplicações restritas	34.195	35.774	33.367
1.02.08	Outros Valores e Bens	5.187	3.564	1.565
1.02.08.01	Despesas antecipadas	5.187	3.564	1.565
1.03	Ativo Permanente	925.909	670.322	162.872
1.03.01	Investimentos	766.320	577.902	112.437
1.03.01.04	Outros Investimentos	766.320	577.902	112.437
1.03.01.04.01	Em controladas	764.886	577.658	112.193
1.03.01.04.02	Demais investimentos	1.434	244	244
1.03.02	Imobilizado de Uso	26.287	27.108	15.130
1.03.04	Intangível	133.302	65.312	35.305

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	7.505.740	6.975.752	4.262.387
2.01	Passivo Circulante	3.998.227	4.354.689	3.438.876
2.01.01	Depósitos	2.207.393	2.403.624	1.932.077
2.01.01.01	Depósitos à vista	417.059	389.469	803.481
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	1.146	51.243	37.700
2.01.01.03	Depósitos a prazo	1.789.188	1.962.912	1.090.896
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.059.818	1.579.556	1.412.003
2.01.02.01	Carteira própria	652.513	727.600	301.688
2.01.02.02	Carteira terceiros	330.480	800.210	1.070.953
2.01.02.03	Carteira livre movimentação	76.825	51.746	39.362
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	195.260	68.628	0
2.01.03.01	Letras de crédito imobiliário – LCI	195.260	68.628	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	80.836	76.476	21.674
2.01.04.01	Serviços de compensação de cheques e outros papéis	55.296	54.002	6.097
2.01.04.02	Instrumentos financeiros derivativos	25.540	22.474	15.577
2.01.05	Relações Interdependências	6.566	3.105	5.797
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	6.566	3.105	5.797
2.01.09	Outras Obrigações	448.354	223.300	67.325
2.01.09.01	Cobrança e arrecadação de tributos	552	266	84
2.01.09.02	Carteira de câmbio	1.754	146.895	0
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	20.802	14.532	5.905
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	12.131	11.373	12.071
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	284.443	88	918
2.01.09.06	Diversas	127.866	49.668	45.649
2.01.09.07	Provisão para garantias prestadas	806	478	2.698
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.254.595	1.360.498	256.233
2.02.01	Depósitos	1.452.932	1.203.346	214.602
2.02.01.01	Depósitos a prazo	1.452.932	1.202.344	214.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.02	Depósitos interfinanceiros	0	1.002	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	515.320	23.837	0
2.02.03.01	Letras de crédito imobiliário – LCI	65.757	23.837	0
2.02.03.02	Letras Financeiras – LF	449.563	0	0
2.02.04	Relações Interfinanceiras	122.889	11.282	1.073
2.02.04.01	Instrumentos financeiros derivativos	122.889	11.282	1.073
2.02.09	Outras Obrigações	163.454	122.033	40.558
2.02.09.01	Fiscais e previdenciárias	108.340	53.286	12.414
2.02.09.02	Diversas	7.576	15.050	7.886
2.02.09.03	Provisão para contingências	42.937	44.008	17.182
2.02.09.04	Provisão para programa de pagamento baseado em ações	4.601	9.689	3.076
2.05	Patrimônio Líquido	1.252.918	1.260.565	567.278
2.05.01	Capital Social Realizado	1.074.966	1.074.966	291.908
2.05.02	Reservas de Capital	293.995	344.164	267.638
2.05.02.01	Reservas	293.995	344.164	267.638
2.05.04	Reservas de Lucro	-116.043	-158.565	7.732
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-116.043	-158.565	7.732
2.05.04.07.01	Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	-24.524	-24.112	14.081
2.05.04.07.02	Ações em tesouraria	-91.519	-134.453	-6.349

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	970.579	579.927	201.393
3.01.01	Operações de crédito	305.375	48.217	6.803
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	479.431	272.424	74.436
3.01.03	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	203.042	210.868	89.156
3.01.04	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	1.000	6
3.01.05	Resultado de operações de câmbio	-17.269	47.418	30.992
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-721.688	-177.220	-81.969
3.02.01	Captação no mercado	-592.242	-167.397	-77.836
3.02.02	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-680	-89	-58
3.02.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-32.004	-9.733	-4.075
3.02.04	Operações de empréstimos e repasses	-96.762	-1	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	248.891	402.707	119.424
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-217.016	-164.437	-73.996
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	107.267	64.427	41.879
3.04.02	Despesas de Pessoal	-51.095	-36.557	-37.790
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-164.790	-114.473	-74.539
3.04.04	Despesas Tributárias	-32.539	-24.545	-13.786
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	4.359	3.580	13.031
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-52.124	-80.702	-23.562
3.04.06.01	Provisão para contingências	-7.995	-28.930	-16.383
3.04.06.02	Provisão para programa de pagamento baseado em ações	1.756	-6.795	-2.092
3.04.06.03	Outras despesas operacionais	-33.615	-44.451	-4.736
3.04.06.04	Provisão para perda com bens não de uso	-12.270	-526	-351
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-28.094	23.833	20.771
3.05	Resultado Operacional	31.875	238.270	45.428
3.06	Resultado Não Operacional	131	-406	1.787
3.06.01	Receitas	131	-406	1.787
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	32.006	237.864	47.215

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	13.930	-64.840	-24.732
3.08.01	Provisão para imposto de renda	-1.748	-2.185	-6.108
3.08.02	Provisão para contribuição social	-3.529	-4.312	-6.377
3.09	IR Diferido	19.207	-58.343	-12.247
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-17.448	-16.402	-6.081
3.10.01	Participações	-17.448	-16.402	-6.081
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	28.488	156.622	16.402
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,04156	0,22814	0,02885

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	28.488	156.622	16.402
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-412	-38.193	-7.988
4.02.01	Ajuste ao valor de mercadoTVM - Próprios: Transferências para o resultado do período	-179	-46.068	-1.455
4.02.02	Ajuste ao valor de mercadoTVM - Próprios: Movimentação do período/semestre	-2.671	-23.890	-13.069
4.02.03	Ajuste ao valor de mercadoTVM - Próprios: Efeito fiscal sobre a variação	1.283	31.481	6.536
4.02.04	Ajuste ao valor de mercado TVM - de controladas	1.155	284	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.076	118.429	8.414

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-163.088	249.187	1.026.064
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	205.341	245.157	17.055
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-368.429	4.030	1.009.009
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-800.305	-711.372	243.277
6.02.01	(Aumento)/redução em títulos valores mobiliários carteira disponível para venda	-472.159	-142.775	289.001
6.02.02	(Aquisição ou aumento)/alienação em investimentos	0	0	-1.830
6.02.03	(Aquisição ou aumento)/alienação de imobilizado	-7.290	-17.909	-638
6.02.04	(Aquisição ou aumento)/alienação de intangível	-79.288	-35.820	-15.389
6.02.05	Aumento de Capital em sociedade controlada	-87.551	-68.103	0
6.02.06	Aquisição de sociedades controladas	4.166	-23.045	0
6.02.07	Aumento de capital em sociedades controladas	-162.253	-421.200	-25.000
6.02.08	Alienação de bens não de uso	4.070	-2.520	2.453
6.02.09	Caixa vertido em evento de cisão	0	0	-5.320
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-58.491	571.493	248.425
6.03.01	Aumento/(redução) de aceites e emissões de títulos	0	0	-13.177
6.03.02	Dividendos pagos	-58.491	-46.530	0
6.03.03	Aumento de capital	0	783.058	258.000
6.03.04	Custos de transação – aumento de capital	0	-30.582	0
6.03.05	Redução em obrigações por empréstimos e repasses	0	0	2
6.03.06	Recompra de ações	0	-134.453	0
6.03.07	Alienação de ações em tesouraria	0	0	3.600
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-43.379	31.810	37.358
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.065.263	141.118	1.555.124
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.198.697	2.057.579	502.455
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.133.434	2.198.697	2.057.579

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.074.966	210.487	0	-776	0	-24.112	1.260.565
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.074.966	210.487	0	-776	0	-24.112	1.260.565
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	28.488	0	28.488
5.05	Destinações	0	0	0	-45.478	-21.522	0	-67.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-45.478	-21.522	0	-67.000
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	6.966	-6.966	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-412	-412
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-412	-412
5.10	Ações em Tesouraria	0	-9.825	0	42.934	0	0	33.109
5.12	Outros	0	0	0	-1.832	0	0	-1.832
5.12.01	Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	0	0	0	-1.832	0	0	-1.832
5.13	Saldo Final	1.074.966	200.662	0	1.814	0	-24.524	1.252.918

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	291.908	241.069	0	20.220	0	14.081	567.278
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	291.908	241.069	0	20.220	0	14.081	567.278
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	156.622	0	156.622
5.05	Destinações	0	0	0	2.303	-48.999	0	-46.696
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-4.000	0	0	-4.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-48.999	0	-48.999
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	6.303	0	0	6.303
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	107.623	-107.623	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-38.193	-38.193
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-38.193	-38.193
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	783.058	-30.582	0	0	0	0	752.476
5.12	Outros	0	0	0	-130.922	0	0	-130.922
5.12.01	Recompra de ações	0	0	0	-134.453	0	0	-134.453
5.12.02	Outros	0	0	0	3.531	0	0	3.531
5.13	Saldo Final	1.074.966	210.487	0	-776	0	-24.112	1.260.565

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	345.668	0	0	-3.893	0	22.069	363.844
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	345.668	0	0	-3.893	0	22.069	363.844
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	16.402	0	16.402
5.05	Destinações	0	0	0	20.513	-20.513	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	20.513	-20.513	0	0
5.05.03.01	Constituição de reservas de lucro	0	0	0	20.513	-20.513	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	4.111	-7.988	-3.877
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-7.988	-7.988
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	4.111	0	4.111
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-53.760	241.069	0	0	0	0	187.309
5.08.01	Aumento de capital	16.931	241.069	0	0	0	0	258.000
5.08.02	Redução de capital	-70.691	0	0	0	0	0	-70.691
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	3.600	0	0	3.600
5.13	Saldo Final	291.908	241.069	0	20.220	0	14.081	567.278

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.030.408	557.619	230.803
7.01.01	Intermediação Financeira	988.191	581.927	201.391
7.01.02	Prestação de Serviços	107.267	64.427	41.879
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-32.004	-9.733	-4.075
7.01.04	Outras	-33.046	-79.002	-8.392
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-709.612	-167.487	-77.894
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-127.537	-91.375	-60.039
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-615	-440	-535
7.03.02	Serviços de Terceiros	-107.052	-84.505	-54.798
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-12.270	-526	-351
7.03.04	Outros	-7.600	-5.904	-4.355
7.04	Valor Adicionado Bruto	193.259	298.757	92.870
7.05	Retenções	-43.036	-19.359	-11.771
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.036	-19.359	-11.771
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.223	279.398	81.099
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-28.094	23.833	20.771
7.07.02	Outros	-28.094	23.833	20.771
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	122.129	303.231	101.870
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	122.129	303.231	101.870
7.09.01	Pessoal	61.334	47.457	38.160
7.09.01.01	Remuneração Direta	52.418	40.394	30.453
7.09.01.02	Benefícios	5.552	4.616	5.555
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.979	1.937	2.040
7.09.01.04	Outros	1.385	510	112
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.819	94.887	44.227
7.09.02.01	Federais	20.620	91.780	42.238
7.09.02.03	Municipais	5.199	3.107	1.989
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.488	4.265	3.081

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.03.01	Aluguéis	6.488	4.265	3.081
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.488	156.622	16.402
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	21.522	14.999	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.966	141.623	16.402

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	7.673.331,33	6.942.867	4.405.751
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.297.718	2.186.546	2.057.592
1.02	Ativos Financeiros	5.052.708	3.834.808	1.768.530
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	2.163.133	1.476.866	422.969
1.02.01.03	Títulos e valores Mobiliários	1.973.479	1.295.241	335.712
1.02.01.04	Derivativos	189.654	181.625	87.257
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.181.165	862.593	892.544
1.02.02.01	Títulos e valores Mobiliários	1.181.165	862.593	892.544
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	1.708.410	1.495.349	453.017
1.02.03.01	Títulos e valores Mobiliários	180.370	53.181	0
1.02.03.02	Outros Ativos Financeiros	230.322	396.376	318.224
1.02.03.03	Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	62.760	17.083	14.978
1.02.03.04	Operações de crédito	1.251.860	1.032.917	127.821
1.02.03.05	(-) Provisão para Perda Esperada	-16.902	-4.208	-8.006
1.03	Tributos Diferidos	237.295	144.711	112.161
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	188.313	94.590	75.235
1.03.02	Imposto de renda recuperável	48.982	50.121	36.926
1.04	Outros Ativos	505.377	459.241	350.053
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	253.824	278.331	332.828
1.04.03	Outros	251.553	180.910	17.225
1.05	Investimentos	34.026	1.036	2.117
1.05.01	Participações em Coligadas	34.026	1.036	2.117
1.06	Imobilizado	68.353,33	48.897	33.879
1.06.01	Imobilizado de Uso	45.011,33	38.335	21.755
1.06.02	Direito de Uso em Arrendamento	23.342	10.562	12.124
1.07	Intangível	477.854	267.628	81.419
1.07.02	Goodwill	477.854	267.628	81.419

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	7.673.331	6.942.867	4.405.751
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	430.778	180.652	16.650
2.01.01	Derivativos	430.778	180.652	16.650
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	5.614.636	5.273.186	3.728.786
2.03.01	Depósitos	3.620.410	3.352.291	2.092.060
2.03.02	Captações no mercado aberto	1.698.496	1.679.745	1.412.003
2.03.03	Outros Passivos Financeiros	294.260	239.495	224.723
2.03.05	Obrigações por empréstimos	1.470	1.655	0
2.04	Provisões	5.016	2.676	1.460
2.04.01	Provisões e Passivos Contingentes	5.016	2.676	1.460
2.05	Passivos Fiscais	138.701	82.744	24.326
2.05.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	27.047	27.189	23.620
2.05.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	110.917	55.272	617
2.05.03	Outras Obrigações Fiscais	737	283	89
2.06	Outros Passivos	147.549	78.203	36.437
2.07	Passivos sobre Ativos Não Correntes a Venda e Descontinuados	48.432	51.794	11.839
2.07.01	Passivos sobre Ativos Não Correntes a Venda	48.432	51.794	11.839
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.288.219	1.273.612	586.253
2.08.01	Capital Social Realizado	1.074.966	1.074.966	291.908
2.08.02	Reservas de Capital	188.566	198.391	228.974
2.08.02.01	Ágio na Emissão de Ações	188.566	198.391	228.974
2.08.04	Reservas de Lucros	23.748	751	65.036
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-91.519	-134.453	-6.349
2.08.04.10	Reserva de lucros	115.267	135.204	71.385
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	939	-496	335

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.369.009	892.472	406.103
3.01.01	Resultados de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	198.141	197.552	88.729
3.01.02	Receita de prestação de serviços	394.477	340.494	185.691
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	-35.485	57.210	31.413
3.01.04	Resultado na Venda de Operações de crédito	0	1.000	-52
3.01.05	Perdas esperadas de Ativos Financeiros (Operações de Crédito)	-12.694	3.798	-3.765
3.01.06	Receitas de juros e rendimentos similares	824.570	292.418	104.087
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-591.523	-147.042	-65.303
3.02.01	Despesas de juros e similares	-591.523	-147.042	-65.303
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	777.486	745.430	340.800
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-682.439	-532.558	-276.013
3.04.02	Despesas de Pessoal	-236.501	-192.126	-100.618
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-340.512	-241.450	-149.723
3.04.04	Despesas Tributárias	-60.653	-47.759	-25.559
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	8.809	12.984	12.989
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-53.428	-66.540	-15.296
3.04.06.01	Provisões e passivos contingentes	-8.042	-1.770	-1.094
3.04.06.02	Outras despesas operacionais	-45.386	-64.770	-14.202
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-154	2.333	2.194
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	95.047	212.872	64.787
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.248	-56.709	-21.539
3.06.01	Corrente	-8.339	-4.027	-20.092
3.06.02	Diferido	11.587	-52.682	-1.447
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	98.295	156.163	43.248
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-49.393	-42.827	-16.170
3.08.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-49.393	-42.827	-16.170
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	48.902	113.336	27.078
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	48.902	113.336	27.078

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,14339	0,22747	0,07608
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,14339	0,22747	0,07608

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	48.902	113.336	27.078
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.435	-831	146
4.02.01	Variação de valor justo	2.609	-1.512	285
4.02.02	Efeitos fiscais	-1.174	681	-139
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	50.337	112.505	27.224
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	50.337	112.505	27.224

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-501.593	-261.738	1.311.876
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	208.815	270.872	26.588
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-710.408	-532.610	1.285.288
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-275.319	-204.385	-46.499
6.02.01	(Aquisição) Alienação de imobilizado	-18.657	-24.699	-2.360
6.02.03	(Aquisição) Alienação de intangível	-175.078	-115.093	-44.139
6.02.04	Aquisição de participação em coligadas	-31.709	0	0
6.02.05	Aquisição de Controladas	-53.945	-67.113	0
6.02.06	Recursos Líquidos provenientes das atividades de investimento de operações descontinuadas	4.070	2.520	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.537	563.267	252.384
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, líquidos	-58.491	-46.530	0
6.03.02	Amortizações pagas de arrendamento	-10.046	-8.225	-5.616
6.03.03	Aumento/Redução de Capital	0	783.058	258.000
6.03.04	Custos de transação IPO	0	-30.583	0
6.03.05	Recompra de Ações	0	-134.453	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-43.379	31.810	37.358
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-888.828	128.954	1.555.119
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.186.546	2.057.592	502.473
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.297.718	2.186.546	2.057.592

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.074.966	63.938	135.204	0	-496	1.273.612	0	1.273.612
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.074.966	63.938	135.204	0	-496	1.273.612	0	1.273.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	33.109	-25.879	-41.121	0	-33.891	0	-33.891
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	33.109	0	0	0	33.109	0	33.109
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-25.879	-41.121	0	-67.000	0	-67.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-1.839	48.902	1.435	48.498	0	48.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.902	0	48.902	0	48.902
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.435	1.435	0	1.435
5.05.02.06	Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados a VJORA	0	0	0	0	1.435	1.435	0	1.435
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	-1.839	0	0	-1.839	0	-1.839
5.05.03.02	Outras destinações	0	0	-1.839	0	0	-1.839	0	-1.839
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.781	-7.781	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.781	-7.781	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.074.966	97.047	115.267	0	939	1.288.219	0	1.288.219

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	291.908	222.625	71.385	0	335	586.253	0	586.253
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	291.908	222.625	71.385	0	335	586.253	0	586.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	783.058	-128.104	-4.046	-48.999	0	601.909	0	601.909
5.04.01	Aumentos de Capital	783.058	0	0	0	0	783.058	0	783.058
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-134.453	0	0	0	-134.453	0	-134.453
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.349	-46	0	0	6.303	0	6.303
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.000	0	0	-4.000	0	-4.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-48.999	0	-48.999	0	-48.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.528	113.336	-831	116.033	0	116.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.336	0	113.336	0	113.336
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-831	-831	0	-831
5.05.02.06	Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados a VJORA	0	0	0	0	-831	-831	0	-831
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	3.528	0	0	3.528	0	3.528
5.05.03.02	Outras destinações	0	0	3.528	0	0	3.528	0	3.528
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-30.583	64.337	-64.337	0	-30.583	0	-30.583
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-30.583	64.337	-64.337	0	-30.583	0	-30.583
5.07	Saldos Finais	1.074.966	63.938	135.204	0	-496	1.273.612	0	1.273.612

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	345.668	-10.755	41.002	0	189	376.104	0	376.104
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	345.668	-10.755	41.002	0	189	376.104	0	376.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-53.760	233.380	-806	0	0	178.814	0	178.814
5.04.01	Aumentos de Capital	16.931	241.069	0	0	0	258.000	0	258.000
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	4.406	-806	0	0	3.600	0	3.600
5.04.08	Redução de capital	-70.691	-12.095	0	0	0	-82.786	0	-82.786
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	4.111	27.078	146	31.335	0	31.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.078	0	27.078	0	27.078
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	4.111	0	146	4.257	0	4.257
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	146	146	0	146
5.05.02.06	Ajustes decorrentes de combinações de negócios	0	0	4.111	0	0	4.111	0	4.111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.078	-27.078	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	27.078	-27.078	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	291.908	222.625	71.385	0	335	586.253	0	586.253

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.319.616	849.645	389.933
7.01.01	Intermediação Financeira	824.570	292.418	104.087
7.01.02	Prestação de Serviços	394.477	340.494	185.691
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-12.694	3.798	-3.765
7.01.04	Outras	113.263	212.935	103.920
7.01.04.01	Resultado com operações descontinuadas	-49.393	-42.827	-16.170
7.01.04.02	Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	198.141	197.552	88.729
7.01.04.03	Variação cambial de Transações no exterior	-35.485	57.210	31.413
7.01.04.04	Resultado na Venda de Operações de crédito	0	1.000	-52
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-636.142	-200.598	-67.610
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-283.135	-204.592	-126.663
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-757	-525	-425
7.03.02	Serviços de Terceiros	-270.547	-195.914	-122.228
7.03.04	Outros	-11.831	-8.153	-4.010
7.04	Valor Adicionado Bruto	400.339	444.455	195.660
7.05	Retenções	-52.252	-33.357	-21.713
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.252	-33.357	-21.713
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	348.087	411.098	173.947
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-154	2.333	2.194
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-154	2.333	2.194
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	347.933	413.431	176.141
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	347.933	413.431	176.141
7.09.01	Pessoal	236.501	192.126	100.618
7.09.01.01	Remuneração Direta	169.168	143.218	71.405
7.09.01.02	Benefícios	39.279	21.439	13.160
7.09.01.03	F.G.T.S.	26.139	25.775	15.973
7.09.01.04	Outros	1.915	1.694	80
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.405	104.468	47.098

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.02.01	Federais	39.178	90.888	41.000
7.09.02.02	Estaduais	77	386	105
7.09.02.03	Municipais	18.150	13.194	5.993
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.125	3.501	1.347
7.09.03.01	Aluguéis	5.125	3.501	1.347
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.902	113.336	27.078
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	41.121	48.999	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.781	64.337	27.078

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADO
4T22 e 2022

08 de fevereiro de 2023

Banco Modal S.A. | MODL3
ri.modal.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

08 DE FEVEREIRO DE 2023. Banco Modal S.A. ("Modal") (B3: MODL3) anuncia hoje os resultados financeiros do 4º trimestre ("4T") e do ano de 2022. As informações financeiras são apresentadas de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas, em IFRS.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Destaques Operacionais e Financeiros	4T22	4T21	Δ YoY%	3T22	Δ QoQ%	12M22	12M21	Δ YoY%
AuC (R\$ bi)	45,9	34,3	33,9%	46,7	-1,7%	45,9	34,3	33,9%
Clientes Ativos (# clientes)	605.591	580.476	4,3%	609.933	-0,7%	605.591	580.476	4,3%
Receita Bruta (R\$ mil)	230.624	268.298	-14,0%	253.650	-9,1%	947.155	817.199	15,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	217.614	256.290	-15,1%	238.016	-8,6%	888.383	770.890	15,2%
Lucro Bruto (R\$ mil)	172.966	216.604	-20,1%	189.834	-8,9%	712.850	642.726	10,9%
Margem Bruta (%)	79,5%	84,5%	-5,0 p.p.	79,8%	-0,3 p.p.	80,2%	83,4%	-3,2 p.p.
Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil) ⁽¹⁾	10.552	45.963	-77,0%	30.328	-65,2%	112.220	164.833	-31,9%
Margem Líquida Ajustada (%)	4,8%	17,9%	-13,1 p.p.	12,7%	-7,9 p.p.	12,6%	21,4%	-8,8 p.p.

(1) Lucro Líquido das Operações Continuadas, ajustado à provisão com o plano de Phantom Stock Option e às despesas não recorrentes, após impostos.

DESEMPENHO DE 2022

Finalizamos o ano com AuC de R\$46 bilhões e 606 mil clientes ativos, um crescimento anual de 34% e 4%, respectivamente. Nossa Receita Bruta atingiu R\$947 milhões em 2022, crescimento anual de 16%, com destaque para as unidades de negócios Retail Portfolio e Mercado de Capitais. Nosso Lucro Líquido Ajustado atingiu R\$112 milhões no ano.

Combinação de Negócios com a XP - cronograma de eventos 2022

O ano de 2022 foi marcado pelo anúncio da combinação de negócios, sujeita a condições precedentes, com a **XP**, empresa que possui propósito e visão estratégica de longo prazo alinhados com o Modal, e que compartilha a convicção de que o **mercado financeiro brasileiro tem enorme potencial para disrupção, podendo gerar ainda mais impacto positivo na vida de milhões de pessoas e negócios.**

Ao longo do ano, as seguintes etapas foram concluídas:

- Em janeiro de 2022, celebramos memorando de entendimentos vinculante estabelecendo os termos e condições da combinação dos nossos negócios com a XP, envolvendo a troca da totalidade de ações do Modal por BDRs da XP, com fechamento condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para este tipo de operação, tais como a aprovação do Banco Central do Brasil e do CADE.
- Em maio de 2022, assinamos os documentos definitivos da combinação de negócios com a XP.
- Em junho de 2022, os acionistas do Modal aprovaram em assembleia geral a conversão da totalidade das ações preferenciais (MODL4) em ações ordinárias (MODL3) e sua migração para o segmento de listagem "Novo Mercado" na B3, etapas devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil.
- Em julho de 2022, a Superintendência Geral do CADE aprovou, em caráter definitivo e sem restrições, a operação de combinação de negócios com a XP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Em setembro de 2022, mediante deferimento prévio da B3 referente ao pedido de migração de segmento de listagem do Modal, concluiu-se a conversão da totalidade das ações preferenciais (MODL4) em ações ordinárias (MODL3), havendo, portanto, o cancelamento das *units* (MODL11) e a efetiva migração do “Nível 2” para o “Novo Mercado”.

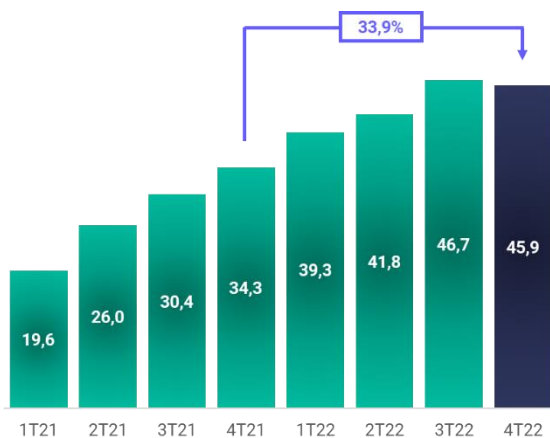
A próxima etapa prevista, segundo o cronograma inicial para a conclusão da operação de combinação de negócios, será a convocação de assembleia geral junto aos acionistas do Modal para deliberar sobre a incorporação de ações do Modal pela XP, etapa que deverá ser seguida pela aprovação em definitivo junto ao Banco Central do Brasil (em conformidade com os pedidos protocolados junto ao órgão em fevereiro e maio de 2022). A convocação da assembleia geral está sujeita ainda a condições precedentes, notadamente a aprovação de órgãos reguladores da XP.

Seguimos focados na conclusão das condições precedentes e prontos para as importantes iniciativas de integração com a XP, que deverão pautar nossa agenda em 2023.

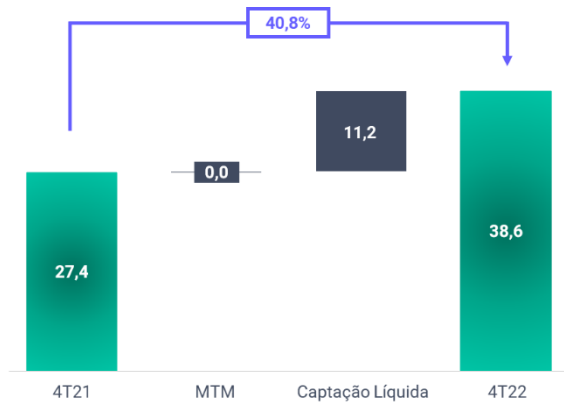
DESEMPENHO OPERACIONAL

Ativos sob Custódia (AuC)

AuC Total
R\$ bilhões

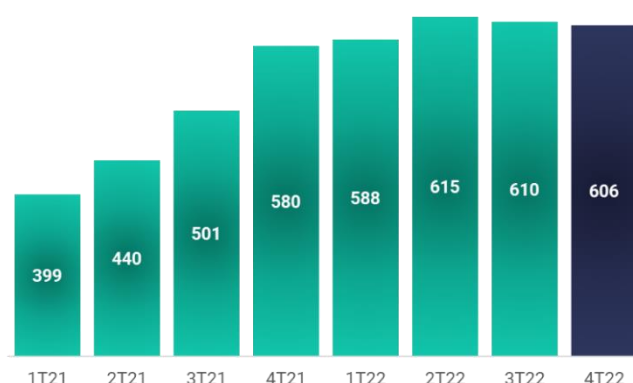


Captação Líquida - AuC Retail
R\$ bilhões



Os Ativos sob Custódia (AuC) totalizaram R\$45,9 bilhões no 4T22, crescimento de 34% contra o 4T21 e em linha com o trimestre anterior.

Deste total, a parcela do AuC Retail atingiu R\$38,6 bilhões no 4T22, crescimento de 41% em relação ao 4T21, explicado, em sua totalidade, por uma captação líquida de R\$11,2 bilhões, com efeito de marcação a mercado neutro na comparação anual.

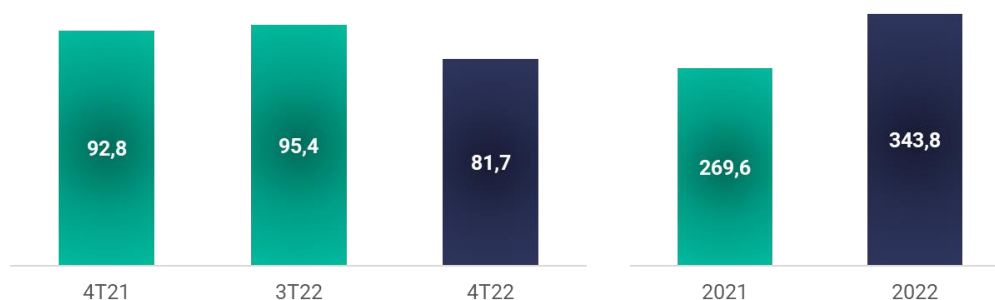
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Base de Clientes
(em milhares)**

Nossa base de clientes ativos totalizou 606 mil clientes no 4T22, uma expansão de 4% contra o 4T21 e em linha com o 3T22.

DESEMPENHO FINANCEIRO**Receita Bruta**

Receita Bruta (em R\$ mil)	4T22	4T21	Δ YoY%	3T22	Δ QoQ%	12M22	12M21	Δ YoY%
Retail Portfolio	81.669	92.841	-12,0%	95.371	-14,4%	343.818	269.634	27,5%
Retail Flow	34.682	51.204	-32,3%	35.453	-2,2%	146.464	217.535	-32,7%
Mercado de Capitais	54.821	57.398	-4,5%	60.535	-9,4%	221.168	145.541	52,0%
Mesa Institucional	34.738	42.164	-17,6%	34.393	1,0%	124.420	127.504	-2,4%
Outros	24.714	24.690	0,1%	27.898	-11,4%	111.286	56.986	95,3%
Total	230.624	268.298	-14,0%	253.650	-9,1%	947.155	817.199	15,9%

A Receita Bruta totalizou R\$230,6 milhões no 4T22, uma queda de 14,0% contra o 4T21. Na comparação anual, a Receita Bruta cresceu 16,0% atingindo R\$947,2 milhões em 2022, resultado majoritariamente explicado pelo crescimento das atividades de Retail Portfolio - impulsionadas pelo crescimento do AuC Retail no período - e de Mercado de Capitais.

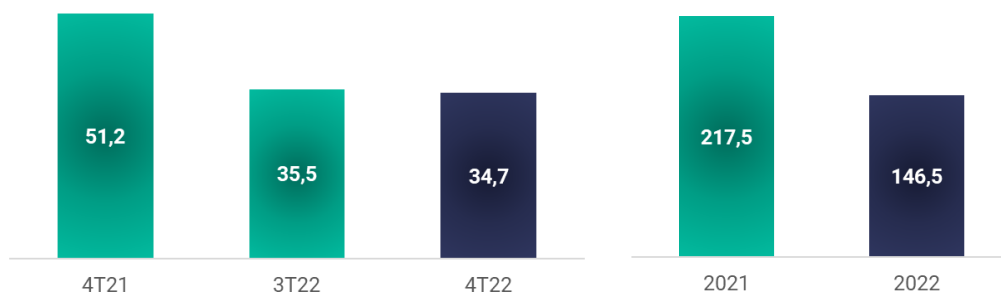
**Retail Portfolio
(R\$ milhões)**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A receita de Retail Portfolio reflete as receitas com nossos produtos e serviços distribuídos por meio de nossa plataforma digital, acessível para nossos clientes diretos (B2C), clientes que acessam nossa plataforma via parceiros B2B, além dos clientes do *Modal as a Service* (B2B2C). Tais produtos compreendem renda fixa, fundos de investimento, produtos estruturados, seguros, previdência, derivativos, cartão de crédito, crédito colateralizado, conteúdo educacional entre outros, além das receitas de *floating*.

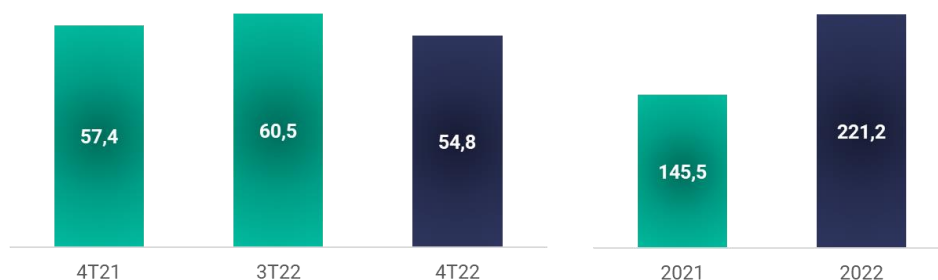
A receita de Retail Portfolio totalizou R\$81,7 milhões no 4T22, uma queda de 12,0% contra o 4T21. Na comparação anual, a receita de Retail Portfolio apresentou crescimento de 27,5%, atingindo R\$343,8 milhões em 2022.

Retail Flow (R\$ milhões)



A receita de Retail Flow, que inclui as receitas com futuros, bem como assinaturas de planos e plataformas de *home broker*, totalizou R\$34,7 milhões no 4T22, uma queda de 32,3% em relação ao 4T21. Na comparação anual, a receita de Retail Flow totalizou R\$146,5 milhões, uma queda de 32,7% contra 2021.

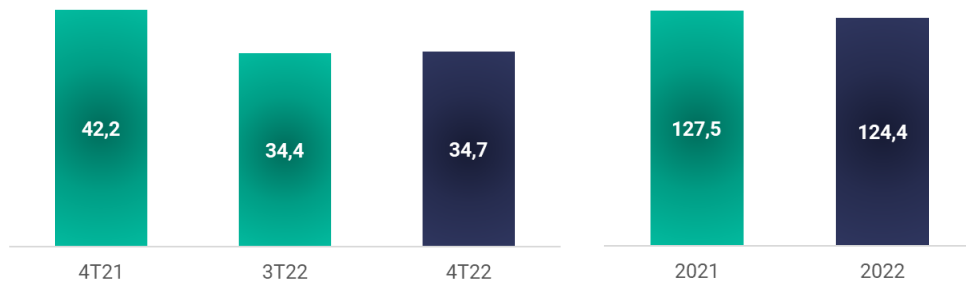
Mercado de Capitais (R\$ milhões)



A receita de Mercado de Capitais, que contempla majoritariamente nossas atividades de estruturação e distribuição de instrumentos de dívida e operações de fusões e aquisições, totalizou R\$54,8 milhões no 4T22, uma queda de 4,5% contra o 4T21. Na comparação anual, a receita de Mercado de Capitais apresentou crescimento de 52,0%, atingindo R\$221,2 milhões em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mesa Institucional (R\$ milhões)



No 4T22 a receita da Mesa Institucional foi de R\$34,7 milhões, uma queda de 17,6% em relação ao 4T21. Na comparação anual, a receita totalizou R\$124,4 milhões, uma queda de 2,4% contra 2021.

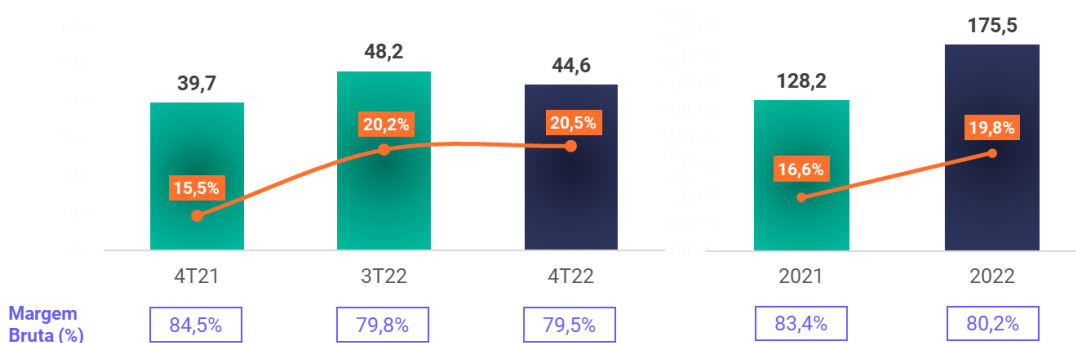
Outros

A receita com Outros, majoritariamente composta por receitas financeiras advindas do nosso capital próprio, totalizou R\$24,7 milhões no 4T22, em linha com o 4T21. Na comparação anual, a receita apresentou crescimento de 95,3%, atingindo R\$111,3 milhões em 2022.

COGS e Margem Bruta

O Custo dos Serviços Prestados é composto, majoritariamente, por custos com custódia, corretagem, sistemas e serviços da B3 e de agentes financeiros, plataformas de *home broker*, e comissão e incentivos dos AAls.

COGS e Margem Bruta (R\$ milhões | % Receita Líquida)

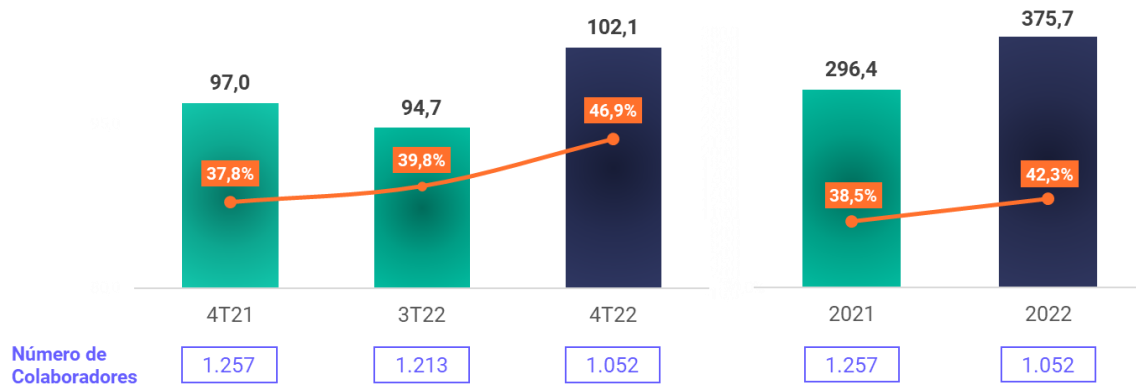


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro Bruto (em R\$ mil)	4T22	4T21	Δ YoY%	3T22	Δ QoQ%	12M22	12M21	Δ YoY%
Receita Líquida	217.614	256.290	-15,1%	238.016	-8,6%	888.383	770.890	15,2%
(+) Custo dos Serviços Prestados	(44.648)	(39.685)	12,5%	(48.182)	-7,3%	(175.533)	(128.164)	37,0%
Lucro Bruto	172.966	216.604	-20,1%	189.834	-8,9%	712.850	642.726	10,9%
Margem Bruta %	79,5%	84,5%	-5,0 p.p.	79,8%	-0,3 p.p.	80,2%	83,4%	-3,2 p.p.

O Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$44,6 milhões no 4T22, um aumento de 12,5% em relação ao 4T21. Na comparação anual, o Custo dos Serviços Prestados foi de R\$175,5 milhões, com Margem Bruta de 80,2%, uma redução de 3,2 p.p. em relação a 2021.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

Despesas SG&A Ajustadas
(R\$ milhões / % da Receita Líquida)

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (em R\$ mil)	4T22	4T21	Δ YoY%	3T22	Δ QoQ%	12M22	12M21	Δ YoY%
Pessoal	(47.573)	(42.882)	10,9%	(46.931)	1,4%	(191.390)	(138.093)	38,6%
Participação nos Resultados	(17.486)	(25.476)	-31,4%	(11.014)	58,8%	(45.111)	(54.033)	-16,5%
Terceiros (*)	(10.999)	(8.508)	29,3%	(9.142)	20,3%	(38.740)	(31.329)	23,7%
Marketing	(12.690)	(11.716)	8,3%	(13.175)	-3,7%	(51.966)	(43.384)	19,8%
Administrativas	(9.563)	(6.122)	56,2%	(7.912)	20,9%	(32.023)	(22.725)	40,9%
Outras (*)	(3.760)	(2.263)	66,1%	(6.499)	-42,2%	(16.501)	(6.850)	140,9%
Total VG&A Ajustadas ⁽¹⁾	(102.071)	(96.967)	5,3%	(94.673)	7,8%	(375.730)	(296.414)	26,8%
% Receita Líquida	-46,9%	-37,8%	-9,1 p.p.	-39,8%	-7,1 p.p.	-42,3%	-38,5%	-3,8 p.p.
(+) Phantom Stock Options	722	(295)	-	(325)	-	112	(14.989)	-
(+) Despesas não recorrentes	(18.175)	-	-	(2.082)	-	(21.654)	-	-
VG&A Total	(119.525)	(97.262)	22,9%	(97.080)	23,1%	(397.272)	(311.403)	27,6%

(*) Exclui despesas não recorrentes.

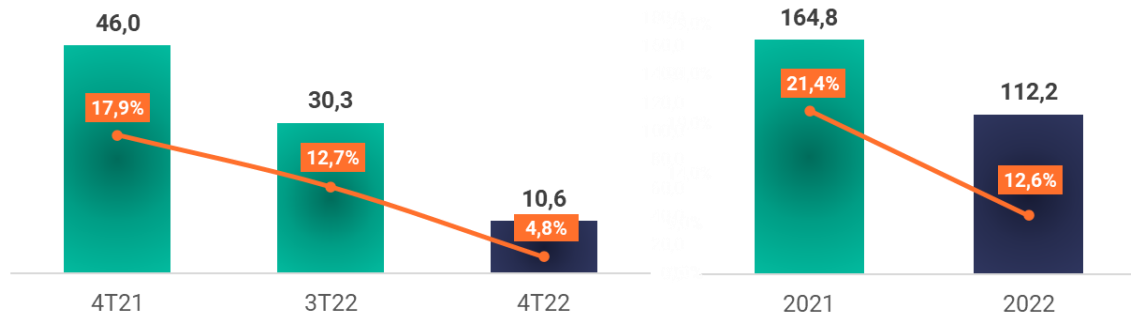
(1) Exclui a provisão do Plano de Phantom Stock Options e as despesas não recorrentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A), excluindo o efeito da provisão do programa de *Phantom Stock Options* e das despesas não recorrentes, totalizaram R\$102,1 milhões, 5,3% superior ao 4T21. Na comparação anual, o SG&A Ajustado totalizou R\$375,7 milhões em 2022, 26,8% superior ao mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido

Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões / % da Receita Líquida)



Lucro Líquido (em R\$ mil)	4T22	4T21	Δ YoY%	3T22	Δ QoQ%	12M22	12M21	Δ YoY%
Lucro Líquido⁽¹⁾	556	45.716	-98,8%	27.983	-98,0%	98.295	156.163	-37,1%
(-) Phantom Stock Options após Impostos	-	247	-100,0%	263	-	450	8.670	-94,8%
(-) Despesas não recorrentes após Impostos	9.996	-	-	2.082	-	13.475	-	-
Lucro Líquido Ajustado⁽²⁾	10.552	45.963	-77,0%	30.328	-65,2%	112.220	164.833	-31,9%
Margem Líquida Ajustada %	4,8%	17,9%	-13,1 p.p.	12,7%	-7,9 p.p.	12,6%	21,4%	-8,8 p.p.

(1) Lucro Líquido das Operações Continuadas.

(2) Lucro Líquido das Operações Continuadas, ajustado à provisão com o plano de Phantom Stock Option e às despesas não recorrentes, após impostos.

O Lucro Líquido Ajustado, isto é, excluindo o efeito líquido de impostos da provisão com o plano de *Phantom Stock Option* e das despesas não recorrentes, totalizou R\$10,6 milhões, contra R\$46,0 milhões no 4T21. Em 2022, o Lucro Líquido Ajustado totalizou R\$112,2 milhões.

Estrutura de Capital e Basileia

Índice de Basileia (em R\$ mil)	4T22	4T21
Capital Principal (Nível I)	650.302	987.344
Patrimônio de Referência	650.302	987.344
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPAD) (a)	3.590.551	3.416.588
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWAMPAD) (b)	573.471	817.699
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD) (c)	1.060.004	657.197
RWA (a) + (b) + (c)	5.224.026	4.891.484
Índice (%)	12,4%	20,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL

<i>DRE Gerencial</i>				
(em R\$ mil)	4T22	4T21	2022	2021
Receita Bruta				
Retail Portfolio	81.669	92.841	343.818	269.634
Retail Flow	34.682	51.204	146.464	217.535
Mercado de Capitais	54.821	57.398	221.168	145.541
Mesa Institucional	34.738	42.164	124.420	127.504
Outros	24.714	24.690	111.286	56.986
Total Receita Bruta	230.624	268.298	947.155	817.199
Impostos e deduções	(13.010)	(12.008)	(58.772)	(46.310)
Receita Líquida	217.614	256.290	888.383	770.890
COGS	(44.648)	(39.685)	(175.533)	(128.164)
Lucro Bruto	172.966	216.604	712.850	642.726
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(119.525)	(97.262)	(397.272)	(311.403)
Despesas com pessoal	(47.573)	(42.882)	(191.390)	(138.093)
Participação nos resultados	(17.486)	(25.476)	(45.111)	(54.033)
Serviços de terceiros	(13.086)	(8.508)	(44.305)	(31.329)
Despesas de Marketing	(12.690)	(11.716)	(51.966)	(43.384)
Despesas Administrativas	(9.563)	(6.122)	(32.023)	(22.725)
Outras despesas	(19.849)	(2.263)	(32.589)	(6.850)
Phantom Stock Option	722	(295)	112	(14.989)
Equivalência Patrimonial	325	511	(154)	2.333
Depreciação e Amortização	(13.149)	(10.564)	(45.423)	(28.661)
EBIT	40.617	109.289	270.001	304.996
Despesas Financeiras	(47.690)	(38.699)	(174.954)	(92.124)
EBT	(7.073)	70.590	95.047	212.872
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.629	(24.874)	3.248	(56.709)
Lucro Líquido	556	45.716	98.295	156.163
Phantom Stock Option após Impostos	-	247	450	8.670
Despesas não recorrentes	9.996	-	13.475	-
Lucro Líquido Ajustado	10.552	45.963	112.220	164.833

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2022

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Balanco Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.297.718	2.186.546
Ativos Financeiros		5.052.708	3.834.808
Ao custo amortizado		1.708.410	1.495.349
Títulos e valores mobiliários	7	180.370	53.181
Outros ativos financeiros	16	230.322	396.376
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		62.760	17.083
Operações de crédito	9	1.251.860	1.032.917
(-) Provisão para perda esperada	10	(16.902)	(4.208)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	1.181.165	862.593
Títulos e valores mobiliários		1.181.165	862.593
Ao valor justo por meio do resultado		2.163.133	1.476.866
Títulos e valores mobiliários	7	1.973.479	1.295.241
Derivativos	8	189.654	181.625
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	253.824	278.331
Investimentos em coligadas	12	34.026	1.036
Outros ativos	16	251.553	180.910
Ativos fiscais		237.295	144.711
Imposto de renda recuperável	21.b	48.982	50.121
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.c	188.313	94.590
Imobilizado	13	45.011	38.335
Direitos de uso de arrendamentos	14	23.342	10.562
Intangível	15	477.854	267.628
Ágio e mais-valia de sociedades adquiridas		162.206	87.359
Outros ativos intangíveis		315.648	180.269
Total do Ativo		7.673.331	6.942.867

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Balanco Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		6.045.414	5.453.838
Ao custo amortizado		5.614.636	5.273.186
Depósitos	18	3.620.410	3.352.291
Captações no mercado aberto	17	1.698.496	1.679.745
Outros passivos financeiros	19	294.260	239.495
Obrigações por empréstimos		1.470	1.655
Ao valor justo por meio do resultado		430.778	180.652
Derivativos	8	150.183	180.652
Outros passivos financeiros	19	280.595	-
Provisões e passivos contingentes	22	5.016	2.676
Outros passivos	19	147.549	78.203
Passivos associados a Ativos não circulantes mantidos para venda	11	48.432	51.794
Passivos fiscais		138.701	82.744
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	21.b	27.047	27.189
Imposto de renda e contribuição social - Diferidas	21.c	110.917	55.272
Outras obrigações fiscais		737	283
Total do Passivo		6.385.112	5.669.255
Patrimônio Líquido	20	1.288.219	1.273.612
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		1.288.219	1.273.612
Capital social		1.074.966	1.074.966
Reservas de capital		188.566	198.391
Reservas de lucros		115.267	135.204
Ações em tesouraria	20.f	(91.519)	(134.453)
Outros resultados abrangentes		939	(496)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.673.331	6.942.867

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas Explicativas

Demonstração Consolidada do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2022	2021
Operações continuadas			
Receitas de juros e rendimentos similares	23	824.570	292.418
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		824.570	292.418
Despesas de juros e similares	23	(591.523)	(147.042)
Ao Custo amortizado		(591.523)	(147.042)
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	24	198.141	197.552
Receita de prestação de serviços	25	394.477	340.494
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	26	(35.485)	57.210
Resultado na Venda de Operações de Crédito		-	1.000
Perdas esperadas de ativos financeiros		(12.694)	3.798
Operações de crédito	9.d2	(12.694)	3.798
Resultado de intermediação financeira e serviços		777.486	745.430
Despesas com pessoal	28	(236.501)	(192.126)
Despesas tributárias	29	(60.653)	(47.759)
Despesas gerais e administrativas	30	(340.512)	(241.450)
Resultado de participação em coligadas	12	(154)	2.333
Outras receitas (despesas) operacionais	27	(36.577)	(51.786)
Provisões para contingências	22.f	(8.042)	(1.770)
Resultado antes da tributação		95.047	212.872
Impostos sobre a renda			
Correntes	21.a	(8.339)	(4.027)
Diferidos	21.a	11.587	(52.682)
Lucro líquido das operações continuadas		98.295	156.163
Resultado com operações descontinuadas	11.b	(49.393)	(42.827)
Lucro líquido Consolidado do exercício		48.902	113.336
Atribuído aos acionistas controladores		48.902	113.336
Lucro líquido por ação, básico e diluído (em R\$)	20.e		
Média ponderada de ações em circulação			
Ações Ordinárias		0,1433894	0,2274681
Ações Preferenciais		0,0000000	0,2274681

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	2022	2021
Lucro líquido Consolidado do exercício	48.902	113.336
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado quando condições específicas forem atendidas:	1.435	(831)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.435	(831)
Variação de valor justo (Nota 20.d)	2.609	(1.512)
Efeitos fiscais	(1.174)	681
Resultado abrangente Consolidado	50.337	112.505
Atribuível aos acionistas controladores	50.337	112.505

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em tesouraria	Reserva de Lucros a Integralizar	Outros resultados abrangentes	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 1 de janeiro de 2021		291.908	228.974	71.385	(6.349)	-	335	586.253
Aumento de capital	20.a	783.058	-	-	-	-	-	783.058
Custos de transação – aumento de capital	20.c	-	(30.583)	-	-	-	-	(30.583)
Resultado do exercício		-	-	-	-	113.336	-	113.336
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(831)	(831)
Alienação de ações em tesouraria	20.f	-	-	(46)	6.349	-	-	6.303
Recompra de ações	20.f	-	-	-	(134.453)	-	-	(134.453)
Juros sobre o capital próprio	20.b	-	-	-	-	(48.999)	-	(48.999)
Dividendos distribuídos	20.b	-	-	(4.000)	-	-	-	(4.000)
Constituição de reservas de lucros		-	-	64.337	-	(64.337)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	3.528	-	-	-	3.528
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.074.966	198.391	135.204	(134.453)	-	(496)	1.273.612
Saldos em 1 de janeiro de 2022		1.074.966	198.391	135.204	(134.453)	-	(496)	1.273.612
Resultado do exercício		-	-	-	-	48.902	-	48.902
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	1.435	1.435
Alienação de ações em tesouraria	20.a	-	(9.825)	-	42.934	-	-	33.109
Juros sobre o capital próprio distribuídos	20.b	-	-	(25.879)	-	(41.121)	-	(67.000)
Constituição de reservas de lucros		-	-	7.781	-	(7.781)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.839)	-	-	-	(1.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.074.966	188.566	115.267	(91.519)	-	939	1.288.219

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro líquido consolidado do exercício		48.902	113.336
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros	10.b	12.694	(3.798)
Depreciação e amortização	13, 14 e 15	52.252	33.357
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.a	(11.587)	52.682
Provisão para plano de pagamento baseado em ações	27	(112)	14.989
Provisão para contingências	22.f	8.042	1.770
Provisão para participação nos lucros e resultados	28	45.111	54.033
Resultado de participações em coligadas	12	154	(2.333)
Resultado de operações descontinuadas	11.c	(8.838)	36.922
Apropriação de juros passivo de arrendamento	14	1.921	1.284
Cancelamento de contratos de arrendamento		(248)	-
Baixas de ativo imobilizado	13	605	207
Baixas de ativos intangíveis	15.2	16.540	233
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente de caixa		43.379	(31.810)
Lucro líquido ajustado		208.815	270.872
Variações em ativos e passivos			
(Aumento) redução de depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(45.677)	(2.105)
(Aumento) redução de ativos financeiros ao custo amortizado		(178.424)	(1.022.386)
Redução de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(686.207)	(1.052.637)
Redução de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(315.426)	29.801
Aumento de imposto de renda a compensar		1.139	(13.018)
Redução de outros ativos		(98.162)	(190.463)
Redução de passivos financeiros ao custo amortizado		284.448	1.479.072
Aumento (redução) de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		250.126	164.002
Redução de provisões e passivos contingentes		(5.702)	(554)
Aumento (redução) de passivos fiscais correntes e outras obrigações fiscais		18	11.645
Aumento (redução) de outros passivos		66.016	23.120
Dividendos recebidos	12	986	3.357
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(9.456)	(17.454)
(Aumento) Redução de ativos não correntes para venda – Operações descontinuadas		25.913	55.010
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		(501.593)	(261.738)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(18.657)	(24.699)
Aquisição de intangível	14	(175.078)	(115.093)
Aquisição de participação em coligadas	12	(31.709)	-
Aquisição de controladas, líquido de caixa adquirido	15.a	(53.945)	(67.113)
Caixa proveniente da atividade de investimento de operações descontinuadas	11.c	4.070	2.520
Caixa utilizado pelas atividades de investimento		(275.319)	(204.385)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Aumento de capital	20.a	-	783.058
Custos de transação – aumento de capital	20.a	-	(30.583)
Recompra de ações	20.f	-	(134.453)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	20.b	(58.491)	(46.530)
Contraprestações do passivo de arrendamento	14	(10.046)	(8.225)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(68.537)	563.267
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(845.449)	97.144
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	2.186.546	2.057.592
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(43.379)	31.810
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.297.718	2.186.546
Informações complementares			
Juros pagos		(596.952)	(344.202)
Juros recebidos		695.120	394.208
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa			
Aquisição de controlada com permuta de ações em tesouraria	15.1	(42.934)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Demonstração do valor adicionado

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	Nota	2022	2021
Receitas		1.319.616	849.645
Receitas com juros e similares	23	824.570	292.418
Receita de Prestação de serviços	25	394.477	340.494
Resultado com operações descontinuadas	11.b	(49.393)	(42.827)
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	24	198.141	197.552
Variação cambial de transações no exterior	26	(35.485)	57.210
Resultado na Venda de Operações de crédito		-	1.000
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	10	(12.694)	3.798
Despesas		(636.142)	(200.598)
Despesas com juros e similares	23	(591.523)	(147.042)
Outras despesas operacionais e provisões, líquidas de receitas		(44.619)	(53.556)
Insumos adquiridos de terceiros		(283.135)	(204.592)
Materiais, energia e outros		(757)	(525)
Serviços de terceiros		(270.547)	(195.914)
Outros		(11.831)	(8.153)
Valor adicionado bruto		400.339	444.455
Depreciação e amortização	30	(52.252)	(33.357)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		348.087	411.098
Valor adicionado recebido em transferência		(154)	2.333
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	(154)	2.333
Valor adicionado a distribuir		347.933	413.431
Distribuição do Valor Adicionado		347.933	413.431
Pessoal		236.501	192.126
Remuneração direta	28	169.168	143.218
Encargos sociais	28	26.139	25.775
Benefícios	28	39.279	21.439
Outras - Treinamento e capacitação	28	1.915	1.694
Impostos, Taxas e Contribuições		57.405	104.468
Federais		39.178	90.888
Estaduais		77	386
Municipais		18.150	13.194
Remuneração de capital de terceiros		5.125	3.501
Aluguéis	30	5.125	3.501
Remuneração de capital de próprios		48.902	113.336
Lucro retido		7.781	64.337
Juros sobre o capital próprio distribuídos		41.121	48.999

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas**Banco Modal S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**1. Contexto operacional**

O Banco Modal S.A. ("Modal" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 – 6º andar – Torre Pão de Açúcar – Rio de Janeiro – RJ, que tem por objetivo a realização de operações bancárias e a prestação de serviços permitidos aos bancos múltiplos, com carteiras comercial, de câmbio e de investimento, e pode participar como acionista de outras sociedades.

O Banco e suas controladas (conjuntamente, "Grupo" ou "Conglomerado") distribuem produtos e serviços oferecidos pelo Grupo junto a clientes institucionais e por meio de seu portal de investimentos "modalmais". Sua controlada Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Modal DTVM") entrou em operação em outubro de 2015 e representa um importante canal de distribuição e de *cross-selling* para os produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Dentro da estratégia inicialmente traçada quando da criação da Modal DTVM, foi criado o Banco Digital Modalmais, uma plataforma moderna e com total fluidez, e que conta com todos os serviços e produtos de um banco comercial, sendo a pioneira no Brasil com essa solução integrada.

O Banco possui ainda as controladas Modal Assessoria Financeira Ltda. ("MAF"), que atua na assessoria e consultoria de valores mobiliários e em operações estruturadas nos mercados financeiro e de capitais, e a Modal Gestão de Recursos Ltda. (anteriormente denominada Modal Real Estate Participações Ltda.). Além disso, em 2019, o Banco criou a Modalmais Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda. ("Modalmais Treinamento"), controlada da Modal DTVM, que tem por objetivo oferecer cursos e treinamentos voltados para o mercado financeiro, trazendo ainda mais completude à plataforma de investimentos "modalmais". Em maio de 2021, o Banco criou a Modal Corretora de Seguros Ltda., com o objetivo de expandir sua atuação no segmento de seguros e previdência (Nota 3.a(i)).

Em fevereiro de 2021, o Modal arquivou perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações (Nota 35.d). Em 30 de abril 2021 as *units* do Banco passaram a ser negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sobre o *ticker* MODL11. O montante bruto captado totalizou R\$783.058 (R\$752.475, líquido dos custos de emissão) mediante a emissão de 117.400.000 ações preferenciais (Nota 20.a).

Em janeiro de 2022, o Modal e a XP Inc., por meio da subsidiária "XP Brasil", celebraram memorando de entendimento vinculante para incorporação, pelo grupo XP, de até a totalidade das ações do Banco. Com a operação, a XP e o Modal pretendem acelerar o processo de disrupção da indústria financeira brasileira, atualmente marcada pelo alto potencial de crescimento e poucos *players* dominantes. Essa operação aguarda o cumprimento de condições precedentes e aprovação de órgãos reguladores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Modal adquiriu o controle da Modal As a Service S.A. ("MaaS"; atual denominação social da Live On Meios de Pagamento S.A.), da Galapos Consultoria e Participações Ltda. ("Galapos") e da W2D Tecnologia e Soluções Ltda. ("W2 Digital") além de participação minoritária na KC Tecnologia Serviços Imobiliários e de Internet, Empreendimentos e Participações S.A. ("Keycash"). Essas aquisições têm por objetivo a criação de um ecossistema de bem-estar financeiro por meio do aumento da oferta de serviços prestados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Modal, diretamente e por meio de suas controladas, adquiriu a Eleven Serviços de Consultoria e Análise S.A. ("Eleven"), a Proseek Escola de Negócios, Finanças e Consultoria Empresarial Ltda. ("Proseek") - sendo que, em abril de 2022, a Modalmais Treinamento incorporou a Proseek -, a Refinaria de Dados – Análise de Dados Ltda. ("Refinaria de Dados"), a Banking and Trading Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Carteira Global"), a Vaivoa Educação Ltda. ("Vaivoa") e a Hum Bilhão Educação Financeira Ltda. ("Hum Bilhão"). Essas aquisições tiveram como objetivo aumentar a oferta de produtos e serviços do Modal, reforçando os diferenciais competitivos do Banco, além de acelerar o uso de inteligência artificial para analisar dados

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

de mercado e dos clientes objetivando atuar com maior assertividade nas recomendações financeiras oferecidas aos clientes (Nota 3.a(i)).

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 8 de fevereiro de 2023.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Banco no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 4.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras a administração considerou todos os pronunciamentos contábeis vigentes emitidos até a data de sua publicação.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, no entanto, não é requerida pelas IFRS. Dessa forma, a DVA, preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Pronunciamentos Contábeis emitidos recentemente e aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

- *Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform)* Fase 2 – Alterações no IFRS 9, IAS39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 decorrentes da segunda fase do projeto relacionado à reforma de taxas interbancárias oferecidas. As alterações incluem expedientes práticos para modificação de instrumentos financeiros, de arrendamentos, julgamentos para instrumentos elegíveis a contabilidade de *hedge* e requisitos de divulgação. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações financeiras consolidadas do Modal.

Pronunciamentos Contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17/CPC 50 para contratos de segmentos que visa substituir o IFRS 4/CPC 11. O IFRS 17/CPC 50 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Não há impactos aplicáveis para o Banco Modal.
- IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17. financeiras. Não há impactos aplicáveis para o Banco Modal.
- Alteração da IFRS10/CPC36 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) – As alterações visam um alinhamento entre essas duas normas ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). O Modal não espera impactos decorrentes dessa norma em suas demonstrações financeiras.

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Alteração da IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – esclarece que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Estas alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. O Modal não espera impactos decorrentes dessa norma em suas demonstrações financeiras.
- Alteração da IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro – esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Esta alteração entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. O Modal não espera impactos imediatos decorrentes dessa norma em suas demonstrações financeiras.
- Alteração da IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. O Modal não espera impactos decorrentes dessa norma em suas demonstrações financeiras.

Nessa mesma data-base, além das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, o Banco também preparou as demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), disponíveis no endereço eletrônico ri.modal.com.br.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo Banco e suas controladas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas.

(i) Controladas

Controladas diretas e indiretas são todas as entidades nas quais o Banco tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em função da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se o Banco controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Modal.

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Relação	País	Atividade	Participação (%)	
				31/12/22	31/12/21
Modal Assessoria Financeira Ltda.	Controlada	Brasil	Assessoria	99,99%	99,99%
Modal Gestão de Recursos Ltda.	Controlada	Brasil	Holding	99,99%	99,99%
Modal Distrib. de Títulos e Val. Mobiliários Ltda.	Controlada	Brasil	Corretora	99,99%	99,99%

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Entidade	Relação	País	Atividade	Participação (%)	
				31/12/22	31/12/21
Modalmais Treinamento e Desenvolvimento Ltda.	Controlada Indireta	Brasil	Educação Financeira	99,99%	99,99%
MRE Desenvolv. e Negócios Imobiliário Ltda.	Controlada Indireta	Brasil	Gestão	100,00%	100,00%
Modal Corretora de Seguros Ltda. (1)	Controlada	Brasil	Serviços	100,00%	100,00%
Eleven Serviços de Consult. e Análise S.A. ("Eleven") (2)	Controlada	Brasil	Serviços	100,00%	100,00%
Banking and Trading Desenv de Sistemas Ltda. ("Carteira Global") (3)	Controlada	Brasil	Serviços	100,00%	100,00%
Refinaria de Dados – Análise de Dados Ltda. ("Refinaria de Dados") (4)	Controlada	Brasil	Serviços	100,00%	100,00%
Proseek Escola de Negócios, Finanças e Consultoria Empresarial Ltda. ("Proseek") (5)	Controlada Indireta	Brasil	Educação Financeira	-	100,00%
Hum Bilhão Educação Financ. Ltda. ("Hum Bilhão") (6)	Controlada	Brasil	Educação Financeira	100,00%	100,00%
Vaivoa Educação Ltda. ("VaiVoa") (7)	Controlada	Brasil	Educação Financeira	100,00%	100,00%
Modal As a Service S.A. ("MaaS") (8)	Controlada	Brasil	Serviços	100,00%	-
Galapos Consult. e Particip. Ltda. ("Galapos") (9)	Controlada	Brasil	Serviços	100,00%	-
W2D Tecnologia e Soluções Ltda. ("W2 Digital") (10)	Controlada	Brasil	Serviços	100,00%	-
MM Macadâmia FIM CP IE	Controlada	Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
MM Hedge Icon	Controlada Indireta	Nassau	Fundo de Investimento	99,37%	99,37%

- (1) Constituída em 11 de maio de 2021, a sociedade tem por objeto social a intermediação, angariação, administração e corretagem de seguros de danos e de pessoas, de planos previdenciários, de saúde, odontológicos e de títulos de capitalização, bem como a oferta de produtos e serviços relativos à assistência técnica e a manutenção de relacionamento com sociedades autorizadas a fornecer tais produtos e serviços.
- (2) Em 5 de fevereiro de 2021, o Modal e os acionistas da Eleven firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das ações da Eleven. A Eleven é uma casa de análises financeiras independente que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento do mercado financeiro brasileiro através de relatórios de ativos isentos. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da Eleven a partir do mês de abril de 2021 (data do *closing* da aquisição).
- (3) Em 6 de abril de 2021, o Modal e os acionistas da Carteira Global firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Carteira Global. A Carteira Global é uma plataforma de gerenciamento e consolidação de carteiras de investimentos com foco no *open finance* que oferece serviços para os investidores (B2C) e para os assessores e consultores financeiros (B2B). Em 31 de dezembro de 2021, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da Carteira Global a partir do mês de junho de 2021 (data do *closing* da aquisição).
- (4) Em 6 de abril de 2021, o Modal e os acionistas da Refinaria de Dados firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Refinaria de Dados. Essa operação tem como objetivo aumentar a sinergia das operações do Modal utilizando a infraestrutura e tecnologia de coleta, pré-processamento, análise e visualização de dados da Refinaria de Dados para melhor compreender as necessidades de clientes e parceiros. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da Refinaria de Dados a partir do mês de maio de 2021 (data do *closing* da aquisição).
- (5) Em 21 de janeiro de 2021, o Modal, por meio de sua controlada Modalmais Treinamento, e os acionistas da Proseek, firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Proseek. A Proseek é uma escola especializada na formação e capacitação de profissionais para o mercado financeiro, que oferece uma solução completa e escalável de formação de assessores financeiros, internos e externos, além de apoiar o desenvolvimento dos parceiros do B2B, notadamente agentes autônomos de investimento (AAIs), consultores de investimento e *Family Offices*. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da Proseek a partir do mês de abril de 2021 (data do *closing* da aquisição). Em abril de 2022, a Modalmais Treinamento incorporou sua controlada Proseek.
- (6) Em 6 de julho de 2021, o Modal e os acionistas da Hum Bilhão firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



adquiriu a totalidade das quotas da Hum Bilhão. Essa operação faz parte da estratégia de expansão do Modal no segmento de educação e capacitação financeira para seus colaboradores e clientes. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da Hum Bilhão a partir do mês de setembro de 2021 (data do *closing* da aquisição).

- (7) Em 21 de julho de 2021, o Modal e os acionistas da VaiVoa firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da VaiVoa. Essa operação, assim como a mencionada no item acima, faz parte da estratégia de expansão do Modal no segmento de educação e capacitação financeira para seus colaboradores e clientes. A VaiVoa é um projeto de aceleração da carreira de desenvolvedores, que oferece serviços na área de tecnologia da informação como desenvolvimento e licenciamento de programas de computador sob encomenda, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e atividades de agente de propriedade intelectual, ligadas à concessão de patentes e ao registro de marcas, desenhos industriais, contratos de transferência de tecnologia, indicações geográficas e/ou programas de computador. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da VaiVoa a partir do mês de setembro de 2021 (data do *closing* da aquisição).
- (8) Em 6 de outubro de 2021, o Modal e os acionistas da MaaS firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da MaaS. A MaaS é referência no mercado de *Banking as a Service* (BaaS) no Brasil, possibilitando empresas, de qualquer porte ou segmento, oferecer a seus clientes uma experiência de um banco digital com sua própria marca e direcionada ao seu público-alvo. Essa aquisição se insere no contexto de uma série de aquisições estratégicas de fortalecimento do ecossistema financeiro Modal, e tem por objetivo expandi-lo para novos clientes ao desenvolver soluções personalizadas à cada parceiro, de acordo com seu nicho de mercado. A operação foi aprovada pelo BACEN em 24 de dezembro de 2021 e em 21 de janeiro de 2022 ocorreu o cumprimento das demais condições precedentes e conclusão da transação. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da MaaS a partir do mês de fevereiro de 2022 (data do *closing* da aquisição).
- (9) Em 17 de novembro de 2021, o Modal e os acionistas da Galápos firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Galápos. A Galápos é uma tradicional boutique de fusões e aquisições na Região Sul do Brasil. Em 24 de janeiro de 2022, a operação foi aprovada pelo BACEN e em 05 de abril de 2022 ocorreu a conclusão das demais condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da Galápos a partir do mês de abril de 2022 (data do *closing* da aquisição).
- (10) Em 01 de dezembro de 2021, o Modal e os acionistas da W2D Digital firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da W2D Digital. A W2D Digital é referência no mercado de *Insurance as a Service* (IaaS) no Brasil e é especializada em ofertar seguros de maneira digital com simplicidade e eficiência, conectando provedores, insurtechs e seguradoras a clientes e parceiros por meio de canais digitais como apps, sites e plataformas via formato *white label*. A iniciativa se insere no contexto estratégico de fortalecimento do ecossistema financeiro Modal em um mercado endereçável em expansão, com alto potencial de receita e impulsionado pelo *open finance*. Em 10 de março de 2022, a operação foi aprovada pelo BACEN e em 05 de abril de 2022 ocorreu a conclusão das demais condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado consolidado apresentado contempla o resultado da W2 Digital a partir do mês de abril de 2022 (data do *closing* da aquisição).

(ii) Coligadas

Coligadas são todas as empresas sobre as quais o Modal possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando o Banco detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, o Banco poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial ("MEP").

Entidade	Relação	Critério de Avaliação	Atividade	Participação (%)	
				31/12/2022	31/12/2021
Novus Capital Gestora de Recursos Ltda.	Coligada	MEP	Administração de carteiras	27,50%	27,50%
KC Tecnologia Serv Imob, Empreend e Participações S.A. ("KeyCash") (1)	Coligada	MEP	Serviços	11,25%	-

- (1) Em 29 de setembro de 2021, o Modal e os acionistas da KeyCash firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu uma participação societária inicial de 11,25% na KeyCash. A KeyCash é uma *fintech* especializada no desenvolvimento de tecnologia e ferramentas para *home equity*, que visa proporcionar uma experiência ágil, prática e totalmente digital para os clientes utilizarem seus imóveis como garantia em operações de crédito. A operação foi aprovada pelo BACEN em 16 de dezembro de 2021 e em 16 de abril de 2022 ocorreu o cumprimento das demais condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



participação em coligadas apresentado contempla a participação proporcional do Banco no resultado líquido da KeyCash a partir de mês de abril de 2022 (data do *closing* da aquisição).

(iii) Combinações de negócios

Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio.

O método de aquisição é utilizado na contabilização de combinações de negócios, exceto para as enquadradas como sob controle comum.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. Quando o valor pago, acrescido da participação de acionistas não controladores, for maior que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença será contabilizada como ágio. Por outro lado, se a diferença for negativa, será tratada como ganho de capital e o valor será reconhecido diretamente no resultado.

a) Conversão de operações em moeda estrangeira**(i) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Modal e todas as entidades controladas. A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

(ii) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas em outros resultados abrangentes do patrimônio líquido.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por caixa, reservas livres, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pelo Grupo para gerenciar seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros com acordo de recompra/revenda

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Modal retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como uma obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Modal. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

d) Ativos Financeiros

O Grupo classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurado ao custo amortizado;
- Mensurado ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

(i) Avaliação do modelo de negócios

A classificação depende do modelo de negócios da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Modal considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à administração.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(iii) Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“SPPI test”).

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de *SPPI test*.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**(iv) Custo amortizado**

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

(v) Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(vi) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (*SPPI Test*), quanto para a venda.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve reclassificação de títulos entre as categorias, além disso não ocorreu desreconhecimento/venda de instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(vii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado os ativos cujo modelo de negócio é a negociação, ou que não sejam apenas para pagamento de principal e juros ou que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores (custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes); ou ativos designados pela entidade no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, como ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

(viii) Perda de crédito esperada

É a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

O Grupo registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os limites de créditos concedidos e não utilizados e para as garantias financeiras concedidas, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”.

Notas Explicativas**Banco Modal S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD, LGD e EAD:

- **PD (*probability of default*):** é definido como a probabilidade de que a contraparte não cumpra com as obrigações de pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da IFRS 9/CPC 48, serão considerados ambos: PD - 12 meses (Estágio 1), que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida (Estágios 2 e 3), que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data das demonstrações financeiras e a data de vencimento da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas;
- **LGD (*loss given default*):** é definida como o percentual de perdas de uma exposição de risco no momento na inadimplência e, uma vez que tenha ocorrido o evento, a LGD inclui três tipos de perdas: (i) a perda do principal; (ii) a perda decorrente dos custos de empréstimos não pagos (inclusive os custos de oportunidade); e (iii) a perda relacionada às despesas relativas ao processo de cobrança e recuperação do crédito; e
- **EAD (*exposure at default*):** é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência (saldo de operações de crédito contratados, limites disponíveis aos clientes e ainda não utilizados e garantias financeiras concedidas).

Inclui também, o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Modal reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito (nota 10) e que foram reclassificadas do Estágio 2;
- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Modal registra uma provisão para uma perda esperada para o prazo de vencimento residual do instrumento financeiro. O estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3;
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Modal registra uma provisão para perda esperada para o prazo de vencimento residual do instrumento financeiro. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Os critérios para cálculo da perda de crédito esperada e para determinação do aumento significativo do risco de crédito estão apresentados na nota 10.

(ix) Instrumentos patrimoniais

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como o valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Notas Explicativas**Banco Modal S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9/CPC 48 por já estarem avaliados ao valor justo.

(x) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente mensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.

Derivativos embutidos em instrumentos financeiros passivos são separados de seus contratos principais e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados, ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

e) Modificação de fluxos de caixa contratuais

Para modificações de fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro que não alteram substancialmente seus termos e condições e que, conseqüentemente, não levam à sua baixa, qualquer diferença entre o valor recalculado e o valor contábil bruto existente é reconhecida imediatamente no resultado como ganho ou perda na modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Modal efetua a baixa do ativo original e reconhece um novo ativo. Altera-se a data da renegociação e considera-se a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Modal não tiver perspectivas razoáveis de recuperar nenhum fluxo de caixa adicional do ativo financeiro, os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, ou o Modal transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o Modal reavalia o seu controle e determina se o real envolvimento relacionado com qualquer controle retido não o impede de efetuar tal reversão.

Um passivo financeiro baseado em contrato é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada, vencida ou liquidada.

g) Determinação do valor justo

O valor justo, de acordo com o IFRS 13/CPC 46, refere-se ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- **Nível 1:** Mensurações à valor justo obtido a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Neste nível são utilizados modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. Nessa avaliação a administração utiliza modelos em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Os instrumentos avaliados por esse modelo correspondem, basicamente, aos fundos de investimento ilíquidos das atividades de Merchant Banking. As principais premissas utilizadas nessas avaliações são: taxa de desconto, crescimento de receita e mercado, expectativa de endividamento e premissas macroeconômicas como inflação, riscos de mercado e país.

Outras informações sobre a hierarquia do valor justo podem ser verificadas na nota 4.a.

h) Ativos não circulantes mantidos para a venda e operações descontinuadas

Ativos não circulantes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda, e os ganhos e perdas de mensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda que: 1) representam uma importante linha separada de negócios; 2) são integrantes de um único plano coordenado para venda de importante linha separada de negócios ou de operações; ou 3) são controladas exclusivamente com o objetivo de revenda, são classificados como operações descontinuadas.

i) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

j) Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”)

O Banco registra os seus investimentos em cotas de fundos de investimento em participação de acordo com o IAS 28/CPC 18, que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o IFRS 9/CPC 48, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente de esta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação.

O Banco avalia constantemente a aderência dos investimentos em FIPs ao seu modelo de negócios e conforme apresentado nas notas 5 e 11 segregou como um segmento descontinuado parte dos FIPs investidos no segmento “Merchant Banking” (Nota 11.1.1).

k) Imobilizado

São mensurados pelo custo histórico, excluindo os gastos com manutenção, deduzidas a depreciação acumulada e, se necessário, ajustado ao seu valor de recuperação.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados (pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

(i) Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para o Modal e suas controladas, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção dos ativos tangíveis são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

(ii) Depreciação

É calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, quando aplicável, utilizando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada. As vidas úteis estimadas de itens do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil estimada
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistemas de comunicação	5 anos
Sistemas de processamento de dados	5 anos
Sistemas de segurança	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l) Operações de Arrendamento

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo financeiro correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente das contraprestações do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos

Notas Explicativas**Banco Modal S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. A taxa de juros incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Na determinação dessa taxa a administração considerou o seu custo de captação, seu spread de risco, a taxa de retorno livre de risco e as garantias oferecidas em operações similares. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso decorrem de contratos de aluguel das salas comerciais que hospedam os escritórios do Banco, esses contratos possuem o prazo médio de 2 anos e 4 meses (2021 - 1 anos e 9 meses) e foram descontados a uma taxa nominal incremental média de 8,83% ao ano, considerando o fluxo estimado nominal de pagamentos.

m) Ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são compostos por:

- Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.
- Ágio: o ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.
- Adiantamento de intangível: referente a projetos que estão em fase de desenvolvimento. A amortização ocorre de acordo com plano de negócios preparado pela administração, após a conclusão da etapa de desenvolvimento, homologação e testes. O prazo médio de amortização do ativo intangível é de cinco anos. O desenvolvimento é de uma plataforma unificada de um banco digital, com diversas funcionalidades, sendo que o projeto é controlado em subprojetos que entram em operação em momentos distintos.

(i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes com softwares são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(ii) Amortização

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. O tempo de vida útil estimado para software e projetos concluídos é de 5 anos.

n) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

É reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com o IAS 37/CPC 25, da seguinte forma:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existiam ativos contingentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Passivo Contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Modal ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

p) Passivos financeiros

São classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira: após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do IFRS 15/CPC 47; e
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado: são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

q) Provisões

São reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, o Modal e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são totais ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**r) Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

A IFRIC 23/ICPC22 é efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A interpretação trata de impostos que estejam sob o escopo do IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, no que se refere a realização e/ou aceitação de posições fiscais, por autoridades competentes. Caso haja incerteza de realização dos montantes, se faz necessária a verificação de probabilidade de ocorrência dessa alteração, para que os registros reflitam os montantes com confiabilidade. Quanto ao reconhecimento de obrigações legais, o Modal segue o disposto no IAS 37/CPC 25. Não houve impactos na adoção.

s) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20% para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Também é observada pelo Banco e por suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela administração.

t) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

u) Benefícios a empregados

O Modal dispõe aos seus funcionários benefícios conforme as regras dispostas no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Funcionários:

(i) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, participação nos resultados e benefícios não monetários.

(ii) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

(iii) Benefícios Pós Emprego

O Modal não patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19/CPC 33 – Benefícios aos Empregados.

Notas Explicativas**Banco Modal S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**v) Pagamento baseado em ações**

O Programa de Opções foi criado na modalidade “*Phantom Stock Option*”, por meio do qual o(a) beneficiário(a) não se torna sócio(a) de qualquer entidade integrante do Grupo, mas tão somente adquire o direito a receber o valor financeiro correspondente à valorização do valor patrimonial das ações do Modal, percebida no período de tempo entre a outorga e seu vencimento, na proporção de sua participação no programa, sem que haja emissão de novas ações e sem qualquer custo de aquisição para o(a) beneficiário(a).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa, com um correspondente aumento no passivo, durante o período em que os colaboradores adquirem o direito ao benefício. Para tal cálculo, aplica-se o percentual de outorga sobre a diferença entre o Patrimônio Líquido (“PL”) base da outorga e o PL projetado até o vencimento da opção, descontado a valor presente. Esse montante é ajustado pela estimativa da probabilidade de desligamentos voluntários (opções não exercíveis).

w) Patrimônio líquido**(i) Capital social**

É constituído por ações ordinárias, conforme descrito na nota 20.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(ii) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

Aos acionistas do Banco é assegurado um dividendo anual de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Modal é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do período, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho de Administração.

(iii) Lucro por ação

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33/CPC 41 - Lucro por ação.

- Lucro básico por ação: é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício.
- Lucro diluído por ação: é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

x) Partes relacionadas

O Modal possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações estão demonstradas na nota 31.

y) Reconhecimento de receitas e despesas

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. As despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.

Os critérios mais significativos utilizados pelo Modal para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

(i) Receitas com juros, despesas com juros e similares

São reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

(ii) Receitas de prestação de serviços

Os reconhecimentos de receitas de prestação de serviços provindas de contratos com clientes acontecem de acordo com os princípios descritos no IFRS 15/CPC 47, pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita após o cumprimento das obrigações de desempenho.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

As tarifas e comissões atreladas a contratos de empréstimos, são reconhecidas nas linhas de receitas com juros, por integrarem o cálculo da taxa efetiva.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo IFRS 15/CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do IFRS 9/CPC 48, de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

(iii) Receita com dividendos e juros sobre o capital próprio

A receita de dividendos é reconhecida em linha específica na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**(iv) Outras receitas e despesas**

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

(v) Custos incrementais

Os custos incrementais para obtenção de contratos com clientes para os quais a entidade tem expectativa de que irá recuperar são reconhecidos como ativo, nos termos do IFRS 15/CPC 47.

z) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem o Grupo a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme termos contratuais.

O Grupo emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Após o reconhecimento inicial, o Modal mensura pelo maior valor entre: (i) o valor da provisão para perdas; e (ii) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47.

aa) Administração de fundos de investimentos

O Modal gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores.

bb) Informações por segmento

De acordo com o IFRS 8/CPC 22, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- I. Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- II. Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- III. Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas do Consolidado, é a administração do Grupo, que é composta pelo Comitê Executivo ("Comex").

4. Julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações financeiras. Em atendimento ao IFRS, a administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados em nossas demonstrações financeiras consolidadas, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que não são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas as políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Modal estão detalhadas abaixo:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e cotas de fundo de investimento em participações

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, *swaps* “*vanilla*” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros etc.);
- Modelo Black&Scholes de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda, taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, são utilizados como “inputs” no modelo Black&Scholes com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo;
- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez (método utilizado para avaliar, principalmente, fundos de investimento em participações): nesses casos a administração utiliza significativo grau de julgamento para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e, em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

b) Estimativas de resultados para fins de realização do crédito tributário

A realização do crédito tributário é fundamentada em projeções de receitas das diferentes unidades de negócio do Grupo, que possuem incertezas. Essa avaliação está suportada no planejamento estratégico da entidade e são devidamente submetidos aos órgãos de governança.

c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito

As exigências de *impairment* previstas no IFRS 9/CPC 48 introduziram um modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, como era feito até então pela norma IAS 39/CPC 38. A mensuração da provisão para perda esperada de crédito considera premissas significativas, conforme descrito na nota 10.

- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas, consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.

d) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e suas respectivas estimativas dos potenciais benefícios econômicos futuros.

Banco Modal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A avaliação de existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é realizada no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Modal estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

e) Business combination e avaliação de ativos adquiridos

A mensuração do valor justo dos ativos identificáveis em uma combinação de negócios envolve premissas e estimativas contábeis que podem diferir dos valores de realização destes ativos e passivos. A avaliação da alocação do preço da transação está fundamentada em laudo técnico de empresa especializada, conforme divulgado na Nota 15.a.

5. Segmentos operacionais

O Grupo avalia os seus segmentos com base nas diretrizes estabelecidas pelo principal tomador de decisões estratégicas e operacionais da companhia (Comitê Executivo - Comex). Em 31 de dezembro de 2022, o Comex considera todo o grupo como um único segmento operacional reportável “modalmals”, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as operações eram verificadas em três segmentos reportáveis dos quais dois foram descontinuados.

- **Merchant Banking:** segmento relacionado as atividades de Banco de Investimento, preponderantemente investimentos em fundos de investimento em participações e ações de companhias fechadas geridos pela antiga área de *Private Equity* do Banco, e bens não de uso proveniente de execução de garantias dadas em operações de crédito;
- **Administração Fiduciária:** por meio das entidades Modal Asset Management Ltda. ("MAM") e Modal Administradora de Recursos Ltda. ("MAR"), o Banco realizava a administração e gestão de fundos de investimento ilíquidos. Em 22 de outubro de 2020, a MAF DTVM, criada para incorporar MAM e MAR, e Banco Modal cindiram as suas operações e em 27 de outubro de 2020 o Modal e a Apex, provedor global de serviços financeiros, comunicaram acordo para aquisição, por parte da Apex, do segmento de Administração Fiduciária através da aquisição da MAF DTVM. em 31 de agosto de 2022, após o cumprimento de todas as condições precedentes e aprovações dos reguladores a operação da aquisição pela Apex foi concluída.
- **Banco Digital “modalmals”:** plataforma digital de investimentos integrada a um banco digital com alto viés tecnológico que unifica operações do Banco e da Modal DTVM e demais empresas adquiridas (Eleven, Carteira Global, Refinaria de Dados, Proseek, VaiVoa, Hum Bilhão, MaaS, Galapos, W2D Digital e KeyCash) para oferta de produtos e serviços bancários e de ampla variedade de opções de investimentos, estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários e intermediação financeira, assim como operações de câmbio e hedge para clientes.

Em suas avaliações, o Comex não verifica dados de posição financeira e patrimonial, concentrando suas análises no desempenho das operações de cada unidade de negócio.

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



a) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Total	Modalmals	2022 Abertura dos Segmentos Descontinuados		
			Operações descontinuadas	Merchant Banking	Administração Fiduciária
Receitas de juros e rendimentos similares	828.413	824.570	3.843	3.843	-
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	824.570	824.570	-	-	-
Rendimentos e dividendos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.843	-	3.843	3.843	-
Despesas de juros e similares	(650.555)	(591.523)	(59.032)	(59.032)	-
Ao Custo amortizado	(650.555)	(591.523)	(59.032)	(59.032)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	186.407	198.141	(11.734)	(11.734)	-
Receita de prestação de serviços	403.804	394.477	9.327	-	9.327
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	(35.485)	(35.485)	-	-	-
Resultado na venda de Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	(12.694)	(12.694)	-	-	-
Operações de Crédito	(12.694)	(12.694)	-	-	-
Resultado de intermediação financeira e serviços	719.890	777.486	(57.596)	(66.923)	9.327
Despesas com pessoal	(238.942)	(236.501)	(2.441)	(1.721)	(720)
Despesas tributárias	(61.243)	(60.653)	(590)	-	(590)
Despesas gerais e administrativas	(347.795)	(340.512)	(7.283)	(3.415)	(3.868)
Resultado de participação em coligadas e controladas	(154)	(154)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(56.407)	(36.577)	(19.830)	(18.905)	(925)
Provisões e passivos contingentes	(10.109)	(8.042)	(2.067)	(1.660)	(407)
Resultado antes da tributação	5.240	95.047	(89.807)	(92.624)	2.817
Impostos sobre a Renda					
Correntes	(9.791)	(8.339)	(1.452)	-	(1.452)
Diferidos	53.453	11.587	41.866	41.683	183
Lucro líquido (prejuízo) Consolidado do exercício	48.902	98.295	(49.393)	(50.941)	1.548



Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			2021		
			Abertura dos Segmentos Descontinuados		
	Total	Modalmals	Operações descontinuadas	Merchant Banking	Administração Fiduciária
Receitas de juros e rendimentos similares	294.219	292.418	1.801	1.801	-
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	292.418	292.418	-	-	-
Rendimentos e dividendos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.801	-	1.801	1.801	-
Despesas de juros e similares	(161.364)	(147.042)	(14.322)	(14.322)	-
Ao Custo amortizado	(161.364)	(147.042)	(14.322)	(14.322)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	192.821	197.552	(4.731)	(4.731)	-
Receita de prestação de serviços	379.423	340.494	38.929	-	38.929
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	57.210	57.210	-	-	-
Resultado na venda de Operações de Crédito	1.000	1.000	-	-	-
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	3.798	3.798	-	-	-
Operações de Crédito	3.798	3.798	-	-	-
Resultado de intermediação financeira e serviços	767.107	745.430	21.677	(17.252)	38.929
Despesas com pessoal	(199.499)	(192.126)	(7.373)	(3.866)	(3.507)
Despesas tributárias	(52.489)	(47.759)	(4.730)	(1.548)	(3.182)
Despesas gerais e administrativas	(261.227)	(241.450)	(19.777)	(6.298)	(13.479)
Resultado de participação em coligadas e controladas	2.333	2.333	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(60.033)	(51.786)	(8.247)	(8.247)	-
Provisões e passivos contingentes	(46.222)	(1.770)	(44.452)	(44.452)	-
Resultado antes da tributação	149.970	212.872	(62.902)	(81.663)	18.761
Impostos sobre a Renda – Correntes	(18.257)	(4.027)	(14.230)	(5.607)	(8.623)
Impostos sobre a Renda – Diferidos	(18.377)	(52.682)	34.305	34.305	-
Lucro líquido (prejuízo) Consolidado do exercício	113.336	156.163	(42.827)	(52.965)	10.138

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5.155	228
Reservas livres	313	1.205
Disponibilidades em moeda estrangeira	221.284	510.080
Caixa	226.752	511.513
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.070.966	1.675.033
Caixa e equivalentes de caixa	1.297.718	2.186.546

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias. Essas operações foram praticadas a uma taxa média de 7,57% a.a. (31/12/2021 – 5,19% a.a.).

7 - Ativos Financeiros - Títulos e Valores Mobiliários

Notas Explicativas

a) Composição

Classificação	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor contábil	Valor de Curva	Ajuste ao valor justo	Valor contábil	Valor de Curva	Ajuste ao valor justo
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	1.645.565	1.555.273	90.292	1.187.028	1.164.302	22.726
CRI	80.887	81.312	(425)	32.519	32.681	(162)
CRA	41.516	41.905	(389)	4.528	4.503	25
CDB	14.758	13.955	803	-	-	-
Títulos emitidos no exterior	379.895	379.859	36	394.389	394.389	-
Cotas de Fundos	116.050	116.050	-	149.586	143.531	6.055
LCI	252	243	9	-	-	-
LCA	1.060	1.020	40	-	-	-
COE	3.164	3.164	-	6.598	6.598	-
Debêntures	239.629	248.627	(8.998)	383.479	366.292	17.187
LFT	469.740	469.210	530	215.929	216.308	(379)
Nota Comercial	20.064	20.064	-	-	-	-
Empréstimos em ações	278.550	179.864	98.686	-	-	-
Instrumentos de capital	327.914	320.690	7.224	108.213	117.808	(9.595)
Ações de companhias fechadas	1.226	1.226	-	1.957	1.957	-
Ações de companhias abertas	81.455	74.231	7.224	76.901	86.496	(9.595)
Cotas de fundos especiais	33.761	33.761	-	29.355	29.355	-
Cotas de fundos	211.472	211.472	-	-	-	-
Total	1.973.479	1.875.963	97.516	1.295.241	1.282.110	13.131
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	1.181.165	1.180.323	842	862.593	864.370	(1.777)
Total	1.181.165	1.180.323	842	862.593	864.370	(1.777)
Instrumentos financeiros ao custo amortizado (CA) (1)						
Instrumentos de dívida	180.370	174.759	5.611	53.181	53.181	-
Total	180.370	174.759	5.611	53.181	53.181	-
Títulos e valores Mobiliários	3.335.014	3.231.045	103.969	2.211.015	2.199.661	11.354

(1) Os saldos de provisão referente aos títulos avaliados ao custo amortizado estão disponíveis na nota explicativa 10.

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento:

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos instrumentos de dívida e de capital é a seguinte:

	31/12/2022							
Instrumento / Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)								
CRI	-	114	2.224	1.355	19.334	54.773	3.087	80.887
CRA	-	-	1.524	811	15.379	23.802	-	41.516
CDB	-	6.401	1.984	2.710	2.111	1.552	-	14.758
Ações de companhias fechadas	1.226	-	-	-	-	-	-	1.226
Ações de companhias abertas	81.455	-	-	-	-	-	-	81.455
Títulos emitidos no exterior	364.398	15.497	-	-	-	-	-	379.895
Cotas de fundos investimento	116.050	-	-	-	-	-	-	116.050
Cotas de fundos especiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de fundos multimercado	211.472	-	-	-	-	-	33.761	245.233
Cotas de fundos Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
COE	-	-	46	488	2.401	229	-	3.164
Debêntures	-	-	-	123.043	11.389	93.679	11.518	239.629
LCI	-	159	88	5	-	-	-	252
LCA	-	266	195	546	16	37	-	1.060
LFT	-	35.911	114	259.274	157.080	17.361	-	469.740
Nota Comercial	-	-	-	20.064	-	-	-	20.064
Empréstimos de ações	-	-	-	278.550	-	-	-	278.550
Total	774.601	58.348	6.175	686.846	207.710	191.433	48.366	1.973.479
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)								
LC	-	-	51	16	-	-	-	67
NTN	-	-	-	-	2	507	347	856
TDA	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

								31/12/2022
Análises Explicativas								
Instrumento / Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
LTN	-	99.948	9.972	192.652	104.720	-	-	407.292
LFT	-	151.130	6.312	290.989	279.340	45.179	-	772.950
Total	-	251.078	16.335	483.657	384.062	45.686	347	1.181.165
Instrumentos financeiros ao custo amortizado (CA)								
Debêntures	-	-	-	-	161.488	-	-	161.488
Nota Comercial	-	-	-	-	18.882	-	-	18.882
Total	-	-	-	-	180.370	-	-	180.370
Total Geral	774.601	309.426	22.510	1.170.503	772.142	237.119	48.713	3.335.014

31/12/2021								
Instrumento / Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)								
CRI	-	-	196	-	6.689	22.387	3.247	32.519
CRA	-	-	537	255	3.540	196	-	4.528
Ações de companhias fechadas	1.957	-	-	-	-	-	-	1.957
Ações de companhias abertas	76.901	-	-	-	-	-	-	76.901
Títulos emitidos no exterior	-	-	-	-	-	-	394.389	394.389
Cotas de fundos investimento	102.836	-	-	-	-	-	-	102.836
Cotas de fundos especiais	25	-	-	-	-	-	29.355	29.380
Cotas de fundos mercado imobiliário	35.097	-	-	-	-	-	-	35.097
Cotas de fundos Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	11.628	11.628
COE	-	-	-	-	6.597	-	-	6.597
Debêntures	-	-	104.608	-	34.428	243.812	632	383.480
LFT	-	102.084	97.330	-	16.460	55	-	215.929
Total	216.816	102.084	202.671	255	67.714	266.450	439.251	1.295.241
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)								
CDB	2.140	1.248	4.520	2.745	3.268	1.266	-	15.187
LC	-	280	67	16	-	-	-	363
LCI	-	426	313	213	-	-	-	952
LCA	-	382	805	433	3	4	-	1.627
NTN	-	-	-	268	-	2	361	631
TDA	-	-	-	-	-	1	-	1
LTN	-	10	89.427	-	-	-	-	89.437
LFT	883	186.300	171.732	394.293	134	1.053	-	754.395
Total	3.023	188.646	266.864	397.968	3.405	2.326	361	862.593
Instrumentos financeiros ao custo amortizado (CA)								
Debêntures	-	-	-	-	-	23.045	-	23.045
Nota Comercial	-	-	30.136	-	-	-	-	30.136
Total	-	-	30.136	-	-	23.045	-	53.181
Total Geral	219.839	290.730	499.671	398.223	71.119	291.821	439.612	2.211.015

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não houve reclassificação de títulos entre categorias, bem como não ocorreu desreconhecimento/venda de instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

8. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado – Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap*, *opções* e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

Notas Explicativas

O Modal participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender à sua estratégia e às necessidades de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas, que definem a estratégia de operação, assim como os controles de acompanhamento e os limites de posição.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor justo dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 ajustado pelo risco de crédito de contraparte (*Credit Value Adjustment - CVA*).

Representados substancialmente por “*hedge*” de captações do próprio Modal e por estratégias de investimentos de clientes nos mercados de moedas, commodities e juros, nacional e/ou internacional, registradas na B3. As operações de derivativos realizadas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado para o Modal.

a) Composição dos derivativos (ativos e passivos)

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo atualizado	Valor justo	Resultado não realizado	Custo atualizado	Valor justo	Resultado não realizado
Posição ativa						
Opções de compra – ativos financeiros (1)	-	117.076	117.076	512	799	287
Opções de venda – ativos financeiros (1)	22.500	6.126	(16.374)	-	-	-
Compra a termo a receber	3.865	6.265	2.400	37.541	39.670	2.129
Venda a termo a receber	3.052	3.891	839	16.259	14.951	(1.308)
Diferencial de contratos de “swap”	28.665	54.344	25.679	51	21.522	21.471
Câmbio comprado a liquidar (2)	1.777	1.777	-	83.751	83.751	-
Certificado de operação estruturada – COE	-	9	9	-	-	-
Outros derivativos	-	166	166	7	7	-
Total	59.859	189.654	129.795	138.121	181.625	43.504
Posição passivo						
Venda a termo a pagar	(94)	(97)	(3)	(3.156)	(4.221)	(1.065)
Compra a termo a pagar	(9.982)	(6.633)	3.349	(17.150)	(17.248)	(98)
Diferencial de contratos de “swap”	(18.810)	(18.496)	314	(14.324)	(12.288)	2.036
Opções de Venda ¹	-	(6.126)	(6.126)	-	-	-
Opções de Compra ¹	(39.287)	(117.077)	(77.790)	-	-	-
Câmbio vendido a liquidar ²	(1.754)	(1.754)	-	(146.895)	(146.895)	-
Total	(69.927)	(150.183)	(80.256)	(181.525)	(180.652)	873

(1) Em 31 de dezembro de 2022, referem-se a resultado de operações de *hedge* dado a clientes que buscaram proteção em função da maior volatilidade do mercado.

(2) O Banco registra as operações de câmbio a liquidar na rubrica de instrumentos financeiros derivativos considerando as características de baixo desembolso inicial e liquidação futura dessas operações.

As operações com esses instrumentos estão registradas na B3 ou CETIP. Em 31 de dezembro de 2022, foram requeridas margens em garantia para as operações no montante de R\$730.935 (31/12/2021 – R\$485.441), que estão representadas por títulos públicos (LFTs e LTNs) e cotas de fundo multimercado.

b) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador
Notas Explicativas

				31/12/2022
	Local de Custódia	Posição Comprada	Posição Vendida	Exposição Líquida
Opções(Ativos financeiros)				
Opções - Compra	CBLC	123.202	(123.202)	-
Mercado futuro				
Taxa de juros	B3	1.115.880	(496.562)	619.318
Índice - DAP	B3	-	(248.856)	(248.856)
Taxa de juros	CME	12.722	-	12.722
Commodities	NYBOT	-	(2.051)	(2.051)
Índice	CME	110.004	-	110.004
Commodities	SGX	-	(35.936)	(35.936)
Commodities	ICE-US	-	(23.903)	(23.903)
Mercado a termo				
Moeda	B3	793.189	(269.205)	523.984
Commodities	B3	65.688	(14.944)	50.744
"Swap"				
Taxa de juros	B3	980.817	(887.665)	93.152
Índices	B3	-	-	-
Commodities	B3	-	(63.909)	(63.909)
Moeda	B3	23.635	(26.192)	(2.557)
Ações	B3	-	(16.831)	(16.831)
Outros instrumentos derivativos				
COE	B3	9	-	9
Total		3.225.146	(2.209.256)	1.015.890

				31/12/2021
	Local de Custódia	Posição Comprada	Posição Vendida	Exposição Líquida
Opções(Ativos financeiros)				
Commodities-compra	NYBOT	799	-	799
Mercado futuro				
Taxa de juros	B3	1.038.459	(26.488)	1.011.971
Moeda	B3	-	(1.329.807)	(1.329.807)
Commodities	B3	2.609	(6.512)	(3.903)
Índice	B3	529	(3.335.609)	(3.335.080)
Índice - DAP	B3	-	(362.997)	(362.997)
Commodities	NYBOT	-	(2.204)	(2.204)
Taxa de juros	CME	-	(236.601)	(236.601)
Commodities	CME	6.726	(2.634)	4.092
Índice	CME	3.318.994	-	3.318.994
Commodities	SGX	-	(2.134)	(2.134)
Commodities	ICE-US	-	(98.347)	(98.347)
Mercado a termo				
Moeda	B3	1.347.941	(730.602)	617.339
Commodities	B3	67.471	-	67.471
Ação	B3	107	-	107
"Swap"				
Taxa de juros	B3	807.530	(719.903)	87.627
Índices	B3	-	(529)	(529)
Ação	B3	89	(91)	(2)
Commodities	B3	-	(89.425)	(89.425)
Moeda	B3	11.563	-	11.563
Total		6.602.817	(6.943.883)	(341.066)

c) Abertura por vencimento - valor de referência (principal)
Notas Explicativas

	31/12/2022					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Mercado de opções	-	-	-	-	-	-
Posição comprada					123.202	123.202
Posição vendida					(123.202)	(123.202)
Mercado futuro	(169.477)	123.214	473.910	59.374	(55.723)	431.298
Posição comprada	50.974	417.562	474.980	91.471	203.618	1.238.605
Posição vendida	(220.451)	(294.348)	(1.070)	(32.097)	(259.341)	(807.307)
Mercado a termo	47.280	462.500	25.913	39.035	-	574.728
Posição comprada	312.067	481.123	26.654	39.035	-	858.879
Posição vendida	(264.787)	(18.623)	(741)	-	-	(284.151)
"Swap"	15	(116)	28.244	(18.378)	99	9.864
Posição ativa	15	-	28.244	316	90	28.665
Posição passiva	-	(116)	-	(18.694)	-	(18.810)
COE					9	9
Total	(122.182)	585.598	528.067	80.031	(55.624)	1.015.890

	31/12/2021					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Opções (ativos financeiros)	-	-	-	799	-	799
Posição comprada	-	-	-	799	-	799
Posição vendida	-	-	-	-	-	-
Mercado futuro	250.191	(1.344.893)	(57.133)	188.419	(72.600)	(1.036.016)
Posição comprada	252.325	3.563.754	26.507	204.490	320.240	4.367.316
Posição vendida	(2.134)	(4.908.647)	(83.640)	(16.071)	(392.840)	(5.403.332)
Mercado a termo	(14.101)	595.886	65.109	30.790	7.233	684.917
Posição comprada	9.251	1.201.839	144.612	52.584	7.233	1.415.519
Posição vendida	(23.352)	(605.953)	(79.503)	(21.794)	-	(730.602)
"Swap"	45	(138)	23.444	(800)	(13.317)	9.234
Posição ativa	49	2	21.471	-	-	21.522
Posição passiva	(4)	(140)	1.973	(800)	(13.317)	(12.288)
Total	236.135	(749.145)	31.420	219.208	(78.684)	(341.066)

d) Abertura por vencimento - diferencial a receber (pagar)

	31/12/2022					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Valores a receber	7.068	2.648	56.321	316	123.301	189.654
"Swap"	15	-	53.923	316	90	54.344
Opções	-	-	-	-	123.202	123.202
Mercado a Termo	5.110	2.648	2.398	-	-	10.156
Ativos Financeiros	166	-	-	-	-	166
Câmbio	1.777	-	-	-	-	1.777
COE	-	-	-	-	9	9
Valores a pagar	(1.764)	(362)	(1)	(25.167)	(122.889)	(150.183)
"Swap"	-	-	-	-	(123.203)	(123.203)
Opção de venda	-	(116)	-	(18.694)	314	(18.496)
Mercado a Termo	(10)	(246)	(1)	(6.473)	-	(6.730)
Câmbio	(1.754)	-	-	-	-	(1.754)
Total	5.304	2.286	56.320	(24.851)	412	39.471

Notas Explicativas

	31/12/2021					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Valores a receber	104.929	14.391	54.229	6.783	1.293	181.625
Opção de compra				799		799
“Swap”	49	2	21.471	-	-	21.522
Mercado a Termo	197	14.389	32.758	5.984	1.293	54.621
Ativos Financeiros	20.932	-	-	-	-	20.932
Câmbio	83.751	-	-	-	-	83.751
Valores a pagar	(147.517)	(16.440)	(921)	(2.457)	(13.317)	(180.652)
“Swap”	(4)	(139)	1.972	(800)	(13.317)	(12.288)
Mercado a Termo	(618)	(16.301)	(2.893)	(1.657)	-	(21.469)
Câmbio vendido a liquidar	(146.895)	-	-	-	-	(146.895)
Total	(42.588)	(2.049)	53.308	4.326	(12.024)	973

e) Por contraparte

	31/12/2022			31/12/2021		
	Clientes	Instituições Financeiras	Total	Clientes	Instituições Financeiras	Total
Ativos financeiros – opções				-	799	799
Swap	9.855	-	9.855	9.234	-	9.234
Contrato a termo	574.728	-	574.728	684.917	-	684.917
Contratos futuros	-	431.298	431.298	-	(1.036.016)	(1.036.016)
COE	9	-	9			
Total	584.592	431.298	1.015.890	694.151	(1.035.217)	(341.066)

f) Hedge econômico

O Banco utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico tais como opções, a termo, futuro e de swap com ajuste periódico. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de *hedge* das posições da tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira sempre que a área de risco julgue necessário.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o hedge das exposições em dólar e IPCA são apresentados da seguinte forma:

(i) O "hedge" da exposição de dólar:

	31/12/2022		31/12/2021	
Instrumento	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF ⁽¹⁾	864.613	(284.518)	1.321.830	(701.020)
Mercado Futuro	194.597	(910.047)	-	(1.329.807)
<i>Treasury Bills</i>	169.576	-	-	-
Disponibilidade em ME - dólar spot	15.383	-	697.657	-
Total geral	1.244.169	(1.194.565)	2.019.487	(2.030.827)

(1) Representa o valor do contrato padrão na B3, atualizado até a data-base.

(ii) O "hedge" de exposição no indexador IPCA é composto da seguinte forma:
Notas Explicativas

Instrumento ⁽¹⁾	31/12/2022		31/12/2021	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
Operações de crédito	426.889	(639)	448.036	-
Títulos públicos (NTN-B) ⁽²⁾	343.662	(415.277)	421.179	(397.211)
Índice de preço BM&F – DAP	-	(269.921)	-	(364.098)
Total geral	770.551	(685.837)	869.215	(761.309)

(1) Os valores acima representam o principal atualizado pela taxa pactuada em cada operação.

(2) A posição vendida refere-se à captação em operações compromissadas com livre movimentação, onde o Modal vende o lastro e assume a obrigação de recompra dos títulos até o vencimento da operação.

9. Ativos Financeiros mensurados pelo custo amortizado - Operações de Crédito

a) Composição

Instrumentos de dívida	31/12/2022		31/12/2021	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e títulos descontados	1.196.537	(16.542)	971.411	(3.845)
Títulos e valores mobiliários (nota 7.a)	180.370	(106)	53.181	(90)
Outros Créditos	55.323	(254)	61.506	(273)
Total	1.432.230	(16.902)	1.086.098	(4.208)

b) Concentração de Crédito

Maiores devedores	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	998.635	69,7%	610.315	56,2%
50 seguintes maiores devedores	332.717	23,2%	392.295	36,1%
100 seguintes maiores devedores	10.755	0,8%	13.672	1,3%
Demais devedores	90.123	6,3%	69.816	6,4%
Total	1.432.230	100,0%	1.086.098	100,0%

c) Concentração por setor de atividades

Setor	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Comércio	9.685	0,7%	74.189	6,8%
Serviços	1.022.233	71,4%	641.551	59,1%
Pessoa Física	400.312	28,0%	370.358	34,1%
Total	1.432.230	100,0%	1.086.098	100,0%

d) Faixas de Vencimento

	31/12/2022						Total
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Vencidos De 181 a 360 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	A vencer Após 360 dias	
Empréstimos e títulos descontados	10.550	6.705	14.382	159.672	344.683	660.545	1.196.537
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	180.370	180.370
Outros Créditos	-	-	-	20.335	32.179	2.809	55.323
Total	10.550	6.705	14.382	180.007	376.862	843.724	1.432.230

							31/12/2021
Notas Explicativas	Vencidos			A vencer			Total
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Empréstimos e títulos descontados	9.536	5.666	4.138	404.129	122.812	425.130	971.411
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	30.136	-	23.045	53.181
Outros Créditos	-	-	-	19.913	31.120	10.473	61.506
Total	9.536	5.666	4.138	454.178	153.932	458.648	1.086.098

10. Ativos financeiros por estágio de risco e movimentação da provisão para perdas de crédito esperada

Periodicamente o Modal avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteiras, a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, índices de inflação e índices de atividade econômica (PIB).

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas, tais como:

- Prazo: o Modal considera a data de vencimento residual da operação como prazo máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito histórico da carteira;
- Aumento significativo no risco de crédito: o Modal avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto, frequência e histórico de renegociações, avaliação de agentes externos ao Modal (como relatórios de rating emitidos por agências de risco), considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:
 - Estágio 1 para Estágio 2: atraso superior a 45 dias; e
 - Estágio 2 para Estágio 3: atraso superior a 90 dias e indicativos de deterioração na qualidade de crédito, como renegociações recorrentes, entre outros.
- Melhoria no risco de crédito: para determinar a redução do risco de crédito de um ativo financeiro, o Modal avalia, principalmente, o cumprimento das condições de renegociação da operação-objeto (repactuação de termos contratuais, pagamento relevante de parte do ativo financeiro e/ou adimplência de parcelamentos realizados) e reinicia o acompanhamento periódico das premissas determinantes do aumento significativo no risco de crédito; e
- Informações prospectivas: o IFRS 9/CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Modal utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.

Avaliação individual ou coletiva

Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, os históricos médios de perdas e recuperações da carteira entre outros fatores relevantes.

Para fins de avaliação individual, os ativos financeiros e as garantias financeiras concedidas aos nossos clientes têm seu risco de crédito avaliado, considerando principalmente: (i) o histórico de outras operações de crédito concedidas anteriormente às garantias financeiras; (ii) o histórico de renegociação de operações, quando houver; (iii) a análise qualitativa do risco de crédito por meio de dados internos e externos à nossa organização, como ratings emitidos por agências de risco e relatórios emitidos e publicados pelas companhias ao mercado e; (iv) a análise quantitativa do risco de crédito que inclui a avaliação de dados financeiros disponíveis; histórico de restrições do devedor, quando houver; histórico de operações de crédito com outras instituições financeiras, quando publicamente divulgadas; entre outras.

a) Abertura por estágio

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**Notas Explicativas**

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos, títulos descontados e outros créditos	1.215.924	5.354	30.582	1.251.860
Instrumentos de dívida – títulos e valores mobiliários	180.370	-	-	180.370
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.121)	(1.218)	(14.563)	(16.902)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, líquidos de perdas esperadas	1.395.173	4.136	16.019	1.415.328

31/12/2021

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos, títulos descontados e outros créditos	1.012.554	7.840	12.523	1.032.917
Instrumentos de dívida – títulos e valores mobiliários	53.181	-	-	53.181
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.275)	(1.003)	(1.930)	(4.208)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, líquidos de perdas esperadas	1.064.460	6.837	10.593	1.081.890

b) Movimentação da perda esperada

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (2)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	(1.275)	(1.003)	(1.930)	(4.208)
Transferidos do Estágio 1	11	(11)	-	-
Transferidos do Estágio 2	(3)	5	(2)	-
Transferidos do Estágio 3 (1)	(95)	(1)	96	-
Reversão de perda esperada para os próximos 12 meses	(335)	-	-	(335)
(Constituição) reversão de perda esperada até o vencimento	-	(1.206)	(14.519)	(15.725)
Reversões por liquidações/baixas de operações de crédito	576	998	1.792	3.366
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	(1.121)	(1.218)	(14.563)	(16.902)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (2)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	(121)	(2.433)	(5.452)	(8.006)
Transferidos para o Estágio 2	(6)	6	-	-
(Constituição) reversão de perda esperada para os próximos 12 meses	(1.259)	-	-	(1.259)
(Constituição) reversão de perda esperada até o vencimento	-	(1.003)	(1.930)	(2.933)
Reversões por liquidações/baixas de Operações de Crédito	111	2.427	5.452	7.990
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	(1.275)	(1.003)	(1.930)	(4.208)

(1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 3 para o estágio 1 ao longo do exercício, estas transitaram antes pelo estágio 2.

(2) Inclui perda esperada para operações de garantias financeiras concedidas.

c) Garantias financeiras prestadas

	31/12/2022	31/12/2021
Aval ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	19.564	57.821
Outras fianças bancárias	22.963	55.888
Garantias financeiras prestadas	42.527	113.709
Provisão para perdas esperadas ⁽¹⁾	(1.049)	(217)
Garantias financeiras prestadas, líquidas de perdas esperadas	41.478	113.492

(1) As garantias financeiras prestadas aos nossos clientes são avaliadas para o cálculo da perda esperada de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, conforme disposto pelo IFRS 9/CPC 48 (Nota 3.e).

11. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

No intuito de direcionar as operações do Grupo para o segmento de varejo e oferta de produtos e serviços por meio da sua plataforma de Banco Digital “modalmais”, a administração optou pela descontinuidade de determinados segmentos operacionais. Nesse contexto, o Grupo iniciou o esforço de venda das operações de Merchant Banking e de Administração Fiduciária. Por se tratar de componentes relevantes e que representam unidades de negócios separadas (nota 5), foram considerados como “operações descontinuadas”.

a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Merchant Banking	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	1	6
Ativos Financeiros		
ao valor justo por meio do resultado – títulos e valores mobiliários (Nota 11.1)	150.547	187.892
Bens não de uso, líquidos de <i>impairment</i> (Nota 11.2)	34.620	57.694

Notas Explicativas**Merchant Banking**

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda recuperável e diferido (1)	68.656	32.739
Ativos não circulantes mantidos para venda	253.824	278.331
Depósitos	8	7
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidas (1)	8.728	8.885
Provisões e passivos contingentes (Nota 11.3)	39.696	42.902
Passivos associados a ativos não circulantes mantidos para venda	48.432	51.794

(1) O imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem do ajuste a mercado de ativos e do prejuízo fiscal da unidade de negócios descontinuada. Dessa forma, na efetiva realização dos investimentos, as respectivas obrigações fiscais não serão transacionadas e serão arcadas pelo Banco.

b) Resultado dos exercícios das operações descontinuadas

	2022		
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Receitas de Juros, Rendimentos e Dividendos de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	3.843	-	3.843
Despesas de juros e similares			
Ao Custo amortizado	(59.032)	-	(59.032)
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(11.734)	-	(11.734)
Receita de prestação de serviços	-	9.327	9.327
Resultado de intermediação financeira e serviços	(66.923)	9.327	(57.596)
Despesas com pessoal	(1.721)	(720)	(2.441)
Despesas tributárias	-	(590)	(590)
Despesas gerais e administrativas	(3.415)	(3.868)	(7.283)
Outras despesas operacionais	(18.905)	(925)	(19.830)
Provisões e passivos contingentes	(1.660)	(407)	(2.067)
Resultado antes da tributação	(92.624)	2.817	(89.807)
Impostos sobre a Renda			
Correntes	-	(1.452)	(1.452)
Diferidos	41.683	183	41.866
Resultado com operações descontinuadas	(50.941)	1.548	(49.393)
Resultado por ação (básico e diluído em R\$) com operações descontinuadas			
Ações Ordinárias			(0,0720531)
Ações Preferenciais			(0,0000000)

Notas Explicativas

	2021		
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Receitas de juros e rendimentos similares			
Dividendos de ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.801	-	1.801
Despesas de juros e similares			
Ao Custo amortizado	(14.322)	-	(14.322)
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(4.731)	-	(4.731)
Receita de prestação de serviços	-	38.929	38.929
Resultado de intermediação financeira e serviços	(17.252)	38.929	21.677
Despesas com pessoal	(3.866)	(3.507)	(7.373)
Despesas tributárias	(1.548)	(3.182)	(4.730)
Despesas gerais e administrativas	(6.298)	(13.479)	(19.777)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.247)	-	(8.247)
Provisões e passivos contingentes (Nota 11.1.3)	(44.452)	-	(44.452)
Resultado antes da tributação	(81.663)	18.761	(62.902)
Impostos sobre a Renda			
Correntes	(5.607)	(8.623)	(14.230)
Diferidos	34.305	-	34.305
Resultado com operações descontinuadas	(52.965)	10.138	(42.827)
Resultado por ação (básico e diluído) com operações descontinuadas			
Ações ordinárias (em R\$)			(0,0623822)
Ações preferenciais (em R\$)			(0,0623822)

c) Fluxos de caixa das operações descontinuadas

	2022		
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Fluxos de caixa das operações descontinuadas			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(50.941)	1.548	(49.393)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(41.683)	(183)	(41.866)
Provisões e passivos contingentes	1.660	407	2.067
Variação de valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.734	-	11.734
Prejuízos na alienação de bens não de uso	6.734	-	6.734
Impairment de bens não de uso	12.270	-	12.270
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(60.226)	1.772	(58.454)
Variações em Ativos e Passivos			
Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado	5	-	5
Redução de Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	21.768	-	21.768
Redução de Outros ativos	5.792	-	5.792
Redução de Passivos financeiros ao custo amortizado	1	-	1
Redução de Provisões e passivos contingentes	(5.273)	-	(5.273)
Dividendos recebidos	3.843	-	3.843
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais descontinuadas	(34.090)	1.772	(32.318)
Fluxos de caixa das atividades de investimento descontinuadas			
Alienação de bens não de uso	4.070	-	4.070
Caixa gerado pelas atividades de investimento descontinuadas	4.070	-	4.070

	2021		
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Fluxos de caixa das operações descontinuadas			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(52.965)	10.138	(42.827)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.305)	-	(34.305)
Provisões e passivos contingentes	44.452	-	44.452
Variação de valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.530	-	18.530
Baixa de recebíveis de venda a prazo de investimento	7.253	-	7.253
Prejuízos na alienação de bens não de uso	466	-	466
Impairment de bens não de uso	526	-	526
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(16.043)	10.138	(5.905)
Variações em Ativos e Passivos			
Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado	5.986	-	5.986
Redução de Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	50.153	-	50.153
Redução de Outros ativos	1.566	-	1.566
Redução de Passivos financeiros ao custo amortizado	(22)	-	(22)
Redução de Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(2.924)	-	(2.924)
Redução de Provisões e passivos contingentes	(1.550)	-	(1.550)

Notas Explicativas

			2021
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Redução de Passivos Fiscais Corrente e Outras obrigações fiscais	(1)	-	(1)
Dividendos recebidos	1.801	-	1.801
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais descontinuadas	38.966	10.138	49.104
Fluxos de caixa das atividades de investimento descontinuadas			
Alienação de bens não de uso	2.520	-	2.520
Caixa gerado pelas atividades de investimento descontinuadas	2.520	-	2.520

11.1. Merchant Banking**11.1.1. Fundos de investimentos****a) Composição dos investimentos**

	31/12/2022	31/12/2021
FIP Novo Hotel Participações	80.363	88.895
FIP KSM Realty	47.080	74.751
FIP Chardonnay	22.323	22.247
FIP BHG	330	1.094
FIP Performance	451	905
Fundos de Investimentos	150.547	187.892

Para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022, a administração reavaliou o seu planejamento estratégico e as condições de cada investimento e reafirmou o esforço de alienação por meio da manutenção dos ativos remanescentes a venda e elaborando uma estratégia de alienação para os 12 meses subsequentes. O Comex permanece empenhado e comprometido com a liquidação dos ativos e possíveis estratégias adotadas no plano de venda para o próximo exercício.

Inputs de avaliação em investimentos avaliados ao valor justo

A tabela abaixo resume as informações quantitativas mais relevantes para a administração sobre os inputs não observáveis de instrumentos financeiros nível 3:

Investimento direto	Investimento indireto	Valor justo 31/12/2022	Valor justo 31/12/2021	Especialistas responsáveis (1)	Técnica de Valuation	Dados não observáveis utilizados na avaliação	Input em 31/12/2022	Input em 31/12/2021
FIP Novo Hotel	Novo Hotel Participações	80.363	88.895	(a)	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	12,86%	12,50%
	Ícaro	2.326	13.110	(a)	Método evolutivo/Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	4,00%	4,00%
FIP KSM	Cidade de Lima	6.522	7.796	(b)	Método comparativo de dados do mercado/Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	13,34%	10,00%
FIP Chardonnay	X3	22.323	22.247	(a)	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	16,02%	14,85%

a. Avaliado por especialistas da administração em todos os exercícios;

b. Avaliado por especialistas terceirizados em todos os exercícios.

b) Mensuração ao valor justo com base em inputs não observáveis

O quadro abaixo apresenta as movimentações nos ativos nível 3 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Movimentações nos ativos de nível 3	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro de	187.892	258.376
Aplicações	2.250	6.018
Ajuste ao valor justo	(11.734)	(4.731)
Alienação de investimento	-	(63.318)
Resgates realizados	(27.861)	(8.453)
Saldo em 31 de dezembro de	150.547	187.892

c) Análise de sensibilidade – investimentos nível III

Notas Explicativas

31/12/2022

Fundo	Metodologia de precificação	Principais dados não observáveis	Coefficiente de sensibilidade (Cenários)	Impacto na avaliação do investimento
FIP NH Botafogo	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-5,50%
			-0,50%	+6,20%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Ícaro	Método evolutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-1,01%
			-0,50%	+1,02%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Cidade Lima	Método de comparação de dados de mercado	Taxa de desconto	+1,00%	-12,89%
			-1,00%	+13,65%
FIP Chardonnay	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-2,40%
			-0,50%	+2,34%

31/12/2021

Fundo	Metodologia de precificação	Principais dados não observáveis	Coefficiente de sensibilidade (Cenários)	Impacto na avaliação do investimento
FIP NH Botafogo	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-7,80%
			-0,50%	+9,00%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Ícaro	Método evolutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-0,32%
			-0,50%	+0,33%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Cidade Lima	Método de comparação de dados de mercado	Taxa de desconto	+1,00%	-7,43%
			-1,00%	+8,22%
FIP Chardonnay	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-3,76%
			-0,50%	+4,09%

11.1.2. Bens não de uso

Os ativos recebidos em dação em pagamento são destinados a venda, uma vez que a entidade decide realizá-lo por meio de uma venda ou outra forma que não o uso e o recebimento de fluxos de caixa desses ativos. Pela natureza e característica, todos estes ativos são classificados como mantidos para venda. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de Bens não de uso por natureza apresentavam a seguinte movimentação:

	31/12/2021	Alienações	Baixas para Prejuízo	Impairment	31/12/2022
Terreno	11.175	-	-	(2.055)	9.120
Residencial	955	(955)	-	-	-
Comercial	45.414	(3.000)	(6.699)	(10.215)	25.500
Hotelaria	150	(115)	(35)	-	-
Total	57.694	(4.070)	(6.734)	(12.270)	34.620

Em 31 de dezembro de 2022, a administração avaliou as condições dos ativos e permanece empenhada em realizar as operações por meio da venda dos ativos remanescentes na carteira em até de 12 meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração reafirmou em seu planejamento estratégico a manutenção dos ativos à venda e alinhou os esforços necessários a serem tomados para que obtivesse êxito na alienação desses ativos ao longo do ano.

11.1.3. Provisões e passivos contingentes

COAF

Em 9 de junho de 2005, o BACEN instaurou processo administrativo a fim de apurar eventual falta do Banco quanto ao dever de informar acerca de operações realizadas por um de seus clientes. O processo administrativo foi concluído em 19 de março de 2008 com a imposição pelo BACEN de multa de R\$200 ao Modal e de R\$20 ao seu diretor, decisão da qual o Banco recorreu ao Ministro da Fazenda. Nesta ocasião, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") foi chamado a se manifestar, opinando pela majoração da multa aplicada ao Modal para R\$15.864 e de seu diretor para R\$100, além de sugerir a inabilitação deste pelo prazo de 5 anos. Violando o princípio da vedação ao *reformatio in pejus*, o Ministro da Fazenda acolheu o parecer do COAF majorando em 14 de junho de 2010 as sanções. Contra essa decisão, em 5 de agosto de 2010, o Modal ajuizou ação anulatória que se encontra atualmente no STF

Notas Explicativas

aguardando julgamento. A tese sustentada pelo Modal apoia-se nos seguintes argumentos: (i) vedação ao *reformatio in pejus*, (ii) ausência de ilegalidade na decisão administrativa do BACEN, que justificasse a majoração das multas pela autoridade hierárquica superior; e (iii) falta de razoabilidade e proporcionalidade na majoração aplicada. No STF o Banco foi condenado o pagamento de multa de 5%, no entanto obteve êxito nos embargos de declaração que foram providos para reduzir o valor da multa imposta no Agravo de 5% para 1% do valor atualizado da causa. A decisão do STF transitou em julgado em 11 de junho de 2022 e os autos retornaram para o Juízo de origem, em 22 de junho de 2022. Após o trânsito em julgado da decisão do STF, foi proferida decisão intimando as partes sobre o retorno dos autos e o Modal comprovou o pagamento da verba honorária sucumbencial.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado da causa totaliza o montante de R\$39.671 (31/12/2021 – R\$41.239), incluindo atualização monetária, multa e honorários de sucumbência. No âmbito da execução fiscal, em garantia de execução, o Modal indicou 4.530 LFTs que totalizavam o valor de R\$58.619 (31/12/2021 – R\$53.740). Diante de recentes decisões desfavoráveis ao Banco no âmbito da tramitação do processo em instâncias superiores (STJ e STF), a administração considera como prognóstico de perda provável. Considerando que o Modal já havia reconhecido provisão no montante de R\$16.083 em exercícios anteriores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reconheceu provisão complementar no montante de R\$26.221.

11.2. Administração Fiduciária

Em 3 de janeiro de 2020, foi aprovado pelo BACEN o processo de cisão do segmento de Administração Fiduciária, publicada no DOU em 8 de janeiro de 2020. Em outubro de 2020, foi aprovada pelo BACEN a criação da MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“MAF DTVM”), empresa essa que legou esse segmento.

Em 27 de outubro de 2020, em comunicado ao mercado, foi anunciada a aquisição do segmento de Administração Fiduciária pelo Apex Group Ltd (“Apex”). O Banco e o Apex anunciaram essa transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o esforço de venda do segmento. Em 31 de agosto de 2022, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a operação foi concluída.

Lucro por ação – Operações Descontinuadas**(i) Lucro por ação básico e diluído**

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	2022	2021
Número de ações	412.566.001	291.633.999	704.200.000	704.200.000
Quantidade de ações em circulação	685.529.155	-	685.529.155	676.769.800
Média ponderada de ações em circulação – 31/12/2022	685.529.155	-	685.529.155	-
Média ponderada de ações em circulação – 31/12/2021	406.064.300	280.460.769	-	686.525.069
Prejuízo atribuído (R\$ mil)			(49.393)	(42.827)
Prejuízo básico e diluído por ações ordinárias (R\$)			(0,0720531)	(0,0623822)
Prejuízo básico e diluído por ações preferenciais (R\$)			0,0000000	(0,0623822)

12. Investimentos em Coligadas

							31/12/2022
	Qtde de ações/cotas possuídas	Participação do Modal - %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Valor contábil dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Novus Capital Gestora de Recursos (1)	96.250	27,50%	350	10.584	5.759	410	361
KeyCash (2)	880.412	11,25%	6.945	(20.416)	(8.027)	33.616	(515)
Total						34.026	(154)

							31/12/2021
	Qtde de ações/cotas possuídas	Participação do Modal - %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Valor contábil dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Novus Capital Gestora de Recursos (1)	96.250	27,50%	350	26.164	11.632	1.036	2.333
Total						1.036	2.333

- Notas Explicativas**
- (1) A Novus Capital Gestora de Recursos Ltda tem por objeto social a prestação de serviços de gestão, no Brasil e no exterior, de recursos próprios para a administração de fundos de investimento e administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, além da participação em outras sociedades. Como política de distribuição de resultados definida no Acordo de Quotistas, a Novus realiza distribuição desproporcional de seus resultados de acordo com a parcela advida de cada tipo de serviço prestado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Novus Capital Gestora de Recursos Ltda., distribuiu dividendos, cabendo ao Modal o montante total de R\$986 (31/12/2021 – R\$3.357).
- (2) Em 29 de setembro de 2021, o Modal e os acionistas da KeyCash firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu uma participação societária inicial de 11,25% na KC Tecnologia Serviços Imobiliários e de Internet, Empreendimentos e Participações S.A. (“KeyCash”). A KeyCash é uma *fintech* especializada no desenvolvimento de tecnologia e ferramentas para *home equity*, que visa proporcionar uma experiência ágil, prática e totalmente digital para os clientes utilizarem seus imóveis como garantia em operações de crédito. A operação foi aprovada pelo BACEN em 16 de dezembro de 2021 e em 18 de abril de 2022 ocorreu o cumprimento das demais condições precedentes e conclusão da transação. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de equivalência patrimonial apresentado contempla a participação no resultado da KeyCash a partir do mês de abril de 2022 (data do *closing* da aquisição).

13. Ativo Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações e móveis e equipamentos de uso, 10%, sistema de comunicação, sistema de processamento de dados e sistema de segurança, 20%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

Ativo Imobilizado	Aquisições por combinações de negócios						31/12/22
	31/12/21	Aquisições	de negócios	Baixas	Transferências	Depreciação	
Instalações	2.963	75	-	(594)	18	(858)	1.604
Móveis e equipamentos de uso	1.600	403	100	-	59	(729)	1.433
Sistemas de comunicação	332	45	-	1	-	(74)	304
Equipamentos de processamento de dados	26.015	6.525	183	(12)	14.971	(9.960)	37.722
Sistema de segurança	150	-	-	-	-	(38)	112
Imobilizado em curso	7.275	11.609	-	-	(15.048)	-	3.836
Total do Imobilizado	38.335	18.657	283	(605)	-	(11.659)	45.011

Ativo Imobilizado	Aquisições por combinações de negócios						31/12/21
	31/12/20	Aquisições	de negócios	Baixas	Transferências	Depreciação	
Instalações	4.220	10	406	(206)	9	(1.703)	2.736
Móveis e equipamentos de uso	1.756	260	306	-	35	(503)	1.854
Sistemas de comunicação	327	69	-	-	7	(69)	334
Equipamentos de processamento de dados	15.263	17.036	466	(1)	-	(6.776)	25.988
Sistema de segurança	189	-	-	-	-	(39)	150
Imobilizado em curso	-	7.324	-	-	(51)	-	7.273
Total do Imobilizado	21.755	24.699	1.178	(207)	-	(9.090)	38.335

14. Direitos de uso de arrendamentos

Os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento correspondem ao aluguel de andares e salas comerciais dos escritórios corporativos. Os saldos e efeitos da contabilização no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentados, conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Ativos de direito de uso	23.342	10.562
Passivo		
Passivo de arrendamento - Outros passivos financeiros (nota 19)	23.197	11.474
Prazo de realização do passivo de arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	2.515	2.246
De 3 a 12 meses	7.544	5.300
Acima de 1 ano	13.138	3.928
Passivo de Arrendamento	23.197	11.474
Direito de uso	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro de	10.562	12.124
Atualização do direito de uso (1)	4.185	2.195

Notas Explicativas

Adição por combinação de negócios	225	1.328
Renovação de contrato (2)	16.215	-
Cancelamento de contrato	(529)	(49)
Amortização dos direitos de uso	(7.316)	(5.036)
Saldo em 31 de dezembro de	23.342	10.562

Passivo de Arrendamento	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro de	11.474	14.941
Atualização do passivo de arrendamento (1)	4.185	2.195
Adição por combinação de negócios	225	1.328
Renovação de contrato (2)	16.215	-
Cancelamento de contrato	(777)	(49)
Apropriação de juros no exercício (3)	1.921	1.284
Pagamentos realizados	(10.046)	(8.225)
Saldo em 31 de dezembro de	23.197	11.474

- (1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco ajustou a sua projeção de fluxo de caixa de forma a adequar às novas expectativas para os índices utilizados anteriormente na projeção da administração, conforme índices contratuais de correção.
- (2) No exercício de 2022, houve a renovação contratual ao aluguel de andar do escritório corporativo pelo prazo de 60 meses, cujo contrato foi reconhecido com a taxa de desconto incremental de 12,11%a.a.
- (3) No exercício de 2021, essa rubrica também está impactada diretamente pelas negociações e postergações pontuais de prazos de aluguéis realizados pelo Grupo em função da pandemia de COVID-19, não ocorrendo modificações contratuais.

15. Ativo Intangível**15.1. Combinação de negócios e ágio e mais valia de sociedades adquiridas**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Modal adquiriu o controle da Modal As a Service S.A. ("MaaS", anteriormente denominada LiveOn Meios de Pagamento S.A.), da Galapos Consultoria e Participações Ltda. ("Galapos") e da W2D Tecnologia e Soluções Ltda. ("W2Digital").

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos e não é amortizado de acordo com as normas do IFRS.

O ativo intangível identificado é um ativo identificável quando: (a) for capaz de ser separado ou dividido da companhia e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com outros ativos e passivos ou contrato relacionado, independentemente da intenção da entidade em fazê-lo; ou (b) surge de um contrato ou de outro direito legal, independentemente de esse direito ser transferível ou separável da companhia e de outros direitos e obrigações.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos estão representados a seguir:

	MaaS	Galapos	W2 Digital	Total
Ativo				
Caixa	915	899	233	2.047
Recebíveis de clientes	1.271	1.006	14	2.291
Outros ativos	60	76	18	154
Intangíveis/Imobilizado e Direitos de uso	288	221	-	509
Total	2.534	2.202	265	5.001
Passivo				
Empréstimos a pagar	(40)	(129)	-	(169)
Outros passivos	(2.542)	(1.358)	(177)	(4.077)
Total	(2.582)	(1.487)	(177)	(4.246)
Total do patrimônio líquido identificável pelo valor justo	(48)	715	88	755

	MaaS	Galapos	W2Digital	Total
(A) Preço de aquisição ¹	41.300	41.771	4.480	87.551
(B) Patrimônio líquido da sociedade adquirida	(48)	715	88	755
(C) [A – B] Preço de aquisição excedente	41.348	41.056	4.392	86.796

Notas Explicativas				
Softwares	14.110	2.009	1.271	17.390
Marca	-	2.526	-	2.526
Relacionamento não contratual com clientes	463	7.378	-	7.841
(D) Ativos intangíveis identificados e avaliados	14.573	11.913	1.271	27.757
[C – D] Parcela não alocada – ágio (goodwill)	26.775	29.143	3.121	59.039
Prazos de amortização				
Softwares				Até 5 anos
Marca				Até 5 anos
Relacionamento não contratual com clientes				Até 5 anos

1 – As aquisições do exercício de 2022 foram liquidadas integralmente em caixa, exceto pela Galápos que foi liquidado da seguinte forma: R\$8.662 em caixa e R\$33.109 por meio de dação em pagamento 2.919.785 (dois milhões, novecentas e dezenove mil, setecentas e oitenta e cinco) Units representativas de ações de emissão do Modal.

As combinações de negócios realizadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas tendo refletidos como valores finais os respectivos valores preliminares anteriormente divulgados.

	Eleven	Carteira Global	Demais aquisições	Total
Ativo				
Caixa	880	9	952	1.841
Recebíveis de clientes	3.444	-	1.270	4.714
Outros ativos	1.553	-	2.169	3.722
Intangíveis/Imobilizado e Direitos de uso	2.394	-	364	2.758
Total	8.271	9	4.755	13.035
Passivo				
Empréstimos a pagar	(8.728)	-	-	(8.728)
Outros passivos	(18.264)	-	(4.681)	(22.945)
Passivos de arrendamento	(1.403)	-	-	(1.403)
Total	(28.395)	-	(4.681)	(33.076)
Total do patrimônio líquido identificável pelo valor justo	(20.124)	9	74	(20.041)
	Eleven	Carteira Global	Demais aquisições	Total
Preço de aquisição	38.589	17.000	14.812	70.401
Patrimônio líquido da sociedade adquirida	(20.124)	9	74	(20.041)
Preço de aquisição excedente	58.713	16.991	14.738	90.442
Softwares	-	6.733	3.097	9.830
Marca	10.042	-	1.088	11.130
Relacionamento não contratual com clientes	4.244	-	1.632	5.876
Ativos intangíveis identificados e avaliados	14.286	6.733	5.817	26.836
Parcela não alocada – ágio (goodwill)	44.427	10.258	8.921	63.606
Prazos de amortização				
Softwares				Até 5 anos
Marca				Até 5 anos
Relacionamento não contratual com clientes				Até 5 anos

O *goodwill* reconhecido inclui o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição, o qual não é reconhecido separadamente. O ágio reconhecido poderá ser dedutível para fins de imposto de renda na hipótese de eventos societários que tenham por finalidade a congregação patrimonial da adquirida com a adquirente.

Além disso, o Banco incorreu em custos diretos para as combinações de negócios que foram contabilizados como despesas conforme incorridos. O resultado operacional dos negócios adquiridos em períodos anteriores às aquisições, individualmente e em conjunto, não foram relevantes para a demonstração do resultado consolidado do Banco e, dessa forma, as informações *proforma* não foram apresentadas.

A movimentação do ágio e mais-valia de ativos de sociedades adquiridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, conforme a seguir:

Notas Explicativas

<i>aquisições realizadas no exercício de 2022</i>	31/12/2021	Preço de aquisição excedente	Segregação dos ativos alocados	Amortização (1)	31/12/2022
Ágio (goodwill)	63.606	84.965	(27.520)	-	121.051
Eleven	44.427	-	-	-	44.427
Carteira Global	10.258	-	-	-	10.258
MaaS	-	41.348	(14.573)	-	26.775
Galapos	-	41.055	(11.913)	-	29.142
Demais aquisições	8.921	2.562	(1.034)	-	10.449
Mais-valia de ativos de sociedades adquiridas	23.753	-	27.520	(10.118)	41.155
Ágio e mais-valia de sociedades adquiridas	87.359	84.965	-	(10.118)	162.206

<i>Movimentação das aquisições realizadas no exercício de 2021</i>		Preço de aquisição excedente	Segregação dos ativos alocados	Amortização (1)	31/12/2021
Ágio (goodwill)		90.442	(26.836)	-	63.606
Eleven		58.713	(14.286)	-	44.427
Carteira Global		16.991	(6.733)	-	10.258
Demais aquisições		14.738	(5.817)	-	8.921
Mais-valia de ativos de sociedades adquiridas		-	26.836	(3.083)	23.753
Ágio e mais-valia de sociedades adquiridas		90.442	-	(3.083)	87.359

(1) A amortização dos ativos alocáveis está registrada no resultado do exercício na rubrica "Despesas gerais e administrativas – Depreciação e amortização".

15.2. Demais ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis correspondem aos gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%, conforme:

Outros ativos intangíveis	31/12/2021	Aquisições	Baixas⁽³⁾	Transferências	Amortização	31/12/2022
Softwares	29.206	6.049	(840)	(60)	(2.575)	31.780
Projetos concluídos	65.496	-	(2.809)	53.067	(20.584)	95.170
Intangível em andamento ⁽¹⁾	85.567	169.029	(12.891)	(53.007)	-	188.698
Total	180.269	175.078	(16.540)	-	(23.159)	315.648

Outros ativos intangíveis	31/12/2020	Aquisições	Aquisições por Combinação de Negócios⁽¹⁾	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2021
Softwares	25.304	6.443	104	(233)	-	(2.412)	29.206
Projetos concluídos	42.956	-	-	-	36.276	(13.736)	65.496
Intangível em andamento ⁽²⁾	13.159	108.650	34	-	(36.276)	-	85.567
Total	81.419	115.093	138	(233)	-	(16.148)	180.269

(1) Referentes a softwares de empresas investidas adquiridos no contexto das combinações de negócios (Nota 15).

(2) Referente a projetos que estão em fase de desenvolvimento no âmbito da estruturação de produtos e serviços do banco digital. A amortização ocorre de acordo com plano de negócios preparado pela administração, após a conclusão da etapa de desenvolvimento, homologação e testes. O desenvolvimento é de uma plataforma unificada de um banco digital, com diversas funcionalidades, controladas em subprojetos que vão entrando em operação em momentos distintos.

(3) Refere-se a baixa de projetos em desenvolvimento cujo escopo foi descontinuado em função da cessação dos produtos/serviços associados.

16. Outros Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Outros Ativos Financeiros	230.322	396.376
Negociação e intermediação de valores (1)	73.001	287.809
Devedores diversos no país e outros (2)	100.673	46.261
Aplicações restritas (3)	34.195	35.774

Notas Explicativas

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber das taxas de fundos (4)	5.610	9.227
Devedores por depósitos em garantia	3.621	3.939
Antecipações de remuneração variável	12.422	11.127
Valores a receber de sociedade ligadas	800	2.239
Outros Ativos	251.553	180.910
Despesas Antecipadas	251.345	180.667
Despesas com escritórios de agentes autônomos de investimento (5)	185.745	136.825
Serviços pagos antecipadamente (6)	57.180	33.775
Despesas com cartões enviados aos clientes	4.861	4.603
Despesas de marketing	-	2.015
Outras despesas pagas antecipadamente	3.559	3.449
Demais investimentos	208	243
Total	481.875	577.286

- (1) Representadas por valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativas as operações de compra ou venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3, por conta própria e/ou de terceiros;
- (2) Refere-se as comissões decorrentes de prestação de serviços, como estruturação e distribuição de debêntures, assessoria financeira e distribuição de cotas de fundos.
- (3) Refere-se ao valor depositado em conta escrow em nome do Modal, por cotistas de um fundo anteriormente administrado por esta instituição como garantia sobre resgates realizados por esses cotistas no montante de R\$34.195 (31/12/2021 – R\$35.774). Essa conta será movimentada de acordo com o atendimento de determinadas obrigações previstas em contrato com prazo final em 2024. Esse mesmo valor está registrado como aplicações restritas no grupo de Obrigações Diversas no passivo e Aplicações Restritas no ativo não circulante.
- (4) Composto por taxas a receber dos fundos.
- (5) Composto por programas de investimento de longo prazo implementados pelo Banco por meio de sua rede exclusiva de agentes autônomos de investimento. Essas comissões e prêmios pagos são reconhecidos na data de assinatura de cada contrato e são amortizados no resultado do Banco, de forma linear, de acordo com o prazo do investimento. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de amortização é 102 meses (31/12/2021 – 111 meses), sendo o mais longo de 116 meses (31/12/2021 – 120 meses), com o registro da amortização mensal no resultado do exercício sob a rubrica “Despesas gerais e administrativas – Serviços técnicos e especializados de terceiros”.
- (6) Em 31 de dezembro de 2022, os serviços pagos antecipadamente estão substancialmente compostos por custos incrementais para obtenção de contratos de longo prazo, no montante de R\$34.231 (31/12/2021 – R\$20.704) e serviços de manutenção e licenças de uso de plataformas e outros serviços no montante de R\$21.637 (31/12/2021 – R\$13.071). Os prazos médios de amortização são de 48 e 24 meses, respectivamente.

17. Passivos financeiros ao custo amortizado - Captações no mercado aberto

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria ⁽¹⁾	610.773	740.113
Carteira de terceiros ⁽¹⁾	300.318	795.423
Carteira livre de movimentação ⁽¹⁾	76.825	51.746
Captações por meio de operações compromissadas	987.916	1.587.282
Letras de crédito imobiliário – LCI	261.017	92.463
Letras Financeiras – LF	449.563	-
Captações no mercado aberto	1.698.496	1.679.745

(1) Essas operações foram praticadas a uma taxa média em 31 de dezembro de 2022 de 13,35% a.a. (31/12/2021 – 9,0% a.a.).

Faixas de Vencimento	Até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Após 365 dias	31/12/2022
Carteira própria ⁽¹⁾	610.773	-	-	610.773
Carteira de terceiros ⁽¹⁾	300.318	-	-	300.318
Carteira livre de movimentação ⁽¹⁾	76.825	-	-	76.825
Letras de crédito imobiliário – LCI (POS/DI)	47.207	148.053	65.757	261.017
Letras Financeiras – LF	-	-	449.563	449.563
Total	1.035.123	148.053	515.320	1.698.496

Faixas de Vencimento	Até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Após 365 dias	31/12/2021
Carteira própria ⁽¹⁾	740.113	-	-	740.113
Carteira de terceiros ⁽¹⁾	795.423	-	-	795.423
Carteira livre de movimentação ⁽¹⁾	51.746	-	-	51.746
Letras de crédito imobiliário – LCI (POS/DI)	92.463	-	-	92.463
Letras Financeiras – LF	-	-	-	-
Total	1.679.745	-	-	1.679.745

18. Passivos financeiros ao custo amortizado – Depósitos

Notas Explicativas

a) Composição

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	426.913	406.797
Depósitos interfinanceiros	1.145	2.516
Depósitos a prazo	3.192.352	2.942.978
Total	3.620.410	3.352.291

b) Faixa de Vencimento

	31/12/2022				
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos à vista	426.913	-	-	-	426.913
Depósitos interfinanceiros	-	-	1.146	-	1.146
Total	426.913	-	1.146	-	428.059

	31/12/2021				
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos à vista	406.797	-	-	-	406.797
Depósitos interfinanceiros	-	-	1.514	1.002	2.516
Total	406.797	-	1.514	1.002	409.313

c) Vencimento por Indexadores

	31/12/2022				
Depósitos a prazo	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Pré-fixado (4,17% até 15,32%)	-	204.903	97.549	107.383	409.835
Indexado à variação da taxa CDI (100%)	-	408.643	182.915	1.295.769	1.887.327
Indexado à variação da taxa DI/PRE	-	859.644	35.546	-	895.190
Total	-	1.473.190	316.010	1.403.152	3.192.352

	31/12/2021				
Depósitos a prazo	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Pré-fixado (2,55% até 14,58%)	-	82.200	495.250	222.947	800.397
Indexado à variação da taxa CDI (100%)	-	948.590	214.594	908.307	2.071.491
Indexado à variação da taxa DI/PRE	-	-	-	71.090	71.090
Total	-	1.030.790	709.844	1.202.344	2.942.978

19. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Outros Passivos Financeiros	574.855	239.495
Negociação e intermediação de valores (1)	405.675	82.052
Depósitos restritos (2)	34.195	35.774
Passivo de arrendamento (Nota 14)	23.197	11.474
Sociais e estatutárias (3)	48.581	51.751
Ordens de Pagamento e recursos em trânsito de terceiros (4)	61.861	57.106
Rendas a apropriar	-	260
Valores a contribuir ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	1.207	1.078
Comissões de fianças a apropriar	139	-
Outros Passivos	147.549	78.203
Despesa de pessoal a pagar	23.371	19.648

Notas Explicativas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para clientes devedores	3.765	5.421
Valores a pagar plano de remuneração variável	16.017	19.644
Despesas administrativas a pagar	2.723	3.896
Valores a pagar para sociedades ligadas (5)	4	7.761
Outros valores a pagar (6)	100.962	21.551
Serviço de consultoria jurídica	707	282
(1) Obrigações decorrentes das relações com o mercado (sistema e clientes) relativamente à negociação de valores (títulos, ações, mercadorias e ativos financeiros) por conta própria e por conta de terceiros;		
(2) Refere-se ao valor depositado em conta escrow em nome do Modal, por cotistas de um fundo anteriormente administrado por esta instituição como garantia sobre resgates realizados por esses cotistas no montante de R\$34.195 (31/12/2021 – R\$35.774). Essa conta será movimentada de acordo com o atendimento de determinadas obrigações previstas em contrato com prazo final em 2024. Esse mesmo valor está registrado como aplicações restritas no grupo de Obrigações Diversas no passivo e Aplicações Restritas no ativo não circulante;		
(3) Refere-se a provisão de participações no lucro a pagar no montante de R\$46.581 (31/12/2021 – R\$51.751).		
(4) Referem-se a valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito emitidos pelo Banco.		
(5) Referem-se a valores a pagar para entidades ligadas em decorrência da obrigação de repasse pela prestação de serviços.		
(6) Em 31 de dezembro de 2022, o valor correspondia, substancialmente, a bônus de permanência no montante de R\$4.092 (31/12/2021 – R\$5.484), valores a pagar à fornecedores de cartões de crédito, provisões para programas de milhagens no montante de R\$3.482 (31/12/2021 – R\$2.490), valores a pagar pela aquisição de investidas no montante de R\$1.110 (31/12/2021 – R\$1.400), impostos a recolher sobre antecipações à agentes autônomos de investimento no montante de R\$11.330 (31/12/2021 – R\$7.043), valores a pagar pela aquisição de ativos intangíveis no montante de R\$35.887, obrigações por investimentos em investidas que o Banco possui influência significativa no montante de R\$2.249 e R\$40.000 referente a valor a repassar a emissor de títulos e valores mobiliários, além de outros valores a pagar no montante remanescente.		

20. Patrimônio Líquido**a) Capital social**

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por:

Ano	Total de ações	Ordinárias	Preferenciais	Capital Social
31/12/2022	704.200.000	704.200.000	-	1.074.966
31/12/2021	704.200.000	412.566.001	291.633.999	1.074.966

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía ações destinadas à emissão para honrar opções e contratos de venda de ações.

Em 20 de junho de 2022, foi aprovado pelos acionistas a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do Banco em ações ordinárias, na relação de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, com a consequente extinção da classe de ações preferenciais de emissão do Banco. Em razão do deliberado o capital social passa a ser dividido em 704.200.000 (setecentas e quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cujo processo foi aprovado pelo BACEN em 8 de agosto de 2022. Em 19 de setembro de 2022, ocorreu formalmente a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias com o respectivo cancelamento das *Units* e efetiva migração do Banco para o Novo Mercado da B3, com a negociação das ações do Banco exclusivamente sob o código “MODL3”.

Em 30 de abril de 2021, o Banco concluiu a emissão de *Units* que passaram a ser negociadas no Nível 2 da B3 sob o código “MODL11” com o preço de lançamento de R\$20,01 por Unit (R\$6,67 por ação preferencial emitida), totalizando a oferta primária em R\$783.058 (R\$749.663 líquidos dos custos atrelados à oferta), mediante a emissão de 117.400.000 ações preferenciais nominativas sem valor nominal. A emissão das ações preferenciais objeto da Oferta Primária e o aumento de capital do Banco foram aprovados pelo BACEN em 10 de maio de 2021 (Nota 35.d).

Na AGE de 22 de fevereiro de 2021 foi aprovado o desdobramento de ações ordinárias e preferenciais na proporção de 9.000 (nove mil) novas ações ordinárias e preferenciais para cada 1 (uma) ação ordinária e preferencial anteriormente existentes. Nesta mesma data foi aprovada a conversão voluntária de 119.166.001 (cento e dezenove milhões, cento e sessenta e seis mil e uma) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Evento	Quantidade de ações em unidades				
	ON	PN	Total	Ações em tesouraria (2)	Ações em circulação
Saldo em 31/12/2021	412.566.001	291.633.999	704.200.000	(27.430.200)	676.769.800
Alienação ações em tesouraria (1)	-	-	-	8.759.355	8.759.355
Conversão de PN's em ON's	291.633.999	(291.633.999)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	704.200.000	-	704.200.000	(18.670.845)	685.529.155

Quantidade em circulação	685.529.155	-	685.529.155		
Notas Explicativas	685.500.899	-	685.500.899		

Evento	Quantidade de ações em unidades				
	ON	PN	Total	Ações em tesouraria (2)	Ações em circulação
Saldo em 31/12/2020	32.600	32.600	65.200	(1.072)	64.128
Alienação ações em tesouraria	-	-	-	1.072	1.072
Desdobramento de ações	293.367.400	293.367.400	586.734.800	-	586.734.800
Conversão de PN's em ON's	119.166.001	(119.166.001)	-	-	-
Aumento de capital (IPO)	-	117.400.000	117.400.000	-	117.400.000
Recuperação de ações	-	-	-	(27.430.200)	(27.430.200)
Saldo em 31/12/2021	412.566.001	291.633.999	704.200.000	(27.430.200)	676.769.800
Quantidade em circulação	403.422.601	273.347.199	676.769.800		
Média ponderada em circulação	406.064.300	280.460.769	686.525.069		

(1) Em 05 de abril de 2022, o Banco concluiu a aquisição da Galapos mediante a dação em pagamento de 2.919.785 *Units* até então mantidas em tesouraria, representativas de 2.919.785 ações ordinárias e 5.839.570 ações preferenciais (Nota 15.a).

(2) Em 31 de dezembro de 2021 as ações em tesouraria representam 9.143.400 *Units*, representativas de 9.143.400 ações ordinárias e de 18.286.800 ações preferenciais).

Na AGE de 22 de fevereiro de 2021 foi aprovado o capital autorizado do Banco, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária, até que o capital atinja o limite de 948.825.000 (novecentas e quarenta e oito milhões, oitocentas e vinte e cinco mil) ações, mediante a emissão de novas ações sem valor nominal.

b) Direito das ações

Aos acionistas do Banco é assegurado um dividendo anual de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, computado como dividendo mínimo obrigatório, ajustado nos termos da legislação societária.

Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco.

De acordo com o parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser considerado para cômputo do valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$15.000 (R\$12.750 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,021881 bruto por ação ordinária (equivalentes a R\$0,018598 líquido por ação ordinária), fazendo jus aos juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 15 de dezembro de 2022. O pagamento foi realizado em 27 de dezembro de 2022.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$15.000 (R\$12.750 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,021881 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,065634 por *Unit*) (equivalentes a R\$0,018598 líquido por ação ordinária e preferencial – R\$0,055794 líquidos por *Unit*), fazendo jus aos juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 11 de agosto de 2022. O pagamento foi realizado em 23 de agosto de 2022.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de maio de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$22.000 (R\$18.700 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,032092 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,096276 por *Unit*) (equivalentes a R\$0,027278 líquido por ação ordinária e preferencial – R\$0,081834 líquidos por *Unit*), fazendo jus aos juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 26 de maio de 2022. O pagamento foi realizado em 7 de junho de 2022.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$15.000 (R\$13.080 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,022164 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,066492 por *Unit*) (equivalentes a R\$0,018839 líquido por ação ordinária e preferencial – R\$0,056518 líquidos por *Unit*), fazendo jus aos juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 23 de março de 2022. O pagamento foi realizado em 4 de abril de 2022.

Notas Explicativas

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no montante total bruto de R\$17.999 (R\$15.300 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte –IRRF), equivalentes a R\$0,026274 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,078821 bruto por Unit), equivalentes a R\$0,022332 líquido por ação ordinária e preferencial (R\$0,066997 líquido por Unit) fazendo jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas constantes da base acionária da Companhia em 22 de novembro de 2021. O pagamento foi realizado em 01 de dezembro de 2021.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2021, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no montante total bruto de R\$16.000 (R\$13.600 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte –IRRF), equivalentes a R\$0,023184 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,069552 bruto por Unit), equivalentes a R\$0,019706 líquido por ação ordinária e preferencial (R\$0,059119 líquido por Unit, fazendo jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas constantes da base acionária da Companhia em 27 de setembro de 2021.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no montante total bruto de R\$14.999 (R\$13.031 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte –IRRF), equivalentes a R\$0,021300 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,063900 bruto por Unit) (equivalentes a R\$0,018105 líquido por ação ordinária e preferencial (R\$0,054315 líquido por Unit) fazendo jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas constantes da base acionária da Companhia em 01 de julho de 2021. O pagamento foi realizado em 08 de julho de 2021.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2021, os acionistas do Banco aprovaram a proposta de destinação de resultados onde deliberou a distribuição de dividendos no montante de R\$4.000, equivalentes a 25,67% do Lucro Líquido apurado com base nas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, deduzido de reserva legal, com liquidação em 31 de março de 2021.

Em 8 de agosto de 2022 o BACEN aprovou a reforma estatutária deliberada na Assembléia Geral Extraordinária de 20 de junho de 2022, na qual classifica o Banco ao segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3, sujeitam-se o Banco, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

c) Reservas

- Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida de o montante das reservas de capital exceder 30% do Capital Social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

- Reserva estatutária: Essa reserva é constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos, com a finalidade de futura incorporação ao capital, distribuição aos acionistas ou absorção de prejuízos acumulados; o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso.

- Reserva especial de dividendos: Constituída nos termos do parágrafo 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, com base nos lucros não distribuídos como dividendos, que poderão ser absorvidos por prejuízos nos exercícios subsequentes ou pagos como dividendos de acordo com a disponibilidade financeira do Banco.

- Reserva de capital: Constituída nos termos do parágrafo 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 e poderá ser utilizada para: absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; resgate de partes beneficiárias; incorporação ao capital social; pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada, conforme art. 200 da Lei nº 6.404/76.

Os custos de transação compreendem as despesas incorridas pelo Banco em conexão com o IPO (Nota 35.d).

d) Outros resultados abrangentes

Notas Explicativas

Representa os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes". Tais ganhos e perdas são transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorrer a sua efetiva realização financeira.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ajuste a Valor Justo	Efeito Tributário	Valor Líquido	Ajuste a Valor Justo	Efeito Tributário	Valor Líquido
Títulos Públicos	1.707	(768)	939	(902)	406	(496)
Saldo em	1.707	(768)	939	(902)	406	(496)

e) Lucro por ação

(i) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição. A administração concluiu que não existem instrumentos com potencial de diluição.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	2022	2021
Número de ações	704.200.000	-	704.200.000	704.200.000
Quantidade de ações em circulação	685.529.155	-	685.529.155	676.769.800
Média ponderada de ações em circulação – 2022	685.529.155	-	685.529.155	-
Média ponderada de ações em circulação – 2021	406.064.300	280.460.769	-	686.525.069
Lucro atribuído (R\$ mil)			98.295	156.163
Lucro básico por ações ordinárias (R\$)			0,1433894	0,2274681
Lucro básico por ações preferenciais (R\$)			0,0000000	0,2274681

Os planos de remuneração por pagamento baseado em ações (*Phantom Stock Option*) são liquidados em caixa e não alteram a composição do lucro básico e diluído.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui ações em tesouraria no montante de R\$91.519 (31/12/2021 – R\$134.453), representativas de 18.670.845 ações ordinárias.

		31/12/2021	
	Units	representativas de	
		ON	PN
Quantidade de Units recompradas	9.143.400	9.143.400	18.286.800
% da quantidade emitida de ações	3,90%	2,22%	6,27%

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2021 foi aprovada a abertura do Programa de Recompra de Units (“Programa de Recompra”). O Programa de Recompra tem por objetivo a aquisição de Units de emissão do Banco (representativas de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco), respeitados os limites legais e com base em recursos disponíveis, para permanência em tesouraria, posterior cancelamento ou ainda, eventual recolocação das Units no mercado. O Banco poderá adquirir até 10.400.498 (dez milhões, quatrocentos mil, quatrocentas e noventa e oito) Units, correspondentes a até 10,0% das Ações em Circulação e a até 4,43% da totalidade das ações emitidas pelo Banco.

Em abril de 2022, o Banco cedeu em dação de pagamento 8.759.355 ações até então em tesouraria (correspondentes a 2.919.785 Units) na aquisição do controle da Galápos, corresponde ao custo de recompra de R\$42.934 e ao correspondente ágio na emissão de ações no montante de R\$9.825.

Em fevereiro de 2021, o Banco alienou 1.072 ações preferenciais em tesouraria pelo montante de R\$6.303 originando um resultado negativo de R\$46 que foi contabilizado à conta de Reservas de lucros.

21. Ativos, Passivos Fiscais e impostos no resultado

Notas Explicativas

a) Impostos sobre a renda reconhecidos no exercício

	2022	2021
Impostos sobre a Renda – Correntes	(8.339)	(4.027)
Despesa do ano corrente	(11.650)	(18.808)
Operações Descontinuadas	3.311	14.781
Impostos sobre a Renda – Diferidos	11.587	(52.682)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	(11.559)	(51.030)
Provisões não dedutíveis	7.991	38.384
Prejuízo Fiscal	54.265	(27.351)
Base presumida	(2.526)	(1.128)
Operações Descontinuadas	(36.584)	(11.557)
Imposto de renda correntes e diferidos	3.248	(56.709)
Impostos Pagos no Exercício	(9.456)	(17.454)

b) Impostos correntes

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal corrente		
Impostos a compensar:		
COFINS	21.094	20.279
IRPJ e CSLL	25.067	25.571
Impostos retidos na fonte	1.772	2.926
Outros	1.049	1.345
Total	48.982	50.121
Passivo fiscal corrente		
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	6.579	11.185
Impostos e Contribuições a recolher:	20.468	16.004
de serviços de terceiros	1.485	-
sobre remunerações de colaboradores	9.301	9.611
retidos na fonte de clientes	3.975	1.749
Outros impostos	5.707	4.644
Total	27.047	27.189

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido		
Sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.469	22.328
Sobre prejuízo fiscal e base negativa	36.784	39.737
Sobre ajuste ao valor de mercado a compensar	65.063	-
Outras provisões e demais adições temporárias	40.997	32.525
Total	188.313	94.590
Passivo fiscal diferido		
Sobre ajuste a mercado de TVM e derivativos	94.555	38.201
Sobre base presumida	10.956	10.349
Sobre ajuste de curva de futuro	5.406	6.722
Total	110.917	55.272

d) Impostos diferidos por natureza

	31/12/2021	Constituição / (Reversão)	31/12/2022
Reconhecidos em contrapartida ao resultado	38.912	39.252	78.164
Relativo a prejuízo fiscal e base negativa	39.737	(2.953)	36.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.328	23.141	45.469
Ajuste de valor justo de TVM e derivativos	(38.607)	(55.180)	(93.787)
Ajuste a mercado a compensar	-	65.063	65.063
Ajuste de op. realizadas em mercado de líq. Futura	(6.722)	1.316	(5.406)
Sobre diferido presumido	(10.349)	(607)	(10.956)
Outras provisões indedutíveis	32.525	8.472	40.997
Reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido	406	(1.174)	(768)

Notas Explicativas

	31/12/2021	Constituição / (Reversão)	31/12/2022
Ajuste de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	406	(1.174)	(768)
Total – ativo fiscal diferido, líquido dos passivos fiscais diferidos	39.318	38.078	77.396

	31/12/2020	Constituição / (Reversão)	31/12/2021
Reconhecidos em contrapartida ao resultado	75.012	(36.100)	38.912
Relativo a prejuízo fiscal e base negativa	43.054	(3.317)	39.737
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.006	4.322	22.328
Ajuste de valor justo de TVM e derivativos	394	(39.001)	(38.607)
Ajuste a mercado a compensar	4.428	(4.428)	-
Ajuste de op. realizadas em mercado de liq. Futura	(617)	(6.105)	(6.722)
Sobre diferido presumido	236	(10.585)	(10.349)
Outras provisões indedutíveis	9.511	23.014	32.525
Reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido	(394)	800	406
Ajuste de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(394)	800	406
Total – ativo fiscal diferido, líquido dos passivos fiscais diferidos	74.618	(35.300)	39.318

e) Expectativa de realização (exigibilidade) dos ativos (passivos) fiscais diferidos

					31/12/2022
Ano de realização	Diferenças temporárias	Prej. Fiscal / Base negativa	Total	Provisão para IR/CS diferidos	Tributos diferidos líquidos
2023	15.153	9.440	24.593	(44.367)	(19.774)
2024	15.153	7.096	22.249	(55.458)	(33.209)
2025	38.710	14.185	52.895	(11.092)	41.803
2026	39.124	6.062	45.186	-	45.186
2027	15.840	-	15.840	-	15.840
2028	12.395	-	12.395	-	12.395
2029	7.578	-	7.578	-	7.578
2030	7.577	-	7.577	-	7.577
Total geral	151.530	36.783	188.313	(110.917)	77.396
Valor presente ¹⁾	107.109	29.793	136.902	(96.317)	40.585

					31/12/2021
Ano de realização	Diferenças temporárias	Prej. Fiscal / Base negativa	Total	Provisão para IR/CS diferidos	Tributos diferidos líquidos
2022	10.971	35.559	46.530	(22.109)	24.421
2023	13.713	4.178	17.891	(27.636)	(9.745)
2024	13.713	-	13.713	(5.527)	8.186
2025	10.971	-	10.971	-	10.971
2026	5.485	-	5.485	-	5.485
Total geral	54.853	39.737	94.590	(55.272)	39.318
Valor presente	41.701	35.050	76.751	(47.048)	29.703

f) Reconciliação das alíquotas de Impostos

	2022	2021
Resultado antes da Tributação	95.047	212.872
Alíquota: 25% de IRPJ e 21% de CSLL (31/12/2021 – 25% de IRPJ e 25% de CSLL)	(43.722)	(106.436)
Juros sobre o capital próprio	30.150	23.750
Resultado de Equivalência Patrimonial	71	(1.050)
Efeitos de entidades tributadas por regimes fiscais distintos ⁽¹⁾	10.639	21.044
Resultados com debêntures incentivadas	3.862	2.436

Incentivos fiscais	(50)	(2.330)
Despesas descontinuadas	40.413	20.074
Despesas indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis ⁽²⁾	(38.115)	(14.197)
Impostos sobre a Renda	3.248	(56.709)
Correntes	(8.339)	(4.027)
Diferidos	11.587	(52.682)

(1) Algumas controladas elegíveis adotaram o regime de tributação do Lucro Presumido e o efeito do Lucro Presumido das controladas representa a diferença entre a tributação com base nesse método e o valor que seria devido com base na alíquota estatutária aplicada ao lucro tributável das controladas pelo regime do Lucro Real (regime adotado pelo Banco).

(2) Inclui (adições) e exclusões temporárias.

22. Provisões e passivos contingentes

Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela administração com o apoio dos consultores jurídicos do Banco, considerando-se os conceitos definidos no IAS 37/CPC 25 e reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos com avaliação de perda considerada possível, não é reconhecida provisão contábil, sendo, entretanto, divulgadas em nota explicativa. No caso em que a avaliação de perda é considerada remota, não é reconhecida provisão ou feita divulgação em nota explicativa.

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em conformidade com o IAS 37/CPC 25, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas quando a administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Não foram reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações financeiras consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Ações trabalhistas

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía provisões para contingências trabalhistas no total de R\$4.043 (31/12/2021 - R\$1.201), em montante suficiente para cobrir o valor potencial de perda para esses processos, de acordo com a análise dos consultores jurídicos contratados para as referidas causas.

c) Ações tributárias

O Banco está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos.

O Banco e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

d) Ações cíveis

Notas Explicativas

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão constituída para reclamações dessa natureza era de R\$ 113 (31/12/2021 – R\$1.057).

e) Provisões por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Ações trabalhistas	4.043	1.202
Ações tributárias	860	417
Ações cíveis	113	1.057
Total	5.016	2.676
Depósitos em Garantia	3.621	2.775

f) Movimentação das provisões para contingências

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.202	417	1.057	2.676
Constituição, líquida de Reversão	6.899	1.188	(45)	8.042
Pagamentos	(4.058)	(745)	(899)	(5.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.043	860	113	5.016

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.202	220	38	1.460
Constituição, líquida de Reversão	554	197	1.019	1.770
Pagamentos	(554)	-	-	(554)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.202	417	1.057	2.676

g) Passivos contingentes classificados como perda possível

Para os processos com avaliação de perda considerada possível, não é reconhecida provisão contábil, sendo, entretanto, divulgadas em nota, conforme:

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 o Modal possui o (31/12/2021 - 5) processos trabalhistas classificados como possíveis no valor de R\$0 (31/12/2021 – R\$1.901).

(ii) Tributários

- PLR: Em março de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) lavrou Autos de Infração para exigir, com acréscimo de multa de ofício e juros de mora, contribuições previdenciárias (GIRAT) e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e FNDE), supostamente incidentes sobre os pagamentos efetuados pelo Banco a seus empregados a título de participação nos lucros ou resultados (“PLR”), em janeiro de 2012 e julho de 2012, referentes ao segundo semestre de 2011 e primeiro de 2012, respectivamente. Em 14 de abril de 2016, o Banco apresentou impugnação ao Auto de Infração, o qual foi julgada improcedente em 27 de dezembro de 2017 e atualmente encontra-se no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), aguardando julgamento ao Recurso Voluntário. O valor atualizado da causa, com classificação da possibilidade de perda possível, totaliza R\$6.642 (31/12/2021 - R\$6.161).

Adicionalmente ao processo mencionado no parágrafo anterior, em 31 de dezembro de 2022 o Banco possui 2 processos tributários classificados como possíveis no valor de R\$546 (31/12/2021 – 2 processos no montante de R\$147).

(iii) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco possui 24 (31/12/2021 - 12) processos cíveis classificados como possíveis no valor de R\$706 (31/12/2021 – R\$138).

(iv) Valor das causas possíveis

	31/12/2022	31/12/2021
Ações trabalhistas	-	1.901
Ações tributárias	546	6.308
Ações cíveis	706	138
Total	1.252	8.347

23. Receitas (despesas) com juros e similares

	2022	2021
Receitas com juros e similares	824.570	292.418
Operações de Crédito	318.754	48.156
Rendas de operações compromissadas	162.578	57.671
Rendas de títulos públicos	265.050	120.157
Rendas de títulos privados	68.602	66.426
Outros	9.586	8
Despesas com juros e similares	(591.523)	(147.042)
Depósitos a prazo	(342.268)	(93.525)
Despesas de operações compromissadas	(221.921)	(44.918)
Contribuições ao FGC	(7.523)	(5.258)
Atualização do passivo de arrendamento	(1.921)	(1.284)
Captações no mercado aberto	(17.631)	(1.189)
Outros	(259)	(868)
Receitas (despesas) com juros e similares	233.047	145.376

24. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2022	2021
Ajustes ao valor justo e alienação de Títulos e Valores Mobiliários	10.624	42.091
Títulos públicos	10.928	(64.980)
Títulos privados	25.866	57.459
Fundos de investimento	98.342	41.328
Ações e empréstimos de ações	(124.512)	8.284
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	187.517	155.461
Contratos de Swap	37.299	62.065
Mercado a termo	22.489	(4.255)
Mercado futuro	112.728	95.249
Opções	14.992	2.384
COE	9	18
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	198.141	197.552

25. Receitas de prestação de serviço

	2022	2021
Renda de tarifas bancárias e de corretagem de bolsa	152.581	181.033
Comissão por consultorias e operações estruturadas ⁽¹⁾	209.699	136.495
Outras receitas de prestação de serviços ⁽²⁾	24.277	15.349
Renda com garantias prestadas (fiança)	1.280	4.582
Rendas de serviços de pagamentos	6.640	3.035
Total	394.477	340.494

(1) A receita de comissões por consultorias em mercado financeiro, operações estruturadas e outras taxas e comissões é composta por honorários recebidos pela consultoria em operações de estruturação e distribuição de mercado de capitais, de estruturação de operações e de fusões e aquisições.

(2) Composto substancialmente por taxas de administração de fundos, prestação de serviços de análise independente de investimentos e serviços de custódia.

26. Resultado de operações de câmbio e variações cambiais de transações no exterior

Notas Explicativas

	2022	2021
Variações e Diferenças de Taxas	26.110	25.004
Variação Cambial de Disponibilidades	(43.379)	29.600
Outras Variações Cambiais	(18.216)	2.606
Total	(35.485)	57.210

27. Outras receitas (despesas) operacionais

	2022	2021
Outras receitas operacionais	8.809	12.984
Juros sobre concessão de crédito	502	293
Atualização monetária sobre o crédito tributário	2.071	608
Aplicações no exterior	632	117
Rendas de incentivo bolsa de valores ⁽¹⁾	842	9.755
Outras Receitas ⁽²⁾	4.762	2.211
Outras despesas operacionais	(45.386)	(64.770)
Perdas Operacionais ⁽³⁾	(3.100)	(2.704)
Programa de remuneração baseada em ações	112	(14.989)
Outras despesas ⁽⁴⁾	(42.398)	(47.077)
Outras receitas (despesas) operacionais	(36.577)	(51.786)

(1) Receita decorrente de incentivo recebido pela B3 pelo volume de operação de clientes.

(2) Em 31 de dezembro de 2022, refere-se, substancialmente, a outras despesas com taxas e serviços.

(3) Substancialmente composto por erros de execução de ordens ocasionadas por indisponibilidades de sistemas ou erros operacionais.

(4) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se majoritariamente a provisão para incentivo de permanência de administradores no montante de R\$6.912 (31/12/2021 – R\$5.484), programas de milhagens no montante de R\$2.845 (31/12/2021 – R\$3.613), repasse de comissão sobre indicação de clientes para operações de câmbio no montante de R\$2.324 (31/12/2021 – R\$5.333), atualização monetária sobre parcela a prazo de aquisição de ativos intangíveis no montante de R\$3.367 (Nota 15.a), baixas e devoluções de valores no montante de R\$1.262, baixa de valores a receber no montante de R\$7.813 (31/12/2021 – R\$19.486) e baixas de ativos intangíveis no montante de R\$16.089.

28. Despesas com pessoal

Notas Explicativas

	2022	2021
Salários e bolsa auxílio	124.057	89.185
Participação de resultados	45.111	54.033
Benefícios	39.279	21.439
Encargos sociais	26.139	25.775
Treinamento e capacitação	1.915	1.694
Total	236.501	192.126

29. Despesas tributárias

	2022	2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social	32.462	25.980
Imposto sobre serviços	18.150	13.194
Imposto de renda retido na fonte	2.745	2.379
Contribuição ao programa de integração social	5.415	4.395
Imposto sobre operações financeiras	1.804	1.425
Outras	77	386
Total	60.653	47.759

30. Outras despesas administrativas

	2022	2021
Processamento de dados ⁽¹⁾	128.616	84.524
Publicidade	15.469	35.788
Depreciação e amortização	52.252	33.357
Serviços técnicos especializados e de terceiros	88.478	34.651
Serviços do sistema financeiro nacional	20.106	26.713
Comunicações	8.956	7.866
Viagens no país e exterior	3.206	898
Promoções e relações públicas	4.316	2.660
Contribuições filantrópicas	924	626
Serviços do sistema financeiro no exterior	1.400	2.814
Manutenção e conservação de bens	757	525
IPTU, condomínio e consumíveis	5.125	3.501
Outras	10.907	7.527
Total	340.512	241.450

(1) As despesas com processamento de dados referem-se substancialmente a contratação de plataformas, aluguel de equipamentos, renovação anual de licenças, simuladores e manutenção online de salas ao vivo.

31. Transações com Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas com o Modal são realizadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, em condições de comutatividade e em concordância com os dispositivos legais vigentes e com o IAS 24/CPC 05(r1) e estão apresentadas conforme:

	Prazo (i)	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
		31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Ativo					
Outros Créditos – diversos					
Ligada - não financeira	31/12/2022	688	1.690	-	-
Ligada - financeira	31/12/2022	-	531	-	-
Controlada - não financeira	31/12/2022	3	18	-	-
Controlada - financeira	31/12/2022	109	-	-	-
Controladora	31/12/2022	-	-	-	-
Total - Outros Créditos – diversos		800	2.239	-	-
Operações de crédito					
Ligada - não financeira		15.141	13.130	-	-
Controladora		32.040	-	-	-
Pessoal chave da administração		37	1.948	-	-
Total - Operações de crédito		47.218	15.078	-	-
(Passivo)					

Notas Explicativas

as Explicativas	Ativo (Passivo)				Receitas (Despesas)	
	Prazo (i)	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	
Depósitos à vista						
Ligada - não financeira	Sem vencimento	(10)	(514)	-	-	
Ligada - financeira	Sem vencimento	-	-	-	-	
Controlada - não financeira	Sem vencimento	(28)	(350)	-	-	
Controlada - financeira	Sem vencimento	(6)	(27)	-	-	
Controladora (i)	Sem vencimento	(7.147)	(4)	-	-	
Pessoal chave da administração	Sem vencimento	(295)	(526)	-	-	
Total - Depósitos à vista		(7.486)	(1.421)	-	-	
Depósitos a prazo						
Ligada - não financeira	24/02/2025	(56.855)	(11.172)	(10)	(330)	
Ligada - financeira	24/02/2025	-	-	-	-	
Controlada - não financeira	24/02/2025	(15.759)	(31.689)	(4)	(1.516)	
Controlada - financeira	24/02/2025	-	(89)	8	(23)	
Controladora (i)	24/02/2025	(32.390)	(959)	(5)	(736)	
Pessoal chave da administração	24/02/2025	(2.188)	(5.636)	-	(234)	
Total - Depósitos a prazo		(107.192)	(49.545)	(11)	(2.839)	
Letras de Crédito Imobiliário						
Controlada – financeira		-	-			
Pessoal chave da administração		(2.421)	(675)	-	9	
Total - Letras de Crédito Imobiliário		(2.421)	(675)	-	9	
Outras Obrigações – diversas						
Ligada - não financeira	31/12/2022	-	(2.830)	-	-	
Ligada - financeira	31/12/2022	-	(4.931)	-	-	
Coligada - financeira	31/12/2022	-	-	-	-	
Controlada - não financeira	31/12/2022	(4)	-	-	-	
Controlada - financeira	31/12/2022	-	-	-	-	
Total - Outras Obrigações – diversas		(4)	(7.761)	-	-	
Total Partes relacionadas		(69.086)	(42.085)	(11)	(2.830)	

(i) A taxa de juros praticada nos empréstimos concedidos à controladora é de 100% do CDI+2,5% a.a., enquanto as posições passivas com essa mesma contraparte remuneram à taxa de 100% do CDI.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) é estabelecida a remuneração máxima mensal para todos os administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. As remunerações e benefícios atribuídos aos administradores nos exercícios correspondem a:

	2022	2021
Proventos	12.584	11.219
Encargos sociais	3.361	2.580
Total	15.945	13.799

Em 20 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) ficou aprovada a remuneração global anual referente ao exercício de 2022 para os membros do Conselho de Administração e Diretoria no valor máximo de até R\$18.334.

c) Participação acionária

Em 31 de dezembro de 2022 os membros não independentes do Conselho de Administração e da Diretoria possuem conjuntamente, direta e indiretamente, 56,01% (31/12/2021 – 56,00%) das ações ordinárias do Modal.

32. Benefícios a empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Modal oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale-Refeição e (e) Vale-Alimentação.

As despesas com benefícios no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 representavam R\$39.279 (31/12/2021 – R\$21.439).

a) Programa de remuneração variável – *Phantom Stock Option*

Notas Explicativas

O Modal, a partir do ano de 2017, instituiu um Programa de Opção de Compra de Ações do Banco na modalidade “*Phantom Shares*”. O plano consiste em remuneração com pagamento em caixa, não havendo, no entanto, a entrega efetiva das ações, uma vez que não haverá entrega de ações para liquidação do plano. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram estruturados cinco planos. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *Phantom Shares* outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As opções emitidas exigem um período de aquisição de 5 anos e só podem ser exercidas caso o beneficiário permaneça na companhia durante todo o período (*vested in full*), com exceção de colaboradores desligados por iniciativa do Banco e sem justa causa. O preço de exercício deve ser igual ao menor preço do patrimônio líquido do Banco na data do exercício de cada opção. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de bancos similares ao Modal em porte e operações listadas nas bolsas de valores do Brasil e do exterior.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo estimado pela administração foi de R\$16.017 bruto (31/12/2021 - R\$19.644) e R\$8.809 líquido de impostos (31/12/2021 - R\$10.804). A provisão será ajustada nos períodos subsequentes na medida em que se cumpram os períodos de permanência previstos nos Programas de Opções.

Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black&Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Programa	2018	2019	2020	2021
Preço de exercício (Patrimônio Líquido da controladora)	1.264.366	1.264.366	1.264.366	1.264.366
Duração até o exercício (anos)	-	1	2	4
Taxa Livre de Risco	-	13,53%	12,91%	12,92%
Volatilidade Anualizada Esperada ⁽¹⁾	32,69%	32,69%	32,69%	32,69%
Patrimônio Líquido (Controladora) da data da outorga	363.844	363.844	363.844	898.520
Percentual de outorga	0,00%	0,06%	0,76%	1,16%
Valor base para outorga no vencimento	-	753	7.413	3.354

(1) Nos termos do parágrafo B29 do IFRS2/CPC10, a volatilidade é determinada com base na volatilidade histórica de entidades similares listadas, para as quais existem informações disponíveis sobre preço das ações.

As mudanças no plano de pagamento baseado em ações *phantom shares* são como a seguir:

	2022		2021	
	%	Quantidade	%	Quantidade
Saldo em 1 de janeiro de	4,162	29.305.620	7,40	4.586
Desdobramento (razão 1:9000)	-	-	0,0008	41.274.000
Concedidas	-	-	4,3616	12.196.460
Canceladas	0,588	4.143.980	0,2000	2.460.600
Pagas	0,787	5.540.740	0,0004	21.704.240
Saldo em 31 de dezembro	2,786	19.620.900	4,1620	29.305.620

33. Gerenciamento de riscos financeiros, operacionais e capital

A gestão de riscos das operações é realizada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio do Modal, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional.

Essa estrutura de gestão permite identificar e mensurar possíveis impactos e soluções para garantir a continuidade, perenidade e qualidade dos negócios do Modal e suas controladas.

Visando garantir a antecipação às eventuais alterações provocadas por cenários e/ou situações de mercado que possam resultar na concretização dos riscos identificados, o Modal e suas controladas adotam uma postura proativa e conservadora na gestão de riscos, considerando principalmente os objetivos estratégicos do Modal e suas controladas, antecipando-se a possíveis mudanças, além de ações mitigadoras com foco nas suas exposições, mapeando suas deficiências através de levantamento dos processos, respeitando limites estabelecidos em suas políticas e na legislação pertinente. O Modal adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

33.1. Risco de crédito

Notas Explicativas

Risco de crédito se refere à possibilidade de haver perdas relacionadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações financeiras conforme acordado, assim como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas a renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte com o Modal.

O Modal possui política de concessão de crédito onde são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.

Exposições a este tipo de risco existem principalmente em aplicações financeiras, operações de crédito, títulos públicos, debêntures e outros recebíveis. O Grupo possui política de concessão de crédito onde são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.

a) Mensuração do risco de crédito

As operações inseridas nas categorias de operações de crédito e outros créditos são analisados individualmente através de modelos de classificação de risco desenvolvidos internamente. O Modal possui escala própria para atribuição das classificações de risco, tal como, é realizado por agências de rating. No entanto, é utilizada classificação própria que possui equivalência com a escala do órgão regulador local.

Os níveis de classificação são monitorados e atualizados sempre que necessário. Regularmente, a administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

b) Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima do crédito através do valor contábil dos ativos financeiros e os saldos “Off-Balance” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Notas Explicativas

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade	226.752	511.513
Aplicações no mercado aberto	1.070.966	1.675.033
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	1.181.165	862.593
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.973.479	1.295.241
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	189.654	181.625
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	1.708.410	1.495.349
Off-balance	205.479	249.767
Fianças bancárias	42.527	113.709
Limites disponíveis aos clientes	162.952	136.058
Total da exposição máxima ao risco de crédito	6.555.905	6.271.121

c) Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Modal administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais, como também quanto a setores da economia.

A administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou sempre que necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pelo Comitê de Crédito regularmente.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das práticas destinadas a mitigar o risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos.

d) Provisão para perda esperada

O cálculo das perdas de crédito esperadas para ativos financeiros é realizado de acordo com as características de cada tipo de operação, considera a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações, inclusive suas garantias. Nas avaliações da perda esperada também foram considerados fatores macroeconômicos e projeções de rolagens, que incorporam os efeitos correntes e prospectivos de variáveis econômicas nas estimativas de perdas.

De acordo com o IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas de acordo com as seguintes metodologias:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos próximos 12 meses; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um ativo financeiro.

A mudança de metodologia de perdas esperadas de 12 meses para a vida inteira do ativo financeiro é realizada quando ocorre um acréscimo significativo no risco de crédito na data do relatório em relação ao seu reconhecimento inicial. A instituição pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando este permanecer classificado como baixo risco de crédito na data do relatório.

e) Qualidade de crédito

Através da classificação de estágio do crédito realizada conforme o IFRS 9/CPC 48 foi possível agrupar o percentual de exposição da carteira de crédito por qualidade do nível de crédito:

Qualidade do Crédito	31/12/2022	31/12/2021
Baixa	2,4%	1,2%
Média	0,4%	0,8%
Alta	97,1%	98,0%

f) Garantias

Notas Explicativas

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não são o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para um dos principais segmentos de atuação.

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. A partir do rating do cliente é definido um rating da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

33.2. Risco de mercado

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado, gerando oscilações nas taxas de juros e câmbio, nos preços de ações e indicadores de inflação, resultando em variações nos preços dos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Modal. A queda ou o aumento nos preços dos ativos integrantes da carteira podem ser temporários, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Ao utilizar operações de derivativos, o risco de mercado pode ser ampliado através de posições direcionais e alavancagem ou reduzido através de operações de “hedge”. Existe também o risco de distorção temporária do resultado do derivativo e seu ativo objeto para as operações de *hedge* por conta da marcação a mercado, o que pode gerar distorções no resultado do Modal, como ocorre com a exposição em dólar, taxas de juros e cupom IPCA.

A administração de riscos de mercado das operações é realizada por meio de políticas de controle e limites definidas por um Comitê de Risco, formado pela alta administração e pela área de risco, que é totalmente independente das áreas de negócio do Modal. Diariamente, são divulgados relatórios com o cálculo do VaR (“*Value at Risk*”), por simulação de “Monte Carlo” ou pelo método paramétrico, testes de stress de mercado e a exposição que a carteira apresenta aos principais fatores de risco. Periodicamente são efetuados testes para validar a metodologia de cálculo empregada (“*back test*”) e simulação de crises históricas para avaliação da alavancagem utilizada.

O Modal mantém sua tesouraria própria com o objetivo de atender às necessidades específicas de seus clientes e de proteger-se dos riscos de mercado, consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Todas as posições tomadas em qualquer taxa ou indexador são controladas pela tesouraria e monitoradas pela área de risco e, para tanto, utiliza-se de instrumentos derivativos ou demais ativos.

a) Metodologia

(i) Valor ao Risco (VaR ou “*Value-at-Risk*”)

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 95%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3, BACEN, entre outros). São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

(ii) Testes de estresse

Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos. Tais cenários devem levar em conta a variação dos preços em um período de tempo adequado para considerar tanto o efeito acumulado dos choques, quanto o necessário à reversão ou *hedge* das posições de risco. Permite que se leve em conta eventos extremos, mas factíveis, que estariam na cauda das curvas de distribuição de retornos, já que esta é desconsiderada no cálculo de VaR.

b) Análise de sensibilidade

Notas Explicativas

A utilização do VaR é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos no mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com o teste de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado, ainda que o objetivo da mesa de *Sales and Trading* (“S&T”), seja exclusivamente de arbitragem e zerada de cliente, sem exposições direcionais. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (*back-testing*) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e as perdas realizadas.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia e nível de confiança de 95%. Nível de confiança de 95% significa que existe a possibilidade de um em vinte ocorrências de que o resultado de um único dia de negociação maior do que o VaR apresentado, são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência de dados históricos, a precisão do VaR é limitada e sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado podem não produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Como foi referido anteriormente, nós usamos os testes de estresse como complemento do VaR em nossas atividades diárias de risco.

(i) VaR 1 dia / 95% I.C.

Em milhares de R\$	VaR	Limite VaR	% de Ocupação	VaR (% do PL)
31/12/2022	616	1.500	41,08%	0,05%
30/09/2022	542	1.500	36,16%	0,04%
30/06/2022	979	1.500	65,29%	0,08%
31/03/2022	1.101	1.500	66,7%	0,08%
31/12/2021	759	1.500	50,6%	0,06%
30/09/2021	895	1.500	59,7%	0,07%
30/06/2021	402	500	80,6%	0,06%
31/03/2021	260	500	52,1%	0,04%
31/12/2020	174	500	34,8%	0,04%
31/12/2019	177	500	35,4%	0,05%
31/12/2018	480	2.500	19,2%	-

(ii) VaR por tipo de risco

Em R\$	31/12/2022		31/12/2021	
	VaR marginal (paramétrico)	VaR marginal (%)	VaR marginal (paramétrico)	VaR marginal (%)
SELIC/CDI	10	0,01	2.878	0,38
PRÉ	440.468	71,48	406.357	53,56
IPCA	68.388	11,10	368.091	48,51
Ações <i>On shore</i>	125.186	20,32	(602)	(0,08)
Futuros	5.230.919	848,93	(2.815.051)	(371,10)
Moedas <i>On shore</i>	(5.251.764)	(852,31)	2.797.144	368,65
Outros	-	-	-	-
Total	2.973	0,47	-	-
	616.180	100	758.817	100,00

(iii) Stress Testing BM&F

O teste de Stress BMF é realizado com base nos cenários de stress disponibilizados pela BM&F. A área de risco classifica os choques da BMF em cenários otimista e pessimista, formando assim dois cenários de stress com fundamentação macroeconômica e que possuem base em uma fonte externa de credibilidade. Para ativos que não estão presentes nos cenários divulgados é escolhido o choque de um cenário da BMF em que o ativo em questão possua natureza semelhante. As posições do Banco serão reavaliadas sob o método de “*Full Valuation*”, com base nos cenários gerados.

Adicionalmente, visando complementar o cenário de stress da BMF que conta com um cenário de baixa probabilidade, a área de risco calcula o cenário de stress “pior caso da carteira atual nos últimos 5 anos”. Assim, todas as exposições da carteira do banco no momento de apuração são replicadas em fatores de risco e tomando como base o retorno diário destes nos últimos 5 anos reavalia-se o valor diário da carteira neste período. Finalmente, o indicador mostra a pior variação diária de valor da carteira nesta série.

Notas Explicativas	Saldo em R\$	Pior caso dos últimos 5 anos	Stress BM&F	Cenário Direção Stress	Contribuição Stress
31/12/2022		(2.050)	(8.487)	Pessimista	(8.487)
30/09/2022		(2.462)	(13.572)	Pessimista	(13.572)
30/06/2022		(3.011)	(19.188)	Pessimista	(19.188)
31/03/2022		(3.458)	(35.643)	Pessimista	(35.643)
31/12/2021		(4.028)	(13.622)	Pessimista	(13.622)
30/09/2021		(2.589)	(13.259)	Pessimista	(13.259)
30/06/2021		(2.925)	(8.459)	Otimista	(8.459)
31/03/2021		(885)	(5.580)	Otimista	(5.580)
31/12/2020		(1.604)	(3.619)	Otimista	(3.619)
30/06/2020		(2.440)	(2.286)	Pessimista	(2.440)
31/03/2020		(2.037)	(329)	Pessimista	(2.037)
31/12/2019		(1.623)	(778)	Pessimista	(1.623)

A administração avalia as estimativas contábeis e considera a análise do VaR adequada. O impacto decorrente da sensibilidade das projeções de ativos e passivos às variações de preços, taxas e outras estimativas não produzem efeitos materiais no contexto dessas demonstrações financeiras consolidadas.

33.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes reconhecidamente respeitadas ou pulverizado no varejo, a taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é segregada e atua de maneira proativa na prevenção de eventuais situações em que o Modal e suas controladas possam ser submetidos em relação à liquidez. O processo de monitoramento do risco de liquidez abrange todo o fluxo de recebimentos e pagamentos do Banco e suas controladas para que ações mitigadoras de risco possam ser realizadas.

a) Plano de contingências

Caso haja alguma situação difícil de liquidez decorrente de resgates inesperados de depósitos de clientes/bancos, inadimplência de algum cliente com operação ativa, ou simplesmente grandes ajustes em posições no mercado de futuro, o Modal poderá recorrer a algumas alternativas, abaixo apresentadas:

- Linhas de crédito pré-aprovadas com outros bancos de primeira linha;
- Elevação das taxas de captação de depósitos de clientes/bancos para atrair mais recursos e/ou alongar as captações;
- Redução das carteiras comerciais, através da não rolagem das operações vincendas como forma de gerar caixa ao longo do tempo.

b) Balanço patrimonial por liquidez
Notas Explicativas

	31/12/2022				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	226.752	1.070.966	-	-	1.297.718
Ativos Financeiros					
Títulos e valores Mobiliários	774.601	309.426	22.510	2.228.477	3.335.014
Outros Ativos Financeiros	-	182.628	10.865	36.829	230.322
Depósitos Comp. no Bacen	62.760	-	-	-	62.760
Operações de crédito (Nota 10.d)	-	10.550	556.869	684.441	1.251.860
(-) Provisão para Perda Esperada	-	-	(1.121)	(15.781)	(16.902)
Derivativos	-	9.716	56.637	123.301	189.654
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	253.824	-	253.824
Investimentos em Coligadas	34.026	-	-	-	34.026
Imobilizado e Intangível	522.865	-	-	-	522.865
Direitos de uso	23.342	-	-	-	23.342
Ativos Fiscais	-	-	73.575	163.720	237.295
Outros ativos	-	3.826	12.786	234.941	251.553
Total do ativo	1.644.346	1.587.112	985.945	3.455.928	7.673.331
Passivos financeiros					
Depósitos	426.913	1.473.190	317.155	1.403.152	3.620.410
Captações no mercado aberto	-	1.698.496	-	-	1.698.496
Obrigações por empréstimos	-	258	774	438	1.470
Outros Passivos Financeiros	-	238.176	8.751	327.928	574.855
Derivativos	-	2.126	25.168	122.889	150.183
Provisões e Passivos Contingentes	-	-	-	5.016	5.016
Outros passivos	-	10.258	108.664	28.627	147.549
Passivos associados a Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	48.432	-	48.432
Passivos Fiscais	-	-	72.151	66.550	138.701
Total do Passivo	426.913	3.422.504	581.095	1.954.600	6.385.112

	31/12/2021				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	511.513	1.675.033	-	-	2.186.546
Ativos Financeiros					
Títulos e valores Mobiliários	219.813	290.727	499.678	1.200.797	2.211.015
Outros Ativos Financeiros	-	333.517	24.179	38.680	396.376
Depósitos Comp. no Bacen	17.083	-	-	-	17.083
Operações de crédito (Nota 10.d)	-	9.536	577.974	445.407	1.032.917
(-) Provisão para Perda Esperada	-	-	(1.275)	(2.933)	(4.208)
Derivativos	-	119.320	61.012	1.293	181.625
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	278.331	-	278.331
Investimentos em Coligadas	1.036	-	-	-	1.036
Imobilizado e Intangível	305.963	-	-	-	305.963
Direitos de uso	10.562	-	-	-	10.562
Ativos Fiscais	-	-	98.091	46.620	144.711
Outros ativos	-	6.320	13.349	161.241	180.910
Total do ativo	1.065.970	2.434.453	1.551.339	1.891.105	6.942.867
Passivos financeiros					
Depósitos	406.797	1.030.790	711.358	1.203.346	3.352.291
Captações no mercado aberto	-	1.679.745	-	-	1.679.745
Obrigações por empréstimos	-	258	774	623	1.655
Outros Passivos Financeiros	-	194.495	5.300	39.700	239.495
Derivativos	-	163.957	3.378	13.317	180.652
Provisões e Passivos Contingentes	-	-	-	2.676	2.676
Outros passivos	-	19.024	38.991	20.188	78.203
Passivos associados a Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	51.794	-	51.794
Passivos Fiscais	-	-	49.581	33.163	82.744
Total do Passivo	406.797	3.088.269	861.176	1.313.013	5.669.255

33.4. Risco Operacional

Os riscos operacionais são geridos por área especificamente criada para este fim, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos.

Notas Explicativas

A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Modal, a área de risco operacional tem estreita ligação com a área de Auditoria Interna e Comitê de Compliance.

Dentre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional assegura o cumprimento das normas estabelecidas, sendo visto como uma oportunidade de melhoria na qualidade dos processos e controles.

33.5. Risco Socioambiental

O Modal executa o gerenciamento de riscos socioambientais de suas atividades pautando-se nos princípios da relevância, proporcionalidade em relação aos produtos por ele distribuídos e eficiência para estabelecer as suas diretrizes.

O Modal compromete-se a atuar com responsabilidade socioambiental, direcionando esforços para colaborar com o desenvolvimento econômico e social do mercado brasileiro, considerando as necessidades específicas de cada um dos seus negócios, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como os aspectos legais e regulamentares aplicáveis.

Metodologia e Monitoramento do Risco Socioambiental

A gestão do risco socioambiental é realizada de maneira direta integrada entre as áreas de:

- Compliance;
- Risco Operacional e Controles Internos;
- Departamento Pessoal;
- Jurídico; e
- Crédito.

São estabelecidos critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco, quando da realização de operações relacionadas às atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais.

As verificações de riscos atrelados ao tema socioambiental decorrem de riscos inerentes que impactam o Conglomerado Prudencial Modal de diferentes formas:

- Legal: Existência de arcabouço legal capaz de coresponsabilizar o Modal em financiar (direta ou indiretamente) clientes e projetos que incorram em descumprimentos da legislação socioambiental vigentes; e
- Reputacional: Possibilidade da imagem do Conglomerado Prudencial Modal ser atrelada a irregularidades socioambientais.

Para a classificação do risco socioambiental são consideradas as pesquisas realizadas na mídia, internet e listas restritivas, além da aplicação do Questionário Socioambiental do Modal que abrange informações referentes aos aspectos institucionais, ambiental e social das atividades da parte interessada. Adicionalmente, para a contratação de serviços terceirizados relevantes, são incluídas cláusulas socioambientais nos Contratos, quando aplicável.

Notas Explicativas

São adotados procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental que visa manter a exposição ao risco socioambiental dentro das tolerâncias pré-estabelecidas na declaração de apetite a riscos (RAS).

Gerenciamento do Risco Socioambiental

Além do reconhecimento das particularidades do setor de atividades do cliente, o nível de detalhamento das informações levantadas deverá ser asseverado de acordo com a complexidade da operação proposta, conforme exemplificado a seguir:

(1) **Análise de Garantias Imobiliárias** As operações de crédito realizadas com garantias imobiliárias (terrenos e propriedades rurais) requerem uma avaliação prévia quanto à possibilidade de serem áreas contaminadas, áreas de preservação permanente (APP) ou de reserva legal, ou mesmo terem alguma outra característica de potencial risco ambiental. Assim, para estes casos, o já mencionado Questionário Socioambiental deverá se preenchido, também, relativamente à garantia apresentada.

(2) **Crédito Corporativo, Projetos, Investimentos, Participações, Emissões, Fusões e Aquisições** É preciso considerar a destinação de recursos para os quais os créditos concedidos ou recursos gerados sejam destinados à operação tendo em vista o risco de corresponsabilidade da instituição financeira por danos socioambientais causados pelo cliente financiado. Assim, para estes casos, o já mencionado Questionário Socioambiental deverá se preenchido, também, relativamente ao empreendimento a que se destinam os recursos.

(3) **Investimentos Atividades relativas à gestão de recursos de terceiros** presumem uma questão relevante, que é o dever fiduciário de gestores. Isto significa que deve se observar com a devida diligência os riscos inerentes à decisão de investimento compatível com a adequada observância dos riscos socioambientais.

Os procedimentos adotados estão alinhados ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, nas quais determinam que as organizações se atentem ao gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas.

33.6. Gerenciamento de capital

O Modal e suas controladas dispõem de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A gestão do capital possibilita ao Modal e suas controladas uma avaliação consistente do capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Neste contexto, o Modal e suas controladas gerenciam a estrutura de capital com a finalidade de atender também aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos. No plano normativo vale destacar que o Acordo de Basileia tem como parâmetro internacional obrigatório para as instituições financeiras, mais conhecido no Brasil como Patrimônio de Referência, conforme legislação em vigor.

Conforme estabelecido na Res. CMN nº 4.958/21 a exigência de PR está em 8,0%, o requerimento mínimo de Nível I - 6,0% e de capital principal em 4,5%. Além destes limites, o Modal está obrigado a atender aos limites de ACP – Adicional de Capital Principal, que é dividido em ACP Contracíclico e ACP de Conservação.

Conforme estabelecido na Res. CMN nº 4.958/21 a exigência de PR está em 10,0%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,0% de Conservação de Capital. A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançará 10,50%, considerando 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,5% de Adicional de Conservação de Capital.

Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Res. CMN nº 4.955/21, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Res. CMN nº 4.950/21.

Conforme demonstrado a seguir, o Modal está enquadrado neste limite mínimo operacional:

Notas Explicativas

	31/12/2022	31/12/2021
Capital de Risco (Nível I)	650.302	987.344
Patrimônio de Referência (PR)	650.302	987.344
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPAD) (a)	3.590.551	3.416.588
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWAMPAD) (b)	573.471	817.699
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD) (c)	1.060.004	657.197
RWA (a) + (b) + (c)	5.224.026	4.891.484
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	417.922	391.319
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	232.380	596.025
Índice (%)	12,45%	20%

34. Hierarquia do valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

Segundo o IFRS13/CPC 46, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

- **Nível 1** - Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados;
- **Nível 2** - São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo			
Cotas de fundos	-	119.393	241.890
CRI	-	80.887	-
CRA	-	41.516	-
CDB	-	14.758	-
LCI	-	252	-
LCA	-	1.060	-
Nota Comercial	-	20.064	-
COE	-	3.164	-
Debêntures	-	112.389	127.240
Ações	81.455	-	1.226
LFT	469.740	-	-
Títulos emitidos no exterior	-	379.895	-
Empréstimos em ações	278.550	-	-
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	829.745	773.378	370.356
LC	-	68	-
LFT	772.950	-	-
LTN	407.292	-	-
NTN	-	-	-
TDA	855	-	-
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	1.181.097	68	-
Instrumentos financeiros derivativos	139.576	50.078	-
Total Ativo	2.150.418	823.524	370.356
Passivo	123.202	26.981	-
Instrumentos financeiros derivativos	123.202	26.981	-
Total Passivo	123.202	26.981	-

	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo			
Cotas de fundos	-	76.105	102.836
CRI	-	32.519	-
CRA	-	4.528	-

Notas Explicativas

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
COE	-	6.597	-	6.597
Debêntures	-	279.739	103.741	383.480
Ações	76.901	-	1.957	78.858
LFT	215.929	-	-	215.929
Títulos emitidos no exterior	-	394.389	-	394.389
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	292.830	793.877	208.534	1.295.241
CDB	-	15.187	-	15.187
LC	-	363	-	363
LCA	-	1.627	-	1.627
LCI	-	952	-	952
LFT	754.395	-	-	754.395
LTN	89.437	-	-	89.437
NTN	631	-	-	631
TDA	-	1	-	1
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	844.463	18.130	-	862.593
Instrumentos financeiros derivativos	(800)	182.425	-	181.625
Total	1.136.493	994.432	208.534	2.339.459
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	180.652	-	180.652
Total	-	180.652	-	180.652

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se estimativas e modelos internos. Os dados não observáveis usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. As variações dos dados não observáveis isolados, ou em conjunto, não produzem efeitos materiais.

b) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.796.278	2.788.205	3.174.590	3.169.716
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.070.966	1.070.966	1.675.033	1.675.033
Outros ativos financeiros ⁽²⁾	230.322	230.322	396.376	396.376
Títulos e valores Mobiliários ⁽³⁾	180.370	180.370	53.181	53.287
Operações de crédito ⁽⁴⁾	1.251.860	1.243.787	1.032.917	1.027.937
Depósitos compulsórios Bacen ⁽³⁾	62.760	62.760	17.083	17.083
Passivo	5.318.906	5.364.130	5.032.036	5.087.696
Depósitos ⁽⁵⁾	3.620.410	3.665.634	3.352.291	3.407.951
Captações no mercado aberto ⁽¹⁾	1.698.496	1.698.496	1.679.745	1.679.745

- (1) O valor justo das operações de aplicações interfinanceiras de liquidez e das captações em mercado aberto são compostas por operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (*overnight*). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo;
- (2) Os outros ativos financeiros são substancialmente compostos por negociação e intermediação de valores e outros recebíveis de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo;
- (3) Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estão registrados pelo custo amortizado e o seu valor justo foi mensurado com base nos valores de mercado disponíveis na data-base;
- (4) O valor justo das operações de crédito é determinado com base no valor presente dos fluxos de pagamentos definidos em contrato até o seu vencimento, descontado o valor presente pelo fator de desconto, refletindo condições atuais de mercado;
- (5) O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados por premissas nível III

Em 31 de dezembro de 2022 os principais grupos de ativos avaliados por premissas de avaliação do Nível 3 estão sintetizados abaixo:

Ativo	Técnica de Precificação	Principais Premissas
Debêntures conversíveis	Precificação da conversibilidade com base no modelo Black&Scholes.	Volatilidade e taxa de desconto utilizada na determinação do <i>spot price</i> .

Notas Explicativas

Fundo Imobiliário	Método involutivo	Taxa de desconto
-------------------	-------------------	------------------

A tabela abaixo resume as informações quantitativas mais relevantes para a administração sobre os *inputs* não observáveis de instrumentos financeiros Nível 3:

Ativo	Valor justo 31.12.22	Valor justo 31.12.21	Especialistas responsáveis	Técnica de precificação do instrumento	Dados não observáveis utilizados na avaliação	Input em 31.12.2022	Input em 31.12.2021
Debêntures Conversíveis	243.290	206.577	Especialistas da Administração	Black & Scholes para valor justo da opção	Volatilidade	31,80%	29,50%(a)
			Especialistas terceirizados	Fluxo de caixa descontado na determinação do <i>spot price</i>	Taxa de desconto	Entre 9,4% e 14,99% por subsidiária	Entre 12,24% e 14,24% por subsidiária
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	125.840	-	Especialistas terceirizados	Método involutivo	Taxa de desconto	9%	-

a. Volatilidade média de 1 ano para empresas do mesmo setor contempladas no índice IBX100

d) Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros mensurados por premissas nível III

A sensibilidade dos modelos às principais premissas utilizadas está apresentada, conforme abaixo:

31/12/2022				
Ativo	Metodologia de precificação	Principais premissas sensíveis	Coefficiente de sensibilidade (Cenários)	Impacto na avaliação do investimento
Debêntures Conversíveis	Black & Scholes	Volatilidade	+0,50% -0,50%	-0,50% +0,50%
		Taxa de desconto na determinação do <i>spot price</i>	+0,50% -0,50%	-17,80% +19,81%
Cotas de Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	Método Involutivo	Taxa de desconto	+0,50% -0,50%	-6,31% +6,63%
31/12/2021				
Ativo	Metodologia de precificação	Principais premissas sensíveis	Coefficiente de sensibilidade (Cenários)	Impacto na avaliação do investimento
Debêntures Conversíveis	Black & Scholes	Volatilidade	+0,50% -0,50%	+0,50% +0,50%
		Taxa de desconto na determinação do <i>spot price</i>	+0,50% -0,50%	-6,80% +7,48%

35. Outras informações

a) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Res. CMN nº 3.263/05: O Modal possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (“SFN”), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

b) Administração de recursos de terceiros

Notas Explicativas

Posição dos fundos de investimentos administrados pelo Modal:

	Quantidade de fundos / carteiras		Valores administrados	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimentos e carteiras administradas ⁽¹⁾	90	122	6.331.902	14.710.621

(1) O decréscimo dos valores administrados pelo Banco, se deve, substancialmente, pela cisão da atividade da administração fiduciária para a MAF DTVM, ocorrida no segundo semestre de 2022 (Nota 5).

c) Cobertura de seguros

O Modal adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Tipo de Cobertura	Valores Cobertos	
		31/12/2022	31/12/2021
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	40.000	40.000
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	84.500	84.500

d) Registro na CVM e conclusão da Oferta Inicial de Ações (IPO)

Em 23 de fevereiro de 2021, foi protocolado perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária de emissão do Banco e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), compreendendo a distribuição de inicialmente 51.050.000 Units, representativas de (i) 117.400.000 novas Ações Preferenciais a serem emitidas pelo Banco (“Oferta Primária”); e (ii) 35.750.000 Ações Ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”), em ambos os casos, a serem realizadas no Brasil, com esforços de colocação no exterior.

O Banco, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Nível 2, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), condicionada à realização da Oferta.

As Units de emissão do Banco passaram a ser negociadas no Nível 2 da B3 em 30 de abril de 2021, sob o código “MODL11” com o preço de lançamento de R\$20,01 por Unit (R\$6,67 por ação preferencial emitida), totalizando a oferta primária em R\$783.058 (R\$752.475 líquidos dos custos atrelados à oferta). A emissão das Ações Preferenciais objeto da Oferta Primária e o aumento de capital do Banco foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2021.

e) Alterações estatutárias e atos relevantes

Na Assembleia Geral Especial de Acionistas Preferencialistas (“AGESP”), realizada em 20 de junho de 2022, foi aprovada, dentre outras matérias, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do Banco em ações ordinárias na relação de uma ação ordinária para cada preferencial. Nessa mesma data, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) onde, sem ressalvas, foi aprovada a migração do Banco para o segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado e a consequente reforma do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizadas em 20 de abril de 2022, foram aprovadas as seguintes matérias:

- As demonstrações financeiras referentes ao exercício social do Banco encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, do relatório da administração, do relatório anual do

Notas Explicativas

- comitê de auditoria e dos comentários dos administradores sobre a situação financeira do Banco, bem como demais documentos pertinentes relativos ao exercício social do Banco encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e dos juros sobre o capital próprio, os quais foram imputados aos dividendos obrigatórios distribuídos pelo Banco;
 - A remuneração global anual dos administradores do Banco para o exercício social de 2022, no valor de até R\$18.334;
 - A alteração do artigo 5º do Estatuto Social do Banco para refletir o aumento do capital social decorrente da oferta inicial de ações realizada pelo Banco em 30 de abril de 2021 (Nota 35.d);
 - A alteração do artigo 20, caput, do Estatuto Social do Banco, para prever que a Diretoria do Banco será composta por no mínimo 6 (seis) e no máximo 27 (vinte e sete) diretores, de modo a compatibilizá-la ao somatório das quantidades mínimas dos cargos de diretores;
 - Ratificar as aquisições, pelo Banco, do controle acionário das sociedades Hum Bilhão e LiveOn, objeto dos comunicados ao mercado e dos fatos relevantes divulgados, respectivamente, em 03 de setembro de 2021 e 06 de outubro de 2021; e
 - Ratificar o prazo de mandato da Diretoria do Banco, que se estenderá até a primeira reunião do Conselho de Administração do Banco que se realizará após a assembleia geral ordinária do Banco que deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Na AGE 22 de março de 2021 foi aprovada a alteração da composição da Diretoria, composta de, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 27 (vinte e sete) Diretores, onde o Conselho de Administração designará no mínimo 1 (um) e no máximo 2 (dois) Diretores Presidentes; (ii) no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) Diretores Executivos, (ii) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, (iii) no mínimo 1 (um) e no máximo 8 (oito) Diretores Operacionais e (iv) no mínimo 1 (um) e no máximo 8 (oito) Diretores sem designação específica, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos.

Na AGE de 22 de fevereiro de 2021 foram aprovadas as seguintes matérias para a reforma do estatuto social do Banco para adaptação às exigências legais e regulamentares de Companhia Aberta e ao regulamento do segmento especial de governança corporativa, denominado Nível 2 (“Nível 2”) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”):

- Enquanto vigorar o Contrato de Participação no Nível 2 da B3, cada ação preferencial emitida pela Companhia conferirá ao seu titular o direito de voto restrito em Assembleias Gerais, exclusivo nas seguintes matérias:
 - Transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia;
 - Aprovação de contratos entre a Companhia e seu acionista controlador, direta ou indiretamente, sempre que, por força de disposição legal ou do Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;
 - Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
 - Escolha de instituição/empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia para fins de Oferta Pública de Ações (OPA) de alteração no controle da Companhia; e
 - Alteração/revogação dos dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2 da B3;
- Inserção no Estatuto Social da possibilidade de os acionistas poderem, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, da ordem de 1 (uma) para 1 (uma), desde que integralizadas, observado o limite legal, mediante solicitação à Companhia, sendo os pedidos encaminhados por escrito à Diretoria que os submeterá para deliberação do Conselho de Administração;
- Instalação do Conselho de Administração a ser composto por até 9 (nove) membros e com pelo menos 20% (vinte por cento) de membros independentes, conforme critério de independência constante do Estatuto Social da Companhia;

Alteração na composição da Diretoria, de modo que dentre os Diretores Executivos, o Conselho de Administração designará no mínimo um Diretor Presidente e no máximo dois Diretores Co-Presidentes, bem como a revisão das atribuições dos cargos e a criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores.

f) Conflitos na Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia gerou sanções internacionais impostas principalmente pelos Estados Unidos e pelos países-membro da OTAN (“Organização do Tratado do Atlântico Norte”) que têm impacto na economia da região e mundial. Tais eventos podem ter um efeito adverso nos negócios e desempenho financeiro do Banco, por meio do aumento da inflação mundial, aumento dos custos de Compliance, maior volatilidade nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras e aumento nas perdas esperadas associadas ao risco de crédito de nossos clientes

que negociam mercadorias, direta e indiretamente, com empresas na Rússia. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais em limitar ou encerrar suas operações na Rússia. Não esperamos impacto material em nossa posição financeira e resultados operacionais caso a situação persista ou se agrave.

g) Combinação de negócios com a XP

Em 8 de agosto de 2022 o BACEN aprovou a reforma estatutária deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de junho de 2022, na qual classifica o Banco ao segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se o Banco, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

Em 26 de julho de 2022, uma vez transcorrido em branco o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE considerou aprovado em definitivo, sem restrições, a operação de combinação de negócios ("Operação") entre o Banco Modal e o Banco XP S.A. Sendo que o fechamento da Operação ainda está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais, incluindo a homologação de forma definitiva pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 8 de julho de 2022, o CADE, aprovou, sem restrições, a operação de combinação de negócios entre o Banco Modal e o Banco XP S.A. A referida decisão ainda poderia ser revista pelo Tribunal do CADE, caso contrário se torna definitiva após quinze dias da publicação dessa decisão.

Em 20 de junho de 2022, foi aprovado pelos acionistas a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do Banco em ações ordinárias, na relação de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, com a consequente extinção da classe de ações preferenciais de emissão do Banco, em razão do deliberado o capital social passa a ser dividido em 704.200.000 (setecentas e quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cujo processo foi aprovado pelo BACEN em 8 de agosto de 2022. Em 19 de setembro de 2022, ocorreu formalmente a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias com o respectivo cancelamento das Units e efetiva migração do Banco para o Novo Mercado da B3, com a negociação das ações do Banco exclusivamente sob o código "MODL3".

Em 4 de maio de 2022, foi celebrado pelo Banco Modal, pelo seu controlador Modal Controle Participações S.A. ("Modal Controle"), pelo Banco XP S.A. ("XP Brasil"), dentre outras partes, o acordo de associação e outras avenças definitivo ("Acordo de Associação") em relação à operação de combinação dos negócios do Banco e da XP Brasil, conforme já anunciada por meio do Fato Relevante - 7 de janeiro de 2022 ("Operação"). O Acordo de Associação substitui o memorando de entendimentos vinculante firmado em 6 de janeiro de 2022 para todos os fins, sendo que a estrutura, termos e condições da Operação permanecem os mesmos já divulgados.

36. Eventos Subsequentes

Aumento de Capital

Em 03 de janeiro de 2023, o Banco integralizou o capital social da Modal DTVM em R\$200.000 com a correspondente emissão de 200 milhões de novas quotas sociais, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) em Controladas

Ao longo do mês de janeiro de 2023, o Banco converteu AFACs realizados em controladas ao longo do exercício de 2022 em Capital Social, conforme a seguir:

Data da Conversão	Controlada	AFAC convertido	Ações/Quotas emitidas
09.01.23	Carteira Global	1.300	1.300.000 quotas
09.01.23	Vaivoa	100	100.000 quotas
09.01.23	Hum Bilhão	90	90.000 quotas
09.01.23	W2 Digital	45	45.000 quotas
11.01.23	Modal as a Service	11.851	3.007.953 ações
12.01.23	Eleven Research	13.825	1.554.738 ações

Notas Explicativas

* * * * *



Notas Explicativas

Notas Explicativas

Demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2022

Banco Modal S.A.
Notas Explicativas
Balancos patrimoniais
Em milhares de reais

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	3.701.556	5.060.824	Passivo circulante	3.998.227	4.354.689
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 4 1.133.434	2.198.697			
Disponibilidades	Nota 4 62.469	507.935	Depósitos	Nota 13 2.207.393	2.403.624
Caixa	58	69	Depósitos à vista	417.059	389.469
Reservas livres	313	1.205	Depósitos interfinanceiros	1.146	51.243
Disponibilidades em moeda estrangeira	62.098	506.661	Depósitos a prazo	1.789.188	1.962.912
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 4 1.070.965	1.690.762			
Aplicações no mercado aberto	1.070.965	1.690.762			
			Captações no mercado aberto	Nota 13 1.059.818	1.579.556
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.811.357	1.846.838	Carteira própria	652.513	727.600
Carteira própria	Nota 5(a) 1.642.706	1.009.930	Carteira terceiros	330.480	800.210
Vinculados a compromissos de recompra	Nota 5(a) 4.897	330.021	Carteira livre movimentação	76.825	51.746
Vinculados à prestação de garantia	Nota 5(a) 99.343	354.566			
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5(c) 64.411	152.321			
			Recurso de aceite e emissão de títulos	Nota 13 195.260	68.628
Relações interfinanceiras	62.753	17.083	Letras de crédito imobiliário – LCI	195.260	68.628
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	52.580	9.877			
Serviços de compensação de cheques e outros papéis	10.166	7.203	Relações interfinanceiras	55.296	54.002
Correspondentes no País	7	3	Serviços de compensação de cheques e outros papéis	55.296	54.002
Operações de crédito	Nota 7(a) 510.010	535.222	Relações de interdependência	6.566	3.105
Empréstimos e títulos descontados	514.827	536.533	Recursos em trânsito de terceiros	6.566	3.105
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 7(d) (4.817)	(1.311)			
			Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5(c) 25.540	22.474
Outros créditos	117.038	384.868	Outras obrigações	448.354	223.300
Carteira de câmbio	Nota 8 1.777	83.751	Cobrança e arrecadação de tributos	552	266
Rendas a receber	36	69	Carteira de câmbio	Nota 8 1.754	146.895
Negociação e intermediação de valores	Nota 14 6.394	208.219	Sociais e estatutárias	Nota 17(b)(c) 20.802	14.532
Diversos	Nota 9 109.200	93.314	Fiscais e previdenciárias	12.131	11.373
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 7(d) (369)	(485)	Negociação e intermediação de valores	Nota 14 284.443	88
			Diversas	Nota 15 127.866	49.668
Relações Interdependências	8	-	Provisão para garantias prestadas	Nota 7(d) 806	478
Transferências internas de recursos	8	-			
Outros valores e bens	66.956	78.116			
Bens não de uso próprio	Nota 10 34.620	57.694	Passivo não circulante	2.254.595	1.360.498
Despesas antecipadas	Nota 2(k) (ii) 32.326	20.412			
Investimentos Temporários	10	10	Exigível a longo prazo	2.254.595	1.360.498
Ativo não circulante	3.804.184	1.914.928	Depósitos	Nota 13 1.452.932	1.203.346
Realizável a longo prazo	2.878.275	1.244.606	Depósitos interfinanceiros	-	1.002
			Depósitos a prazo	1.452.932	1.202.344
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.687.822	640.126			
Carteira própria	Nota 5(a) 611.720	553.097	Recurso de aceite e emissão de títulos	Nota 13 515.320	23.837
Vinculados à prestação de garantia	Nota 5(a) 557.958	81.794	Letras de crédito imobiliário – LCI	65.757	23.837
Vinculados a compromissos de recompra	Nota 5(a) 322.919	3.143	Letras Financeiras – LF	449.563	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5(c) 195.225	2.092			
Operações de crédito	941.009	425.398	Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5(c) 122.889	11.282
Empréstimos e títulos descontados	Nota 7(a) 681.709	434.934			

Banco Modal S.A. **Notas Explicativas**

Balanços patrimoniais **Em milhares de reais**

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 7(a) 278.550	-			
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 7(d) (19.250)	(9.536)	Outras obrigações	163.454	122.033
Outros créditos	210.062	139.744	Fiscais e previdenciárias	Nota 16(b) 108.340	53.286
Créditos tributários	Nota 16 180.216	104.673	Diversas	Nota 15 7.576	15.050
Diversos	Nota 9 29.846	35.071	Provisão para contingências	Nota 19 (a) 42.937	44.008
			Provisão para programa de pagamento baseado em ações	Nota 20 (a)(ii) 4.601	9.689
Outros valores e bens – Despesas Antecipadas	5.187	3.564			
Aplicações restritas	34.195	35.774			
Aplicações restritas	Nota 15 34.195	35.774			
Permanente	925.909	670.322	Patrimônio líquido	Nota 17 1.252.918	1.260.565
Investimentos	766.320	577.902	Capital social		
Em controladas e coligadas	Nota 11 764.886	577.658	De domiciliados no País	Nota 17(a) 1.074.966	1.074.966
Demais investimentos	1.434	244	Reservas	293.995	344.164
			Outros resultados abrangentes	Nota 17(i) (24.524)	(24.112)
Imobilizado de uso	Nota 12 26.287	27.108	Ações em tesouraria	Nota 17(j) (91.519)	(134.453)
Intangível	Nota 12 133.302	65.312			
Total do ativo	7.505.740	6.975.752	Total do passivo e patrimônio líquido	7.505.740	6.975.752

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
	2º Semestre de 2022		
Receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	235.552	305.375	48.217
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Nota 5 (a) 288.172	479.431	272.424
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Nota 5 (c) 62.101	203.042	210.868
Operações de empréstimos e repasses	-	-	1.000
Resultado de operações de câmbio	Nota 25 9.497	(17.269)	47.418
	595.322	970.579	579.927
Despesas da intermediação financeira			
Captação no mercado	Nota 13 (336.353)	(592.242)	(167.397)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(679)	(680)	(89)
Operações de empréstimos e repasses	Nota 14 (114.196)	(96.762)	(1)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 7 (d) (14.678)	(32.004)	(9.733)
	(465.906)	(721.688)	(177.220)
Resultado bruto da intermediação financeira	129.416	248.891	402.707
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços	Nota 21 35.249	107.267	64.427
Despesas de pessoal	Nota 24 (34.377)	(51.095)	(36.557)
Outras despesas administrativas	Nota 22 (93.967)	(164.790)	(114.473)
Despesas tributárias	Nota 23 (14.728)	(32.539)	(24.545)
Resultado de participações em controladas e coligadas	Nota 11 (25.269)	(28.094)	23.833
Outras receitas operacionais	5.491	4.359	3.580
Outras despesas operacionais	Nota 26 (12.908)	(33.615)	(44.451)
Provisão para contingências	Nota 19 (a) (5.048)	(7.995)	(28.930)
	Nota 20 (a)(ii) 423	1.756	(6.795)
Provisão para programa de pagamento baseado em ações	Nota 10 (7.098)	(12.270)	(526)
Provisão para perda com bens não de uso	(152.232)	(217.016)	(164.437)
Resultado operacional	(22.816)	31.875	238.270
Resultado não-operacional	117	131	(406)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(22.699)	32.006	237.864
Imposto de renda e contribuição social	Nota 16		
Provisão para imposto de renda	1.199	(1.748)	(2.185)
Provisão para contribuição social	265	(3.529)	(4.312)
Ativo fiscal diferido	17.315	19.207	(58.343)
	18.779	13.930	(64.840)
Participação nos lucros ou resultados	Nota 2 (q) (12.374)	(17.448)	(16.402)
Lucro líquido do semestre/exercício	(16.294)	28.488	156.622
Quantidade de ações em circulação	Nota 17.a		
Lucro líquido/ação em circulação – (em R\$)	685.529.155	685.529.155	686.525.069
	(0,0237674)	0,0415582	0,2281378

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Banco Modal S.A.****Demonstrações do resultado abrangente**

Em milhares de reais

	2º Semestre de 2022	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercício	(16.294)	28.488	156.622
Componentes do resultado abrangente que serão transferidos para o resultado quando determinadas condições forem atendidas:	7.000	(412)	(38.193)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários – Próprios	6.993	(1.567)	(38.477)
Transferências para o resultado do semestre/exercício Nota 5(a)	(2.315)	(179)	(46.068)
Movimentação do semestre/exercício Nota 5(a)	15.030	(2.671)	(23.890)
(-/+ Efeito fiscal sobre a variação)	(5.722)	1.283	31.481
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários – De controladas	7	1.155	284
Total do resultado abrangente	(9.294)	28.076	118.429

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Em milhares de reais

		Reservas									
		de Capital		de Lucros							
		Capital Social	Agio na emissão de ações	Legal	Especial de dividendos	Estatutária	Outros resultados abrangentes	(-) Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido	
Nota											
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021											
Saldos em 1º de janeiro de 2021		291.908	241.069	2.349	1.333	22.887	14.081	(6.349)	-	567.278	
Aumento de capital	Nota 17(d)	783.058	(30.582)	-	-	-	-	-	-	752.476	
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	Nota 5(a)	-	-	-	-	-	(38.193)	-	-	(38.193)	
Venda de ações em tesouraria		-	-	-	-	(46)	-	6.349	-	6.303	
Recompra de ações	Nota 17(j)	-	-	-	-	-	-	(134.453)	-	(134.453)	
Dividendos distribuídos	Nota 17(b)	-	-	-	(1.333)	(2.667)	-	-	-	(4.000)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	156.622	156.622	
Juros sobre o capital próprio deliberados	Nota 17(c)	-	-	-	-	-	-	-	(48.999)	(48.999)	
Constituição de reservas		-	-	7.831	-	99.792	-	-	(107.623)	-	
Outros		-	-	-	-	3.531	-	-	-	3.531	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.074.966	210.487	10.180	-	123.497	(24.112)	(134.453)	-	1.260.565	
Mutações do exercício		783.058	(30.582)	7.831	(1.333)	100.610	(38.193)	(128.104)	-	693.287	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022											
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.074.966	210.487	10.180	-	123.497	(24.112)	(134.453)	-	1.260.565	
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	Nota 5(a)	-	-	-	-	-	(412)	-	-	(412)	
Alienação de ações em tesouraria	Nota 17 (j)	-	(9.825)	-	-	-	-	42.934	-	33.109	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	28.488	28.488	
Juros sobre o capital próprio deliberados	Nota 17(b) e (c)	-	-	-	-	(45.478)	-	-	(21.522)	(67.000)	
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas		-	-	-	-	(1.832)	-	-	-	(1.832)	
Constituição de reservas		-	-	1.424	-	5.542	-	-	(6.966)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.074.966	200.662	11.604	-	81.729	(24.524)	(91.519)	-	1.252.918	
Mutações do exercício		-	(9.825)	1.424	-	(41.768)	(412)	42.934	-	(7.647)	
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022											
Saldos em 1º de junho de 2022		1.074.966	200.662	12.419	-	127.207	(31.524)	(91.519)	-	1.292.211	
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	Nota 5(a)	-	-	-	-	-	7.000	-	-	7.000	
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	(16.294)	(16.294)	
Juros sobre o capital próprio deliberados	Nota 17(c)	-	-	-	-	(45.478)	-	-	15.478	(30.000)	
Constituição de reservas		-	-	(815)	-	-	-	-	(815)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.074.966	200.662	11.604	-	81.729	(24.524)	(91.519)	-	1.254.918	
Mutações do exercício		-	-	(815)	-	(45.478)	7.000	-	-	(39.293)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Modal S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Notas Explicativas
Em milhares de reais

		2º	Exercício findo em 31	
	Nota	Semestre	de dezembro de	
		2022	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		(16.294)	28.488	156.622
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(d)	14.678	32.004	9.733
Depreciação e amortização	22	25.528	43.036	19.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(17.315)	(19.207)	58.343
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		(1.464)	5.277	6.497
Provisão para plano de pagamento baseado em ações		(423)	(1.756)	6.795
Provisão para contingências	19(a)	5.048	7.995	28.930
Resultado de participações em controladas e coligadas	11(a)	25.269	28.094	(23.833)
Participação nos lucros ou resultados		12.374	17.448	16.402
Provisão para perdas com bens não de uso	10	7.098	12.270	526
(Lucro) prejuízo na alienação de bens não de uso	10	-	6.734	-
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em operações restritas		(674)	1.579	(2.407)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes		5.329	43.379	(31.810)
Lucro líquido ajustado		59.154	205.341	245.157
(Aumento) em títulos valores mobiliários para negociação		(261.362)	(441.264)	(785.297)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos		(9.281)	9.450	(50.056)
(Aumento) redução em depósitos compulsórios no Bacen		(16)	(289)	138
(Aumento) redução em relações interfinanceiras		(35.209)	(44.087)	45.661
(Aumento) em operações de crédito		181.791	(522.191)	(876.486)
(Aumento) redução em relações interdependências		1.299	3.453	(2.692)
(Aumento) redução em carteira de câmbio		(49)	(63.167)	63.144
(Aumento) redução em outros créditos		(39.884)	177.763	(168.966)
(Aumento) em outros valores e bens – despesas antecipadas		(439)	(13.539)	(5.363)
Aumento em depósitos		(504.121)	53.356	1.460.291
Aumento em outras obrigações		205.985	382.178	20.050
Aumento (redução) em captações no mercado aberto		17.506	(519.738)	167.552
Aumento de aceites e emissão de títulos		308.533	618.115	92.465
Dividendos recebidos		-	987	53.357
Imposto de renda e contribuição social pagos	11(c)	(4.153)	(9.456)	(9.768)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(80.246)	(163.088)	249.187
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
(Aumento) em títulos valores mobiliários carteira disponível para venda		(48.494)	(472.159)	(142.775)
(Aumento) redução em títulos valores mobiliários mantidos até o vencimento		2.081	4.166	(23.045)
Aquisição ou aumento de imobilizado	12	(2.871)	(7.290)	(17.909)
Aquisição ou aumento de intangível	12	(30.788)	(79.288)	(35.820)
Alienação de bens não de uso	10	-	4.070	(2.520)
Aquisição de sociedades controladas	11(b)	-	(87.551)	(68.103)
Aumento de capital em sociedades controladas	11(c)	(10.274)	(162.253)	(421.200)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(90.346)	(800.305)	(711.372)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	17(a)	-	-	783.058
Custos de transação – aumento de capital	17(c)	-	-	(30.582)
Recompra de ações	17(a)	-	-	(134.453)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, líquidos		(26.222)	(58.491)	(46.530)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		(26.222)	(58.491)	571.493
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa, líquidos		(196.814)	(1.021.884)	109.308
Caixa e equivalente de caixa inicial do exercício	4	1.335.577	2.198.697	2.057.579
Variação cambial de disponibilidades no exterior		(5.329)	(43.379)	31.810
Caixa e equivalente de caixa final do exercício	4	1.133.434	1.133.434	2.198.697
Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
Aquisição de controlada com permuta de ações em tesouraria	17(j)	-	(42.934)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Modal S.A.
Demonstração do valor adicionado
Notas Explicativas
 Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2022	2021
Receitas		1.030.408	557.619
Intermediação financeira		988.191	581.927
Prestação de serviços	21	107.267	64.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(d)	(32.004)	(9.733)
Outras receitas, líquidas de despesas operacionais e provisões		(33.046)	(79.002)
Despesas da intermediação financeira		(709.612)	(167.487)
Insumos adquiridos de terceiros		(127.537)	(91.375)
Materiais, energia e outros		(615)	(440)
Serviços de terceiros		(107.052)	(84.505)
Impairment de bens não de uso		(12.270)	(526)
Outros		(7.600)	(5.904)
Valor adicionado bruto		193.259	298.757
Depreciação e amortização	22	(43.036)	(19.359)
Valor adicionado líquido produzido		150.223	279.398
Valor adicionado recebido em transferência		(28.094)	23.833
Resultado de participações em controladas	11	(28.094)	23.833
Valor adicionado total a distribuir		122.129	303.231
Distribuição do valor adicionado		122.129	303.231
Pessoal		61.334	47.457
Remuneração direta	24	52.418	40.394
Benefícios	24	5.552	4.616
FGTS	24	1.979	1.937
Outras – Treinamento e capacitação	24	1.385	510
Impostos, taxas e contribuições		25.819	94.887
Federais		20.620	91.780
Municipais	23	5.199	3.107
Remuneração de capitais de terceiros e aluguéis	22	6.488	4.265
Remuneração de capitais próprios		28.488	156.622
Lucro retido do exercício		6.966	141.623
Juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados	17 (b) e (c)	21.522	14.999

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais****1. Contexto operacional**

O Banco Modal S.A. (“Banco”, “Modal” ou “Controlador”) é uma sociedade anônima de capital aberto que tem por objetivo a realização de operações bancárias e a prestação de serviços permitidos aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de câmbio e de investimento e pode participar como acionista de outras sociedades.

Sua controlada Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Modal DTVM”) entrou em operação em outubro de 2015 e representa um importante canal de distribuição e de *cross-selling* para os produtos e serviços oferecidos pelo Modal por meio de seu portal de investimentos “modal mais” (*modalmais.com.br*).

Dentro da estratégia inicialmente traçada quando da criação da Modal DTVM, foi criado o Banco Digital Modalmais, uma plataforma moderna e com total fluidez, e que conta com todos os serviços e produtos de um banco comercial, sem precisar se plugar em outra plataforma, sendo a primeira no Brasil com essa solução integrada.

O Banco possui ainda as controladas Modal Assessoria Financeira Ltda. (“MAF”), que atua na assessoria e consultoria de valores mobiliários e em operações estruturadas nos mercados financeiro e de capitais, e a Modal Gestão de Recursos Ltda. (anteriormente denominada Modal Real Estate Participações Ltda.). Além disso, em 2019, o Banco criou a Modalmais Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda. (“Modalmais Treinamento”), controlada da Modal DTVM, que tem por objetivo oferecer cursos e treinamentos voltados para o mercado financeiro, trazendo ainda mais completude à plataforma de investimentos “modalmais”. Em maio de 2021, o Banco criou a Modal Corretora de Seguros Ltda., com o objetivo de expandir sua atuação no segmento de seguros e previdência.

Em fevereiro de 2021, o Modal arquivou perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações (Nota 27.a). Em 30 de abril 2021 as *units* do Banco passaram a ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) sobre o ticker MODL11. O montante bruto captado totalizou R\$783.058 (R\$752.476, líquido dos custos de emissão) mediante a emissão de 117.400.000 ações preferenciais (Nota 17.a).

Em janeiro de 2022, o Modal e a XP Inc., por meio da subsidiária “XP Brasil”, celebraram memorando de entendimento vinculante para incorporação, pelo grupo XP, de até a totalidade das ações do Banco. Com a operação, a XP e o Modal pretendem acelerar o processo de disrupção da indústria financeira brasileira, atualmente marcada pelo alto potencial de crescimento e poucos *players* dominantes. Essa operação aguarda o cumprimento de condições precedentes e aprovação de órgãos reguladores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Modal adquiriu o controle da Modal As a Service S.A. (“MaaS” – atual designação social da Live On Meios de Pagamento S.A.), da Galapos Consultoria e Participações Ltda. (“Galapos”) e da W2D Tecnologia e Soluções Ltda. (“W2Digital”), além de participação minoritária na KC Tecnologia Serviços Imobiliários e de Internet, Empreendimentos e Participações S.A. (“Keycash”) e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Modal, diretamente e por meio de suas controladas, adquiriu a Eleven Serviços de Consultoria e Análise S.A. (“Eleven”), a Proseek Escola de Negócios, Finanças e Consultoria Empresarial Ltda. (“Proseek”) - sendo que, em abril de 2022, a Modalmais Treinamento incorporou a Proseek -, a Refinaria de Dados – Análise de Dados Ltda. (“Refinaria de Dados”), a Banking and Trading Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (“Carteira Global”), a Vaivoa Educação Ltda. (“VaiVoa”) e a Hum Bilhão Educação Financeira Ltda. (“Hum Bilhão”). Essas aquisições tiveram como objetivo aumentar a oferta de produtos e serviços do

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

Modal, reforçando os diferenciais competitivos do Banco, além de acelerar o uso de inteligência artificial para analisar dados de mercado e dos clientes objetivando atuar com maior assertividade nas recomendações financeiras oferecidas aos clientes. (Nota 11).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 8 de fevereiro de 2023.

1.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valor de mercado de instrumentos financeiros, ativos não financeiros e derivativos ativos e passivos, bem como da vida útil de certos ativos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

O Banco está também apresentando, nesta mesma data, demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em atendimento aos requerimentos da Lei Societária Brasileira, de acordo com as normas internacionais de contabilidade. As referidas demonstrações financeiras consolidadas foram emitidas na mesma data destas demonstrações financeiras individuais conforme a interpretação técnica do parágrafo 7 do CPC 09 (R2).

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 – redução do valor recuperável de ativos - (CPC 01 - R1);
- Res. 3.604/08 – demonstração do Fluxo de Caixa - (CPC 03 – R2);
- Res. 3.750/09 – divulgação sobre partes relacionadas - (CPC 05 – R1);
- Res. 3.823/09 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - (CPC 25);
- Res. 3.973/11 – eventos subsequentes - (CPC 24);
- Res. 3.959/19 – resultado por ação - (CPC 41);
- Res. 3.989/11 – pagamento baseados em ações - (CPC 10 – R1);
- Res. 4.007/11 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - (CPC 23);
- Res. 4.144/12 – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (pronunciamento conceitual básico R1), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN;
- Res. 4.524/16 – efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - (CPC 02 - R2);
- Res. 4.534/16 – ativo intangível - (CPC 04 - R1);
- Res. 4.535/16 – ativo imobilizado - (CPC 27);
- Res. 4.748/19 – mensuração do valor justo - (CPC 46);
- Res. 4.877/20 – benefícios a empregados - (CPC 33 - R1);
- Res. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (CPC 00 (R2)) e Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47); e
- Res 4.967/21 – Propriedades para Investimento – (CPC 28).

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

Normativos emitidos recentemente e aplicáveis ao exercício corrente

- Res. CMN 4.817/20 e Res. BCB 33: dispõem sobre os critérios de mensuração e reconhecimento de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras, e passam a vigorar no exercício social de 2022. Permite a adoção de modelo simplificado para reconhecimento da variação cambial sobre investimento exterior. Além disso, estabelece a divulgação de informações mais detalhadas em notas explicativas. O Modal não detectou efeitos relevantes seja no balanço patrimonial ou no resultado de exercícios seguintes em função da entrada em vigor deste normativo;
- Res. CMN 4.818/20: estabelece os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A partir do exercício social de 2022, as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou líderes de conglomerado prudencial enquadradas no Segmento 1 (s1), no Segmento 2 (s2), ou no Segmento 3 (s3) passarão a adotar obrigatoriamente o consolidado IFRS, ficando facultada a remessa das demonstrações do consolidado prudencial do BACEN (conglomerado prudencial). Adicionalmente, o normativo requer a divulgação em notas explicativas sobre as eventuais diferenças existentes entre os critérios e procedimentos para classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações individuais (plano Cosif). O Modal elabora trimestralmente demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, disponíveis no endereço eletrônico ri.modal.com.br e, portanto, não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo;
- Res. CMN 4.910/21: dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e estabelece os requisitos para a constituição, extinção e adaptação do Comitê de Auditoria e passa a vigorar a partir de exercício social de 2022. O Modal possui Comitê de Auditoria e, portanto, não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo;
- Res. CMN 4.924/21: estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, com vigência a partir do exercício social de 2022. Entre seus principais impactos, se destacam: (i) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e (ii) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN. Visando eliminar a volatilidade gerada por descasamentos temporais em decorrência das taxas de câmbio praticadas, o Modal adotou a utilização da taxa de câmbio de cupom limpo divulgado pela B3 para conversão de suas operações a partir de janeiro de 2022. Com relação ao impacto decorrente da adoção ao pronunciamento contábil CPC 47, a administração não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo;
- Res. CMN 4.943/21: altera a Res. CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamentos de riscos e capital e a política de divulgação de informações para integrar os riscos social, ambiental e climático na estrutura de gerenciamento de riscos das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e abranger mecanismos de identificação e monitoramento destes riscos em decorrência de seus produtos, serviços e atividades ou processos que sejam desempenhados pela própria instituição, contrapartes, entidades controladas e fornecedores ou prestadores de serviços e passa a vigorar a partir do segundo semestre de 2022; e

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

- Res. CMN 4.967/21: dispõe sobre os critérios que as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar no reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento conforme pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimento e, adicionalmente, critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e a geração de lucros com base nas variações dos seus preços de mercado. Com a adoção deste normativo requerida a partir do exercício social de 2022, o Modal não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo.

Normativos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- Res. CMN 4.975/21: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, conforme pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Essa resolução intenta aproximar as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN às normas internacionais de contabilidade. Com a adoção deste normativo requerida a partir do exercício social de 2025, o Modal está avaliando os impactos desta resolução; e
- Res. CMN 4.966/21: dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN. Adicionalmente é requerido às instituições a elaboração de um plano de implementação dos novos requerimentos desta resolução e, um resumo deste plano deve ser divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa resolução intenta aproximar as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN às normas internacionais de contabilidade. Com a adoção deste normativo requerida a partir do exercício social de 2025. Em paralelo às alterações previstas pela Resolução CMN 4.966, a Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento fiscal para as perdas incorridas em operações com característica de crédito relacionadas às atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. o Modal avaliou os impactos desta resolução e apresenta o resumo do plano de ação a seguir.

Resumo do Plano de Ação da Res. CMN 4.966/21Contexto e escopo

Em 25 de novembro de 2021, o CMN emitiu a resolução 4.966 que estabelece novas regras para contabilização de instrumentos financeiros e das relações de proteção (operações de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A Administração do Banco reconhece que essa Resolução representa os esforços empreendidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), visando à convergência das normas contábeis aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional com as melhores práticas internacionais, em particular os padrões definidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), por meio da incorporação, ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), dos preceitos constantes das normas internacionais, em particular o pronunciamento IFRS 9 - Financial Instruments. Dessa forma, o Banco já definiu o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e disponibilizou para apreciação do Banco Central do Brasil. O disposto neste plano poderá sofrer alterações no caso da emissão, por parte do BACEN, de regulamentações complementares à resolução supracitada, ou por outros fatos ocorridos ao longo da implementação.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

Considerando o escopo de atividades e produtos oferecidos pelo Banco, a administração, até o momento, identificou o potencial impacto da adoção à nova norma na classificação e mensuração de instrumentos financeiros e em suas políticas de cálculo de provisão para perdas esperadas.

O Banco é classificado como Segmento 4 (S4), conforme o disposto pelo BACEN, e é uma companhia aberta com ações listadas na B3, sendo também regulado pela CVM, em que uma das exigências é a elaboração de demonstrações financeiras nos padrões das IFRS. O Banco possui como segmento *core* as carteiras de crédito junto à pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ), além de outros tipos de crédito e instrumentos financeiros de TVM. As categorias apresentadas a seguir são elegíveis à Res. CMN 4.966/21:

Crédito: possui política de concessão de crédito onde são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.

TVM: são consideradas posições classificadas como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo em outros resultados abrangentes, pois essas são posições mantidas de forma similar às operações de crédito, para negociação e com o intuito de coletar principal e juros decorrentes dos fluxos de caixa da operação e, eventualmente, realizando vendas pontuais. Dentre os instrumentos financeiros na carteira de TVM o banco possui: debêntures, LFTs, NTNs, LTNs, títulos emitidos por governos de outros países e cotas de fundos de investimento.

Abrangência

A estrutura organizacional atualmente empregada pelo Banco na modelagem e cálculo em IFRS 9/CPC 48 (Instrumentos Financeiros) serão aproveitados para a implementação da Res. CMN 4.966/21.

As áreas internas do Banco serão responsáveis por três macros frentes de trabalho que serão permeadas pelos aprimoramentos listados a seguir, delimitadas na Res. CMN 4.966/21, conforme a designação abaixo:

- Classificação e Mensuração: Novas categorias para instrumentos financeiros, definidas a partir de modelos de negócios e características de fluxo de caixa; alterações em aspectos contábeis de reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, entre eles: accrual, write-off, ativos problemáticos e renegociações.
- Provisões de perdas: Implantação de modelos de perda esperada para operações de crédito, com três estágios para ativos financeiros com diferentes probabilidades de inadimplência.

Classificação e mensuração

Para fins da Res. CMN 4.966/21, o Banco necessitará preparar as documentações referentes às avaliações dos instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócio e, para as operações classificados como custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, realizar o teste do SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros) na avaliação inicial quando da sua origem. Os principais desafios serão:

- preparar a documentação e fundamentação dos modelos de negócio (segundo o item II do Art. 5º da Res. CMN 4.966/21) a ser aprovado pelo Conselho de Administração;
- preparar o teste de SPPJ; e

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

- avaliar nova designação dos ativos classificados como ativos disponíveis para venda conforme o modelo de negócio e não somente em função da intenção e desenvolvimentos sistêmicos que permitam a classificação adequada dos ativos e monitoramento da execução do modelo de negócios.

Hedge Accounting

A Res. CMN 4.966/21 traz algumas modificações quando comparado às atuais orientações para as instituições financeiras no Brasil (Res. CMN 3.082/02). Em linhas gerais, algumas adaptações a conceitos da nova norma precisarão ser incorporadas nas documentações e controles internos do Banco.

Até o reporte destas demonstrações financeiras, o Banco possui apenas operações com caráter de *hedge* econômico cujo objetivo é a proteção econômica das posições da tesouraria em mercados, adequando o nível de risco existente na carteira sempre que a área de risco julgue necessário.

Perda de Crédito Esperada

A Res. CMN 4.966/21 altera de forma significativa o atual *gaap* brasileiro (Res. BACEN 2.682/99) quanto aos assuntos de provisionamento para a perda de crédito. Em linhas gerais, o atual conceito de Perda Incorrida será substituído pelo conceito de Perda Esperada.

Considerando que o Banco já possui um modelo de perda esperada para as operações de crédito, o principal desafio será o de adequar os modelos de perda atualmente em produção para atender aos requisitos na Res. CMN 4.966/21, trazendo as premissas e modelos necessários à implementação, tendo como planos de ação:

- **Mensuração da Perda Esperada:** revalidação dos conceitos de cada parâmetro de risco para avaliar o atendimento a todos os requerimentos da resolução, dentre os quais a PD (Probabilidade de *Default*), a LGD (*Loss Given Default* – perda dada o momento de *default*) e a EAD (Exposição ao *Default*);
- **Lifetime:** Com a Res. CMN 2.682/99 a visão da perda era somente pelo horizonte de 12 meses, porém a Res. CMN 4.966/21 traz uma visão de horizonte de *lifetime* dos produtos à perda esperada. Esta visão é aplicada de duas formas diferentes, uma visão para produtos parcelados e uma visão para produtos rotativos. No caso do Banco, o requerimento mínimo recai sobre as carteiras ativas, que são carteiras parceladas e rotativas. O Banco, para os produtos parcelados, deverá remensurar sobre o horizonte das parcelas remanescentes do contrato. Para as carteiras rotativas, o Banco deverá reavaliar o desenvolvimento de um estudo observando no cálculo o tempo de vida remanescente para as carteiras de rotativos verificando o tempo entre o aumento significativo de risco e o alcance do estágio final da carteira.
- **PD vitalícia:** O Banco deverá implementar, para todas as suas carteiras, o conceito de *lifetime* considerando a *maturity* de cada produto, adequando assim as curvas de PD e de recuperação conforme as características específicas de cada modalidade de crédito ofertada. Considerando riscos alinhados a parcelas remanescentes e não somente com visões de 12 meses.
- **Aumento significativo no risco de crédito:** Desenvolvimento de *triggers* de risco relativos, sendo métrica que demonstre variação do risco da operação desde seu reconhecimento inicial; revisão dos *triggers* de risco absolutos, sendo métricas máximas de risco que demonstrem uma modificação de apetite a risco das operações para o Banco e fatores qualitativos como indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias/colaterais.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais

- **Cura:** Desenvolvimento de métricas de cura baseadas em estudos técnicos onde sejam determinadas as condições que demonstrem que a operação/cliente sofreu uma melhoria no risco de crédito, com a criação de gatilhos.
- **Variáveis prospectivas:** Reavaliação das informações prospectivas (*hall* de variáveis) com fontes de mercado ou de visões de áreas especialistas e, projeções mercadológicas.
- **Baixo risco de crédito:** Com base nos requerimentos definidos pela Res. CMN 4.966/21, os instrumentos classificados como baixo risco devem ser mensurados em um horizonte de 12 meses. Desta forma, o Banco irá reavaliar a classificação dos instrumentos financeiros de baixo risco e, então, avaliar a metodologia de mensuração da perda em um horizonte de 12 meses.
- **Taxa efetiva:** Definição presente na Res. CMN 4.966/21, a variável que deve ser utilizada nos modelos de Perda Esperada seria a taxa efetiva das operações com o desenvolvimento de uma metodologia para a determinação da taxa de juros efetiva para cada carteira de crédito do Banco, levando em consideração as características específicas de cada uma.
- **Write-off (baixas):** A Res. CMN 4.966/21 não delimita prazo de referência para o *write-off*, sendo que este deve ocorrer quando a entidade não possuir expectativa razoável para recuperar o ativo de forma integral ou parcial. Portanto, o ponto no qual a entidade não possua mais tal expectativa depende do julgamento das situações e circunstâncias particulares de cada operação. Este período de *write-off* então deve ser demonstrado por um estudo destacando a estabilização da recuperação, que seja possível de a instituição demonstrar os critérios consistentes e passíveis de verificação, devidamente documentados.
- **Stop-Accrual:** Segundo a Res. CMN 4.966/21, as instituições financeiras devem reconhecer os juros até que o ativo seja classificado no estágio 3, ou seja, até o momento em que o ativo passa a ser considerado como um ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Usualmente, essa métrica ocorre aos 90 dias.

Impactos da adoção da Res. CMN 4.966/21

O ambiente tecnológico e os processos internos do Banco são adequados para cumprimento dos requisitos da Circular BACEN 3.068/01, da Res. CMN 2.682/99 e do CPC48/IFRS9, no entanto, algumas adaptações de sistemas e processos serão necessárias para suportar o crescente volume de dados.

O Banco estabeleceu cronograma interno para o desenvolvimento e adoção dos requerimentos desta solução ao longo dos exercícios sociais de 2023 e 2024 e até a data de emissão destas demonstrações financeiras ainda não é possível estimar os impactos desta adoção no patrimônio líquido e resultados.

2. Principais práticas contábeis**(a) Resultado das operações**

É apurado pelo regime de competência.

(b) Conversão de moedas estrangeiras**I - Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais****II – Operações em moeda estrangeira**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das operações.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa bem como todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado de operações de câmbio".

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em títulos no exterior classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, reservas livres e aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4). Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme prevê a Res. 3.604/08.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias apresentadas abaixo.

- (i) Títulos para negociação – aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, os quais são avaliados ao valor de mercado, em contrapartida ao resultado.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – aqueles que não se enquadram nas categorias (i) e (iii), os quais são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado e avaliados pelo valor de mercado, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido; tais títulos são utilizados em sua maioria na gestão do caixa do Banco. Os ganhos e perdas dos títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – aqueles adquiridos com a intenção de serem mantidos em carteira até o vencimento, os quais são avaliados pela sua taxa intrínseca, em contrapartida ao resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “para negociação”, exceto os dados em garantia, estão apresentados no ativo circulante, independente dos vencimentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos interfinanceiros e a prazo

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificado pela conta de rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas pelo valor atualizado, ambas em base “*pro rata die*” até a data das demonstrações financeiras.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

- (i) Opções – os valores nominais dos contratos de opções de compra de ações e ativos financeiros e mercadorias, lançados e a exercer, estão registrados em contas de compensação. Os valores dos prêmios, recebidos e/ou pagos quando da contratação das operações, são registrados em contas patrimoniais, ajustados às suas cotações de mercado e permanecem até o efetivo

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

exercício da opção, se for o caso, quando é baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício da opção.

- (ii) Mercado futuro – os contratos de operações realizados no mercado futuro de ativos financeiros e mercadorias estão registrados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos são apurados diariamente por tipo e respectivo vencimento e reconhecidos no resultado mensalmente.
- (iii) "Swap" – os contratos correspondentes às posições de "swap" estão registrados em contas de compensação pelo valor de referência. Os diferenciais a pagar e a receber estão registrados em contas patrimoniais em contrapartida do resultado e ajustados mensalmente ao seu valor de mercado.
- (iv) Mercado a termo – os contratos de operações realizados no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias estão registrados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos são apurados diariamente e reconhecidos no resultado, em contrapartida de contas patrimoniais e ajustados mensalmente ao seu valor de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados ao valor de mercado e a valorização e/ou desvalorização, de acordo com suas respectivas classificações, são contabilizadas de acordo com a Circular BACEN 3.082/02, como descrito a seguir:

- (a) Não destinados a "hedge" – registradas no resultado.
- (b) "Hedge" de risco de mercado – os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge", inclusive os ativos classificados na categoria disponível para venda e seus efeitos fiscais, e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do exercício.
- (c) "Hedge" de fluxo de caixa – os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente no resultado do exercício.
- (d) Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, caracterizados como "hedge" mas que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelas normas do BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco, por meio da modificação de certas características de ativos e passivos financeiros objetos de "hedge", que sejam altamente efetivos e que atendam a todos os demais requerimentos de designação e documentação de que trata a Circular BACEN nº 3.082/02, são classificados como "hedge" contábil de acordo com sua natureza.

Os contratos híbridos com componentes principais sendo ativos financeiros são avaliados de acordo com o modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, os contratos híbridos foram avaliados ao valor justo por meio do resultado para o contrato híbrido como um todo.

(g) Ajuste a valor de mercado

O ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base em cotações de preços com agentes do mercado e em modelos de avaliação de

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

preços usualmente adotados pelas instituições financeiras e suas associações representativas. Assim, quando da liquidação financeira desses itens, os resultados poderão ser diferentes dessas estimativas.

O Modal efetuou uma revisão completa em seu processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, visando o atendimento ao disposto na Res. CMN nº 4.277/13. A referida norma, dentre outras disposições, estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado. Os ajustes apurados foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Na determinação do valor justo os ativos financeiros podem ser mensurados segundo a seguinte hierarquia (Nota 6(h)):

Nível I – Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível II – Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos com características similares ou baseado em modelos de precificação amparados em premissas e dados observáveis.

Nível III – Modelos de precificação nos quais os dados utilizados não estão disponíveis ou não são observáveis, demandando alto grau de julgamento e estimativa.

(h) Operações de crédito e outros créditos (operações com característica de concessão de crédito)

Registradas a valor presente, calculadas "*pro rata die*" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. Para as operações de crédito é realizado o "*accrual*" até o 59º dia de atraso. Após o 59º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

As operações em atraso há mais de 180 dias, classificadas com *rating "H"* permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são integralmente provisionadas; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento.

(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É fundamentada em análise das operações realizada pela administração, para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, as garantias existentes, bem como as normas e instruções da Res. BACEN 2.682/99, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis entre AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

A provisão para perda sobre as garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, no histórico de perda observados na carteira ao longo de uma série histórica, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Res. BACEN nº 4.512/16. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais

(j) Créditos e obrigações tributários diferidos

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes das diferenças temporárias geradas pela avaliação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, de provisão para créditos de liquidação duvidosa, dos ajustes dos resultados das operações de juros realizadas em mercados de liquidação futura, bem como do prejuízo fiscal e base negativa e outras adições/exclusões temporárias, foram apurados e registrados de acordo com as normas estabelecidas pela Res. CMN nº 4.842/20 e normas vinculadas, levando em consideração as alíquotas de imposto de renda e da contribuição social vigentes e as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram e reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Res. CMN nº 4.842/20 e alterações posteriores, forem atendidos.

(k) Outros valores e bens

- (i) Bens não destinados a uso (BNDU): correspondentes a bens imóveis e móveis, recebidos em dação de pagamento, registrados ao valor da dação ou pelo valor obtido por meio de laudo de avaliação independente, considerando dos dois o de menor valor. Esses ativos são avaliados anualmente por *impairment* e, sempre que necessário será constituída provisão (*"impairment"*).
- (ii) Despesas antecipadas: correspondentes a aplicações de recursos, substancialmente compostos por seguros, licença de uso temporário, suporte informática, custos incrementais para obtenção de contratos de longo prazo, e programas de incentivo de longo prazo por meio de rede exclusiva de agentes autônomos cujos benefícios correspondentes ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas pelo método linear com base nos prazos contratados.

(l) Permanente

- (i) Investimentos em empresas controladas - nos termos da Res. BACEN nº 4.817/20, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio na aquisição de investimentos foi apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa independente, sendo fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e amortizado pelo prazo de dez anos, bem como testado anualmente para *"impairment"*.

Os demais investimentos estão registrados ao custo de aquisição.

- (ii) Imobilizado - demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis e utensílios, máquinas e equipamentos - 10% e sistema de processamento de dados - 20%.
- (iii) Intangível - composto por licenças adquiridas de programas de computador e custos de desenvolvimento de softwares e plataformas de negócio e são amortizados pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.

(m) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

É reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais

(n) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e/ou cambiais incorridos “*pro rata die*”.

(o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$240. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor.

As alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	%
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (1)	20 – 21%

(1) Em 28 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) 1.115/2022 convertida na Lei 14.446/2022 que institui a majoração de alíquota da Contribuição Social de bancos para 21% até 31 de dezembro de 2022. Esta majoração entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências e provisões para créditos de liquidação duvidosa, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Res. CMN nº 4.842/20 e alterações posteriores, forem atendidos.

Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros.

(p) Contingências e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Res. CMN nº 3.823/09.

Contingências

São constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As contingências classificadas como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgadas nas notas explicativas, e as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais

Obrigações legais

Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(q) Participações nos lucros ou resultados

As diretrizes definidas no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (“Programa PLR”) firmado entre o Banco e seus empregados, tem como fundamento legal as disposições contidas no artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, e a Lei nº 10.101/20 e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, por ser desvinculado da remuneração, nos termos da lei supracitada.

O Banco provisiona o montante da participação nos lucros e resultados com base no resultado auferido até o momento da provisão, seguindo os critérios de apuração descritas no Acordo Coletivo dos Bancários. A base de apuração da obrigação legal e distribuição, sempre que aplicável, ocorre anualmente no fechamento do exercício social de 31 de dezembro de cada ano.

(r) Programa de remuneração variável – Phantom Stock Option

O Programa de Opções foi criado na modalidade “Phantom Stock Option”, por meio do qual o(a) beneficiário(a) não se torna sócio(a) de qualquer entidade integrante do Banco, mas tão somente adquire o direito a receber o financeiro correspondente à valorização do valor patrimonial das ações do Banco, percebida no período de tempo entre a outorga e seu vencimento, na proporção de sua participação no programa, sem que haja emissão de novas ações e sem qualquer custo de aquisição para o(a) beneficiário(a).

Nos termos da Res. BACEN nº 3.989/19, o valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa, com um correspondente aumento no passivo, durante o período em que os colaboradores adquirem o direito ao benefício. Para tal cálculo, aplica-se o percentual de outorga sobre a diferença entre o Patrimônio Líquido (“PL”) base da outorga e o PL projetado até o vencimento da opção, descontado a valor presente. Esse montante é ajustado pela estimativa da probabilidade de desligamentos voluntários (opções não exercíveis).

(s) Resultado não recorrente

A avaliação sobre a natureza dos resultados não recorrentes são realizadas nos termos da Res. BACEN nº 2/20. O Modal considera como não recorrentes, as receitas e despesas que: (a) não estejam relacionadas ou estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os eventos não recorrentes estão representados a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado recorrente	50.142	189.031
Resultado não recorrente	(21.654)	(32.409)
Provisão para contingências (Nota 19 (iv))	-	(25.156)
Baixa de recebíveis (Nota 26)	-	(7.253)
Despesas não recorrentes em combinações de negócios ¹	(21.654)	-
Lucro líquido do exercício	28.488	156.622

1 – Referem-se às despesas incorridas no montante de R\$5.566 e baixa de ativos desenvolvidos internamente descontinuados (R\$ 4.838 diretamente (Nota 12) e R\$11.250 por meio de controladas) no contexto da combinação de negócios entre Modal e XP (Nota 1).

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais

3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, *swaps* “*vanilla*” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc).

Modelo *Black-Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções de ação): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, são utilizadas como “*inputs*” no modelo *Black-Scholes* com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

Método de fluxo de caixa descontado para avaliação de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez (método utilizado para avaliar, principalmente, fundos de investimento em participações): nesses casos a administração utiliza significativo grau de julgamento para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. As metodologias usadas para avaliar os valores justos desses instrumentos estão descritas na nota 6 (h1).

(b) Estimativas de resultados para fins de realização do crédito tributário

A realização do crédito tributário é fundamentada em projeções de receitas das diferentes unidades de negócio do Banco, que possuem incertezas. Essa avaliação está suportada no planejamento estratégico da entidade e são devidamente submetidos aos órgãos de governança.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - operações de crédito

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, nos termos da Res. BACEN 2.682/99.

(d) *Business combination* e avaliação de ativos adquiridos

A mensuração do valor justo dos ativos identificáveis em uma combinação de negócios envolve premissas e estimativas contábeis que podem diferir dos valores de realização destes ativos e passivos. A avaliação da alocação do preço da transação está fundamentada em laudo técnico de empresa especializada, conforme divulgado na nota 11.b.

Notas Explicativas Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais

(e) Avaliação de redução ao valor recuperável ativos não financeiros (*impairment*)

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e suas respectivas estimativas dos potenciais benefícios econômicos futuros.

A avaliação sobre a existência de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é realizado no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Modal realiza o teste de *impairment* e estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

De acordo com as normas do BACEN, o ágio contabilizado na investidora ou controlada, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros deve ser amortizado conforme os prazos utilizados nessa projeção.

Para os bens não de uso próprio (“BNDU”), a administração utiliza avaliadores externos que consideram em sua avaliação premissas para a determinação do valor recuperável dos BNDUs. A administração avalia anualmente a existência de indicativos de *impairment* e diante do indicativo de perda por redução ao valor recuperável, realiza teste de *impairment*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração constituiu provisão para perdas em bens não de uso próprio no montante de R\$12.270 (31/12/2021 – R\$526) em complemento à provisão anterior (Nota 10).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor (Nota 2(c)).

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	62.469	507.935
Caixa	58	69
Reservas livres	313	1.205
Disponibilidades em moeda estrangeira	62.098	506.661
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.070.965	1.690.762
Aplicações no mercado aberto	1.070.965	1.690.762
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.133.434	2.198.697

Notas Explicativas

Banco Modal S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

		31/12/2022			31/12/2021		
	Faixa de vencimento	Custo atualizado	Valor Contábil	Ganho (perda) não realizado	Custo atualizado	Valor Contábil	Ganho (perda) não realizado
Total em garantia de operações de bolsa		598.105	598.682	577	382.249	382.619	370
Vinculados a prestação de garantias – Outros							
Letras financeiras do tesouro – LFTs	(iv) Até março de 2024	58.600	58.619	19	53.638	53.740	102
Total vinculado a garantia - Outros		58.600	58.619	19	53.638	53.740	102
Total vinculado a garantia		656.705	657.301	596	435.887	436.359	472
Total carteira para disponível para venda		2.018.216	1.971.044	(47.172)	1.545.475	1.501.152	(44.323)
Títulos mantidos até o vencimento	(v)						
Debêntures	(iii) Até junho de 2027	18.879	18.879	-	23.045	23.045	-
Total carteira para mantidos até o vencimento		18.879	18.879	-	23.045	23.045	-
Total geral		3.277.494	3.239.543	(37.951)	2.366.795	2.332.551	(34.244)
		Curto prazo	1.746.946		Curto prazo	1.694.517	
		Longo Prazo	1.492.597		Longo Prazo	638.034	

(i) Títulos privados: refere-se a títulos privados avaliados quanto ao risco de crédito associado. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, para os papéis sem mercado secundário ou ativo, inclui provisão para perda apresentada no resultado juntamente com o resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

(ii) Fundo de investimento em participações ("FIPs"): refere-se a aplicações em cotas dos seguintes fundos de investimento:

Fundo	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	(*) %	Valor	(*) %
FIP Novo Hotel Botafogo	80.363	100	88.895	100
KSM Realty I FIP (**)	47.081	100	74.751	100
FIP Chardonnay	22.323	100	22.247	100
BHG Modal FIP em Hotelaria	330	6,67	1.094	6,67
FIP Vot. Performance Inv.Imob.	451	3,99	905	3,99
Total Geral	150.548		187.892	

(*) Equivalente à participação do Modal sobre o patrimônio líquido dos respectivos fundos de investimento.

(**) Em 21 de março de 2022 foi deliberada a redução de capital, na investida MD Realty, no valor de R\$18.000 com o cancelamento de 18.000.000 ações, passando dos R\$71.334 para R\$53.334. A redução foi efetivada 60 dias após a aprovação da ata. Em 06 de junho de 2022, foi deliberada a amortização de quotas parcial do KSM Realty I FIP, no valor de R\$18.000. Em 11 de agosto de 2022 foi deliberada a distribuição de dividendos, na investida MD Realty, no valor de R\$ 2.000 com base no resultado apurado em 31 julho de 2022. Em 22 de agosto de 2022, foi deliberada a amortização de quotas parcial do KSM Realty I FIP, no valor de R\$2.000 para o Banco. Em agosto de 2022 foram deliberadas reduções de capital nas investidas Bastad (investida indireta do FIP) e MD Realty no valor de R\$ 4.200 e R\$ 6.900, respectivamente. Em dezembro de 2022 o FIP realizou amortização de quotas parcial no montante de R\$ 6.900. O saldo apresentado já contempla as amortizações realizadas. Dos R\$47.080, R\$8.848 refere-se ao valor justo das investidas, R\$2.324 do saldo em caixa e R\$35.908 referente aos demais valores a receber.

A metodologia de avaliação, as principais premissas utilizadas pelos avaliadores bem como a sensibilidade do valor justo à essas premissas estão divulgadas na nota 6(h). A administração não tomou conhecimento de fatos que possam alterar significativamente as premissas utilizadas na avaliação até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

(iii) Debêntures: carteira formada por papéis de empresas que, em sua grande maioria, possui mercado secundário ativo. Para os papéis não negociados ou com baixa liquidez, é efetuada toda a análise de crédito e aprovação no Comitê de Crédito. Abaixo a abertura da carteira por segmento e rating atribuído:

Segmento	Data da avaliação	Rating	31/12/2022	31/12/2021
Empreendimentos e Participações	31.12.2022	AA	52	159.967
Energia/Telecomunicações	31.12.2022	AA	26.804	30.492
Mineração	31.12.2022	AA	10	653
Transporte e Logística	31.12.2022	AA	3.349	11.941
Saneamento	31.12.2022	AA	9.922	742
Comércio	31.12.2022	AA	127	503
Construção e infraestrutura	31.12.2022	AA	-	3.010
Comércio	31.12.2022	A	-	30.425
Empreendimentos e Participações	31.12.2022	A	-	20.066
Açúcar e álcool	31.12.2022	A	-	3.000
Energia/Telecomunicações	31.12.2022	A	49.952	216
Saneamento	31.12.2022	A	-	198
Transporte e Logística	31.12.2022	A	29.249	68
Energia/Telecomunicações	31.12.2022	B	48.161	47.673
Empreendimentos e Participações (v)	31.12.2022	B	18.879	23.045
Comércio	31.12.2022	B	-	10.147
Transporte e Logística	31.12.2022	B	233	6.875
Construção e infraestrutura	31.12.2022	B	-	753
Mineração	31.12.2022	B	-	96
Total			186.738	349.870

(iv) Títulos depositados junto ao BACEN.

(v) Atendendo ao disposto no artigo 5º da Circular BACEN 3.068/01, o Modal possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". Em 31 de dezembro de 2022, o Modal investia o montante de R\$18.879 (31/12/2021 – R\$23.045) em debêntures mantidas até o vencimento que foram mensuradas pelo custo amortizado.

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados na SELIC (títulos públicos) ou na B3 (demais ativos).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os ajustes ao valor justo dos títulos para negociação foram registrados no resultado. Os ganhos (perdas) não realizados, decorrentes do ajuste ao valor de

mercado dos títulos disponíveis para a venda, foram registrados nas respectivas contas de ativo, tendo como contrapartida uma conta específica do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Saldo em 1º de janeiro	(43.841)	(24.112)	25.602	14.082
Ajuste em conta específica do patrimônio líquido (Nota 17(i))	(748)	(412)	(69.443)	(38.194)
Saldo em (i)	(44.589)	(24.524)	(43.841)	(24.112)

(i) Composição do saldo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ajuste Bruto	Imposto diferido	Ajuste líquido	Ajuste líquido
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários	(47.172)	21.227	(25.945)	(24.377)
Fundos de investimento	(39.584)	17.813	(21.771)	(15.317)
Debêntures	(8.998)	4.049	(4.949)	(9.453)
Títulos públicos e títulos no exterior	1.410	(635)	775	393
Ajuste de avaliação de coligadas e controladas	2.583	(1.162)	1.421	265
Ajuste reflexo de controladas – títulos e valores mobiliários	2.583	(1.162)	1.421	265
Saldo do exercício	(44.589)	20.065	(24.524)	(24.112)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários está composto por:

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas	327.180	563.157	341.791
Rendas com títulos de renda fixa	124.046	222.898	131.744
Rendas com títulos de renda variável	14.837	25.562	42.136
Rendas em operações compromissadas	81.022	162.793	57.676
Rendas com fundos de investimento	106.050	150.393	110.231
Rendas de depósitos interfinanceiros	663	663	4
Rendas com TVM no exterior	562	848	-
Despesas	(39.008)	(83.726)	(69.367)
Prejuízos com títulos de renda fixa	(13.350)	(26.101)	(26.211)
Prejuízos com títulos de renda variável	(16.803)	(29.920)	(33.741)
Prejuízos com fundos de investimento	(8.855)	(27.705)	(9.415)
	288.172	479.431	272.424

(b) Títulos e valores mobiliários – por vencimento**Notas Explicativas**

A composição dos títulos e valores mobiliários por faixa de vencimento segue conforme abaixo:

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2022
Títulos para negociação								
CRI	-	114	2.224	1.355	19.334	54.773	3.087	80.887
TDA	-	-	-	-	-	1	-	1
CRA	-	-	1.524	811	15.379	23.802	-	41.516
COE	-	-	32	484	2.403	229	-	3.148
Nota Comercial	-	-	-	6.456	172.297	-	-	178.753
Cotas de fundos multimercado	794.033	-	-	-	-	-	-	794.033
Cotas de fundos imobiliários	69.823	-	-	-	-	-	-	69.823
Ações de companhias abertas	81.459	-	-	-	-	-	-	81.459
Títulos para negociação (1)	945.315	114	3.780	9.106	209.413	78.805	3.087	1.249.620
Títulos disponíveis para venda								
Cotas de fundos multimercado	132.916	-	-	-	-	-	-	132.916
Cotas de fundos de investimentos em participações	150.548	-	-	-	-	-	-	150.548
Debêntures	-	-	-	51.275	11.173	93.893	11.518	167.859
LFT	-	88.333	113	478.695	466.487	62.542	-	1.096.170
LTN	-	99.948	9.971	192.653	104.627	-	-	407.199
NTN	-	-	-	-	2	507	346	855
Títulos emitidos pelo governo de outros países	-	-	15.497	-	-	-	-	15.497
Títulos disponíveis para venda	283.464	188.281	25.581	722.623	582.289	156.942	11.864	1.971.044
Títulos mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	-	-	-	18.879	-	-	18.879
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	18.879	-	-	18.879
Títulos e Valores Mobiliários	1.228.779	188.395	29.361	731.729	810.581	235.747	14.951	3.239.543

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/21
Títulos para negociação								
CRI	-	-	-	196	6.689	22.323	3.305	32.513
Toda	-	-	-	-	-	-	1	1
CRA	-	-	255	444	3.633	196	-	4.528
COE	-	-	-	6.029	551	2	-	6.582
Nota Comercial	-	-	30.620	-	-	-	-	30.620
Cotas fundos de renda fixa	11.628	-	-	-	-	-	-	11.628
Cotas fundos multimercado	610.377	-	-	-	-	-	-	610.377
Cotas fundos imobiliários	35.203	-	-	-	-	-	-	35.203
Ações de companhias abertas	76.902	-	-	-	-	-	-	76.902
Títulos para negociação (1)	734.110	-	30.875	6.669	10.873	22.521	3.306	808.354
Títulos disponíveis para venda								
Cotas fundos multimercado	117.403	-	-	-	-	-	-	117.403
Cotas de FIPs	187.892	-	-	-	-	-	-	187.892
Debêntures	-	-	-	43.847	4.002	264.396	14.580	326.825
LFT	-	186.299	394.293	182.268	14.997	1.109	-	778.966
LTN	-	10	-	89.427	-	-	-	89.437
NTN	-	-	266	-	-	2	361	629
Títulos disponíveis para venda	305.295	186.309	394.559	315.542	18.999	265.507	14.941	1.501.152
Títulos mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	-	-	-	-	23.045	-	23.045
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	23.045	-	23.045
Títulos e Valores Mobiliários	1.039.405	186.309	425.434	322.211	29.872	311.073	18.247	2.332.551

(1) Conforme o Artigo 7º da Circular BACEN 3.068/01, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Resultado Não realizado	Custo atualizado	Valor de mercado	Resultado não realizado
Posição ativa						
Opções de compra – ativos financeiros ¹	-	117.076	117.076	512	799	287
Opções de venda – ativos financeiros ¹	22.500	6.126	(16.374)	-	-	-
Compra a termo a receber	3.865	6.265	2.400	37.434	39.563	2.129
Venda a termo a receber	3.052	3.891	839	16.259	14.951	(1.308)

Notas Explicativas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Resultado Não realizado	Custo atualizado	Valor de mercado	Resultado não realizado
Diferencial de contratos de "swap"	28.665	54.344	25.679	51	21.522	21.471
Outros derivativos	-	71.934	71.934	-	77.578	77.578
Totais	58.082	259.636	201.554	54.256	154.413	100.157
	Circulante	64.411		Circulante	152.321	
	Longo prazo	195.225		Longo prazo	2.092	
Posição passiva						
Venda a termo a pagar	94	97	3	3.155	4.220	1.065
Compra a termo a pagar	9.982	6.633	(3.349)	17.150	17.248	98
Diferencial de contratos de "swap"	18.810	18.496	(314)	14.324	12.288	(2.036)
Opções de venda ¹	-	6.126	6.126	-	-	-
Opções de compra ¹	39.287	117.077	77.790	-	-	-
Totais	68.173	148.429	80.256	34.629	33.756	(873)
	Circulante	25.540		Circulante	22.474	
	Longo prazo	122.889		Longo prazo	11.282	

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender à sua estratégia e às necessidades de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas, que definem a estratégia de operação, assim como os controles de acompanhamento e os limites de posição.

Representados substancialmente por "hedge" de captações do próprio Banco e por estratégias de investimentos de clientes nos mercados de moedas, commodities e juros, nacional e/ou internacional, registradas na B3. As operações de derivativos realizadas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado para o Banco.

A movimentação total dos resultados a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está registrada na demonstração do resultado na rubrica "resultado com instrumentos financeiros derivativos".

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Operações com futuros	(61.882)	111.480	76.568
Operações de swap	23.397	37.299	94.039
Operações a termo	95.773	22.488	(19.007)
Operações com opções ¹	15	16.660	2.273
Outros derivativos	4.798	15.115	56.995
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	62.101	203.042	210.868

(1) Em 2022, referem-se, substancialmente a resultado de operações de hedge dado a clientes que buscaram proteção em função da maior volatilidade de mercado.

As operações com esses instrumentos estão registradas na B3 e em 31 de dezembro de 2022, foram requeridas margens em garantia para as operações no montante de R\$444.728 (31/12/2021 – R\$382.619), que estão representadas por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimento multimercado.

Os compromissos assumidos decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas de compensação, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, podem ser assim demonstrados:

(i) Por indexador – valor de referência

	Local de Custódia	Posição comprada	Posição vendida	31/12/2022		31/12/2021	
				Exposição líquida (i)	Posição comprada	Posição Vendida	Exposição líquida (i)
Opções(Ativos financeiros)							
Opções de compra	B3	123.202	(123.202)	-	799	-	799
Mercado futuro							
Taxa de juros	B3	1.115.880	(496.562)	619.318	1.038.459	(26.488)	1.011.971
Moeda	B3	-	-	-	-	(1.329.807)	(1.329.807)
Commodities	B3	-	-	-	2.609	(6.512)	(3.903)
Índice	B3	-	-	-	529	(3.335.609)	(3.335.080)

Notas Explicativas	31/12/2022						31/12/2021
	Local de Custódia	Posição comprada	Posição vendida	Exposição líquida (i)	Posição comprada	Posição vendida	Exposição líquida (i)
Índice de preço – DAP	B3	-	(248.856)	(248.856)	-	(362.997)	(362.997)
Commodities	NYBOT	-	(2.051)	(2.051)	-	(2.203)	(2.203)
Taxa de juros	CME	12.722	-	12.722	-	(236.601)	(236.601)
Índice	CME	-	-	-	6.726	(2.635)	4.091
Commodities	CME	110.004	-	110.004	3.318.994	-	3.318.994
Commodities	SGX	-	(35.936)	(35.936)	-	(2.134)	(2.134)
Commodities	ICE-US	-	(23.903)	(23.903)	-	(98.347)	(98.347)
Mercado a termo							
Moeda	B3	793.189	(269.205)	523.984	1.347.941	(730.602)	617.339
Commodities	B3	65.688	(14.944)	50.744	67.471	-	67.471
“Swap”							
Taxa de juros	B3	980.817	(887.665)	93.152	807.530	(719.903)	87.627
Moeda	B3	23.635	(26.192)	(2.557)	11.563	-	11.563
Commodities	B3	-	(63.909)	(63.909)	-	(89.425)	(89.425)
Índices	B3	-	-	-	-	(529)	(529)
Ação	B3	-	(16.831)	(16.831)	89	(91)	(2)
Total		3.225.137	(2.209.256)	1.015.881	6.602.710	(6.943.883)	(341.173)

(i) Essas exposições dos instrumentos de “hedge” são compensadas por exposições de diversos objetos de “hedge”, ativos e passivos, mantendo a exposição líquida do Banco com VaR tendendo a zero.

(ii) Por vencimento – valor de referência (principal)

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	31/12/2022	31/12/2021
Opções(ativos financeiros)	-	-	-	-	-	-	799
Posição comprada	-	-	-	-	123.202	123.202	799
Posição vendida	-	-	-	-	(123.202)	(123.202)	-
Mercado futuro	(169.477)	123.214	473.910	59.374	(55.723)	431.298	(1.036.016)
Posição comprada	50.974	417.562	474.980	91.471	203.618	1.238.605	4.367.316
Posição vendida	(220.451)	(294.348)	(1.070)	(32.097)	(259.341)	(807.307)	(5.403.332)
Mercado a termo	47.280	462.500	25.913	39.035	-	574.728	684.810
Posição comprada	312.067	481.123	26.654	39.035	-	858.879	1.415.412
Posição vendida	(264.787)	(18.623)	(741)	-	-	(284.151)	(730.602)
“Swap”	15	(116)	28.244	(18.378)	90	9.855	9.234
Posição ativa	15	-	28.244	316	90	28.665	21.522
Posição passiva	-	(116)	-	(18.694)	-	(18.810)	(12.288)
Total	(122.182)	585.598	528.067	80.031	(55.633)	1.015.881	(341.173)

(iii) Por vencimento – diferencial a receber/ (pagar)

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber	5.125	2.648	56.321	316	195.226	259.636	154.413
Opções	-	-	-	-	123.202	123.202	799
“Swap”	15	-	53.923	316	90	54.344	21.522
Mercado a Termo	5.110	2.648	2.398	-	-	10.156	54.514
Ativos Financeiros	-	-	-	-	71.934	71.934	77.578
Valores a pagar	(10)	(362)	(1)	(25.167)	(122.889)	(148.429)	(33.756)
Opções	-	-	-	-	(123.203)	(123.203)	-
“Swap”	-	(116)	-	(18.694)	314	(18.496)	(12.288)
Mercado a Termo	(10)	(246)	(1)	(6.473)	-	(6.730)	(21.468)
Total	5.115	2.286	56.320	(24.851)	72.337	111.207	120.657

(iv) Por contraparte

31/12/2022			31/12/2021		
Total			Total		
Cientes	Instituições Financeiras	(Valor de referência)	Cientes	Instituições Financeiras	(Valor de referência)

Ativos Financeiros –						
Opções	-	-	-	-	799	799
Notas Explicativas	9.855	-	9.855	9.234	-	9.234
Contratos a Termo	574.728	-	574.728	684.810	-	684.810
Contratos de Futuros	-	431.298	431.298	-	(1.036.016)	(1.036.016)
Total	584.583	431.298	1.015.881	694.044	(1.035.217)	(341.173)

6. Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos das operações é realizada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento podem ser consultadas no endereço eletrônico ri.modal.com.br, na seção Governança – Estatuto e Políticas.

A administração de riscos de mercado das operações é realizada por meio de políticas de controle e limites definidas por um Comitê de Gestão Integrada de Risco, formado pela alta administração e pelas áreas com interface à gestão de riscos do Banco, que é totalmente independente das áreas de negócio.

Diariamente, são divulgados relatórios com o cálculo do VaR (“Value at Risk”), por simulação de “Monte Carlo” ou pelo método paramétrico, testes de *stress* de mercado e a exposição que a carteira apresenta aos principais fatores de risco. Periodicamente são efetuados testes para validar a metodologia de cálculo empregada (“backtest”) e simulação de crises históricas para avaliação da alavancagem utilizada.

O Modal mantém sua tesouraria própria com o objetivo de atender às necessidades específicas de seus clientes e de proteger-se dos riscos de mercado decorrentes de exposições em suas posições de captação e crédito. Todas as posições tomadas em qualquer taxa ou indexador são controladas pela tesouraria e monitoradas pela área de risco e, para tanto, utiliza-se de instrumentos derivativos ou demais ativos.

O *hedge* das exposições não foi tratado como *hedge* contábil ou *hedge* de fluxo de caixa, nos termos da legislação vigente, o que pode gerar uma volatilidade no resultado das operações, substancialmente por conta da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, mas cuja proteção se mostra efetiva no vencimento das operações.

(a) Hedge da exposição em dólar:

Instrumento	31/12/2022		31/12/2021	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
Non Deliverable Forward – NDF	864.613	(284.518)	1.321.830	(701.020)
Mercado Futuro	194.597	(910.047)	-	(1.329.807)
Disponibilidade em ME – dólar <i>spot</i>	169.576	-	697.657	-
Treasury Bills	15.383	-	-	-
Total geral	1.244.169	(1.194.565)	2.019.487	(2.030.827)

(i) Representa o valor do contrato padrão na B3, atualizado até a data-base.

(b) Hedge da exposição no indexador IPCA:

Instrumento	31/12/2022		31/12/2021	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
Operações de crédito	426.889	(639)	448.036	-
Títulos públicos (NTN-B) (i)	343.662	(415.277)	421.179	(397.211)
Índice de preço BM&F – DAP	-	(269.921)	-	(364.098)
Total geral	770.551	(685.837)	869.215	(761.309)

(i) A posição vendida refere-se à captação em operações compromissadas com livre movimentação, onde o Banco vende lastro e tem a obrigação de recompra dos títulos até o vencimento da operação.

(c) Análise de Sensibilidade

A utilização do *Value At Risk* (“VaR”) é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos no mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com o teste de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado, ainda que o objetivo da mesa de Sales and Trading (“S&T”), seja exclusivamente de arbitragem e zerada de cliente, sem exposições direcionais. A

precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (*back test*) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e as perdas realizadas.

Notas Explicativas

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia e nível de confiança de 95%. Nível de confiança de 95% significa que existe a possibilidade de um em vinte ocorrências de que o resultado de um único dia de negociação maior do que o VaR apresentado, são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência de dados históricos, a precisão do VaR é limitada e sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado podem não produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Como foi referido anteriormente, usamos os testes de estresse como complemento do VaR em nossas atividades diárias de risco.

VaR 1 dia / 95% I.C.

Data-base	VaR	Limite VaR	% de Ocupação	VaR (% do PL)
31/12/22	616	1.500	41,08%	0,05%
30/09/22	542	1.500	36,16%	0,04%
30/06/22	979	1.500	65,29%	0,08%
31/03/22	1.101	1.500	66,76%	0,08%
31/12/21	759	1.500	50,6%	0,06%
30/09/21	895	1.500	59,7%	0,07%
30/06/21	402	500	80,6%	0,06%
31/03/21	260	500	52,1%	0,04%
31/12/20	174	500	34,8%	0,04%
30/06/20	168	500	33,7%	0,04%
31/03/20	264	500	52,7%	0,07%
31/01/20	75	500	15,1%	0,02%
31/12/19	177	500	35,4%	0,05%

VaR por tipo de risco

Grupos	31/12/2022		31/12/2021	
	VaR marginal (paramétrico)	Var Marginal (%)	VaR marginal (paramétrico)	Var Marginal (%)
SELIC/CDI	10	0,01	2.878	0,38
PRE	440.468	71,48	406.357	53,56
IPCA	68.388	11,10	368.091	48,51
Ações	125.186	20,32	(602)	(0,08)
Futuros	5.230.919	848,93	(2.815.051)	(371,10)
Moedas <i>On shore</i>	(5.251.764)	(852,31)	2.797.144	368,65
Outros	2.973	0,47	-	-
Total	616.180	100,00	758.817	100,00

Stress Testing BM&F

	Pior caso dos últimos 5 anos	Stress BM&F	Cenário Direção Stress	Contribuição Stress
31/12/22	(2.050)	(8.487)	Pessimista	(8.487)
30/09/22	(2.462)	(13.572)	Pessimista	(13.572)
30/06/22	(3.011)	(19.188)	Pessimista	(19.188)
31/03/22	(3.458)	(35.643)	Pessimista	(35.643)
31/12/21	(4.028)	(13.622)	Pessimista	(13.622)
30/09/21	(2.589)	(13.259)	Pessimista	(13.259)
30/06/21	(2.925)	(8.849)	Otimista	(8.849)
31/03/21	(885)	(5.580)	Otimista	(5.580)
31/12/20	(1.604)	(3.618)	Otimista	(3.618)
30/06/20	(2.440)	(2.286)	Pessimista	(2.440)
31/03/20	(2.037)	(329)	Pessimista	(2.037)
31/01/20	(1.067)	(1.127)	Pessimista	(1.127)
31/12/19	(1.623)	(778)	Pessimista	(1.623)

O Stress Testing BMF é realizado com base nos cenários de stress disponibilizados pela BM&F. A área de risco classifica os choques da BMF em cenários otimista e pessimista, formando assim dois cenários de stress com fundamentação macroeconômica e que possuem base em uma fonte externa de credibilidade. Para ativos que não estão presentes nos cenários divulgados é escolhido o choque de um cenário da BMF em que o ativo em questão possua natureza semelhante. As posições do Banco serão reavaliadas sob o método de “*Full Valuation*”, com base nos cenários gerados.

Adicionalmente, visando complementar o cenário de stress da BMF que conta com um cenário de baixa probabilidade, a área de risco calcula o cenário de stress “pior caso da carteira atual nos últimos 5 anos”. Assim, todas as exposições da carteira do Banco no momento de apuração são replicadas em fatores de risco e tomando como base o retorno diário destes nos últimos 5

anos reavalia-se o valor diário da carteira neste período. Finalmente, o indicador mostra a pior variação diária de valor da carteira nesta série.

Notas Explicativas

A administração avalia as estimativas contábeis e considera a análise do VaR adequada. O impacto decorrente da sensibilidade das projeções dos demais ativos e passivos, não abrangidos pelo VaR, às variações de preços, taxas e outras estimativas não produzem efeitos materiais no contexto dessas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade – investimentos nível III

31/12/2022				
Investimento	Metodologia de precificação	Principais dados não observáveis	Coefficiente de sensibilidade (Cenários)	Impacto na avaliação do investimento
FIP NH Botafogo	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50% -0,50%	-5,50% 6,20%
KSM Realty I FIP – Empreendimento Ícaro	Método evolutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50% -0,50%	-1,01% +1,02%
KSM Realty I FIP – Empreendimento Cidade Lima	Método de comparação de dados de mercado	Taxa de desconto	+1,00% -1,00%	-12,89% +13,65%
FIP Chardonnay	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50% -0,50%	-2,40% +2,34%
Cotas de Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	Método Involutivo	Taxa de desconto	+0,50% -0,50%	-6,31 +6,63
Debêntures Conversíveis	Black & Scholes	Volatilidade	+0,50% -0,50%	+0,50% +0,50%
		Taxa de desconto na determinação do <i>spot price</i>	+0,50% -0,50%	-17,80% +19,81%
31/12/2021				
Fundo	Metodologia de precificação	Principais dados não observáveis	Coefficiente de sensibilidade (Cenários)	Impacto na avaliação do investimento
FIP NH Botafogo	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0, 50% -0, 50%	-7,80% +9,00%
KSM Realty I FIP – Empreendimento Ícaro	Método evolutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50% -0,50%	-0,32% +0,33%
KSM Realty I FIP – Empreendimento Cidade Lima	Método de comparação de dados de mercado	Taxa de desconto	+1,00% -1,00%	-7,43% +8,22%
FIP Chardonnay	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50% -0,50%	-3,76% +4,09%
Debêntures Conversíveis	Black & Scholes	Volatilidade	+0,50% -0,50%	+0,50% +0,50%
		Taxa de desconto na determinação do <i>spot price</i>	+0,50% -0,50%	-6,80% +7,48%

(d) Riscos de Liquidez

O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes reconhecidamente respeitadas ou pulverizado no varejo, a taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação.

(e) Risco de Crédito

O Modal possui política de concessão de crédito onde são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.

(f) Risco Operacional**Notas Explicativas**

Os riscos operacionais são geridos por área especificamente criada para este fim, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Modal, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Auditoria Interna e Comitê de Compliance.

(g) Risco de Mercado

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado, gerando oscilações nas taxas de juros e câmbio, nos preços de ações e indicadores de inflação, resultando em variações nos preços dos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Banco. A queda ou o aumento nos preços dos ativos integrantes da carteira do Banco podem ser temporários, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados.

Ao utilizar operações de derivativos, o risco de mercado pode ser ampliado através de posições direcionais e alavancagem ou reduzido através de operações de *hedge*. Existe também o risco de distorção temporária do resultado do derivativo e seu ativo objeto para as operações de *hedge* por conta da marcação a mercado, o que pode gerar distorções no resultado do Banco, como ocorre com a exposição em dólar, taxas de juros e cupom IPCA (vide quadros acima e Nota 5(c) (i)).

(h) Risco Socioambiental

O Modal executa o gerenciamento de riscos socioambientais de suas atividades pautando-se nos princípios da relevância, proporcionalidade em relação aos produtos por ele distribuídos e eficiência para estabelecer as suas diretrizes.

O Modal compromete-se a atuar com responsabilidade socioambiental, direcionando esforços para colaborar com o desenvolvimento econômico e social do mercado brasileiro, considerando as necessidades específicas de cada um dos seus negócios, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como os aspectos legais e regulamentares aplicáveis.

Metodologia e Monitoramento do Risco Socioambiental

A gestão do risco socioambiental é realizada de maneira direta integrada entre as áreas de:

- Compliance;
- Risco Operacional e Controles Internos;
- Departamento Pessoal;
- Jurídico; e
- Crédito.

São estabelecidos critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco, quando da realização de operações relacionadas às atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais.

As verificações de riscos atrelados ao tema socioambiental decorrem de riscos inerentes que impactam o Conglomerado Prudencial Modal de diferentes formas:

- Legal: Existência de arcabouço legal capaz de responsabilizar o Modal em financiar (direta ou indiretamente) clientes e projetos que incorram em descumprimentos da legislação socioambiental vigentes; e
- Reputacional: Possibilidade da imagem do Conglomerado Prudencial Modal ser atrelada a irregularidades socioambientais.

Para a classificação do risco socioambiental são consideradas as pesquisas realizadas na mídia, internet e listas restritivas, além da aplicação do Questionário Socioambiental do Modal que abrange informações referentes aos aspectos institucionais, ambiental e social das atividades da parte interessada. Adicionalmente, para a contratação de serviços terceirizados relevantes, são incluídas cláusulas socioambientais nos Contratos, quando aplicável.

São adotados procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, com o intuito de manter a exposição ao risco socioambiental dentro das tolerâncias pré-estabelecidas na declaração de apetite a riscos (RAS).

Notas Explicativas

Gerenciamento do Risco Socioambiental

Além do reconhecimento das particularidades do setor de atividades do cliente, o nível de detalhamento das informações levantadas deverá ser asseverado de acordo com a complexidade da operação proposta, conforme exemplificado a seguir:

- (1) **Análise de Garantias Imobiliárias:** As operações de crédito realizadas com garantias imobiliárias (terrenos e propriedades rurais) requerem uma avaliação prévia quanto à possibilidade de serem áreas contaminadas, áreas de preservação permanente (APP) ou de reserva legal, ou mesmo terem alguma outra característica de potencial risco ambiental. Assim, para estes casos, o já mencionado Questionário Socioambiental deverá ser preenchido, também, relativamente à garantia apresentada.
- (2) **Crédito Corporativo, Projetos, Investimentos, Participações, Emissões, Fusões e Aquisições:** É preciso considerar a destinação de recursos para os quais os créditos concedidos ou recursos gerados sejam destinados à operação tendo em vista o risco de corresponsabilidade da instituição financeira por danos socioambientais causados pelo cliente financiado. Assim, para estes casos, o já mencionado Questionário Socioambiental deverá ser preenchido, também, relativamente ao empreendimento a que se destinam os recursos.
- (3) **Investimentos:** Atividades relativas à gestão de recursos de terceiros presumem uma questão relevante, que é o dever fiduciário de gestores. Isto significa que deve se observar com a devida diligência os riscos inerentes à decisão de investimento compatível com a adequada observância dos riscos socioambientais.

Os procedimentos adotados estão alinhados ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, nas quais determinam que as organizações se atentem ao gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas.

(i) Mensuração ao valor justo

(i.1) Hierarquia do valor justo

Segundo o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, (Res. BACEN 4.748/19), a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível-1 - Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados;

Nível-2 - São derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível-3 - São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2022 os principais grupos de ativos avaliados por premissas de avaliação do Nível 3 estão sintetizados abaixo:

Ativo	Técnica de Precificação	Principais Premissas
- Fundos de Investimento em Participações (investimento indireto em ações de companhias fechadas sem cotação de mercado). - Debêntures conversíveis	- Valor justo estimado com base nos modelos evolutivos, involutivos e de fluxo de caixa descontados, dependendo do ativo. - Precificação da opção com base no modelo <i>Black-Scholes</i>.	- Expectativa de crescimento de receita, expectativa de desembolsos e endividamentos, retorno esperado pelo investimento e prêmio de risco do ambiente econômico. - Volatilidade e taxa de desconto utilizada na determinação do <i>spot price</i>.

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros do Banco mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021:

				31/12/2022
Ativo	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Títulos e valores mobiliários	2.456.655	506.539	276.349	3.239.543
Títulos mantidos para negociação	819.514	304.305	125.801	1.249.620
Títulos disponíveis para venda	1.637.141	183.355	150.548	1.971.044
Títulos mantidos até o vencimento	-	18.879	-	18.879
Instrumentos financeiros derivativos	-	187.868	71.768	259.636
Total Ativo	2.456.655	694.407	348.117	3.499.179
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	39.287	109.143	-	148.429
Total Passivo	39.287	109.143	-	148.429

				31/12/2021
Ativo	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Títulos e valores mobiliários	1.720.545	424.114	187.892	2.332.551
Títulos mantidos para negociação	734.110	74.244	-	808.354
Títulos disponíveis para venda	986.435	326.825	187.892	1.501.152
Títulos mantidos até o vencimento	-	23.045	-	23.045
Instrumentos financeiros derivativos	1.600	96.160	56.653	154.413
Total	1.722.145	520.274	244.545	2.486.964
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	31.721	-	31.721
Total	-	31.721	-	31.721

(i.2) Movimentação do valor justo dos ativos nível III

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	244.545	258.376
Aplicações	92.617	6.018
Ajuste ao valor justo	38.816	51.922
Resgates	(27.861)	(8.453)
Amortizações/alienação de investimentos	-	(63.318)
Saldo em 31 de dezembro	348.117	244.545

(i.3) Valor justo dos investimentos mensurados ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a estimativa do valor justo dos investimentos mensurados ao custo amortizado estão representados da seguinte forma:

		31/12/2022	31/12/2021
Ativo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.070.965	1.070.965	1.690.762
Relações Interfinanceiras (2)	62.753	62.753	17.083
Carteira de crédito (3)	1.530.488	1.829.062	1.032.917
Outros Créditos (5)	327.469	327.100	523.297
Debêntures (4)	18.879	18.879	23.045
Total ativo	3.010.554	3.308.759	3.287.104
			3.281.511
Passivo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Depósitos (6)	3.660.325	3.665.634	3.606.970
Recurso de aceites e emissão de títulos	710.580	706.022	92.465
Captações em mercado aberto (1)	1.059.818	1.059.818	1.579.556
Total passivo	5.430.723	5.431.474	5.278.991
			5.520.251

1 - O valor justo das operações de aplicações interfinanceiras de liquidez e das captações em mercado aberto são compostas por operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (*overnight*). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

2 - Os depósitos ao BACEN são mensurados ao custo amortizado, estão registrados pelo custo amortizado e o seu valor justo foi mensurado com base nos valores de mercado disponíveis na data-base.

Notas Explicativas

3 - O valor justo das operações de crédito são determinados com base no valor presente dos fluxos de pagamentos definidos em contrato até o seu vencimento, descontado o valor presente pelo fator de desconto, refletindo condições atuais de mercado.

4 - As debêntures mantidas até o vencimento possuem cotação de mercado e volume de negociação, dessa forma, o valor justo é o valor de negociação obtido na Anbima.

5 - Os outros créditos são substancialmente compostos por carteira de câmbio, negociação e intermediação de valores e outros recebíveis de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

6 - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

(i.4) Valor justo dos investimentos mensurados ao valor justo por premissas nível III

Investimento direto	Investimento indireto	Valor justo 31.12.22	Valor justo 31.12.21	Especialistas responsáveis	Técnica de Valuation	Dados não observáveis utilizados na avaliação	Input em 31.12.22	Input em 31.12.21
FIP Novo Hotel	Novo Hotel Participações	80.363	75.095	(a)	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	12,86%	12,50%
	Ícaro	2.326	13.110	(a)	Método evolutivo / Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	4,00%	4,00%
FIP KSM	Cidade de Lima	6.522	7.796	(b)	Método comparativo de dados do mercado / Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	13,34%	10,00%
FIP Chardonnay	X3	22.323	22.247	(a)	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	15,52%	14,85%
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	Imóvel logístico	125.840	-	(b)	Método Involutivo	Taxa de desconto	9%	-
Debêntures Conversíveis e Cotas de Fundo de Investimento	Cotas de Fundo de Investimento em Participações	242.364	206.577	(a)	Black & Scholes para valor justo da opção	Volatilidade ^(c)	31,80%	29,50%
				(b)	Fluxo de caixa descontado para determinação do <i>spot price</i>	Taxa de desconto	Entre 9,4% e 14,99% por subsidiária	Entre 12,24% e 14,24% por subsidiária

a. Avaliado por especialistas da administração em ambos os exercícios;

b. Avaliado por especialistas terceirizados, quando aplicável;

c. Volatilidade média de 1 ano para empresas do mesmo setor contempladas no índice IBX100.

7. Operações de crédito

As operações de crédito são classificadas em nove níveis de riscos e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação dos clientes nos níveis de riscos definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, do histórico dos clientes, dos atrasos e das garantias recebidas, quando aplicável. A classificação das operações de crédito está demonstrada a seguir:

(a) Por tipo de cliente, atividade econômica e nível de risco

Notas Explicativas

Modalidade de crédito	Tipo de cliente	Atividade Econômica	Rating	31/12/2022		31/12/2021		% conforme Res. CMN nº. 2.682/99
				Carteira por faixa	PECLD (i)	Carteira por faixa	PECLD (i)	
Empréstimos e títulos Descontados	Jurídica ¹	Serviços	AA	675.400	-	262.742	-	-
	Física	Física	AA	192.884	-	255.681	-	-
	Jurídica	Comércio	A	-	-	1.308	(7)	0,5%
	Jurídica	Serviços	A	228.911	(1.145)	202.383	(1.023)	0,5%
	Física	Física	A	105.866	(530)	41.166	(206)	0,5%
	Jurídica	Serviços	B	224.931	(2.249)	117.574	(1.176)	1,0%
	Jurídica	Comércio	B	804	(8)	72.808	(728)	1,0%
	Física	Física	B	10.280	(103)	2.619	(26)	1,0%
	Jurídica	Serviços	C	130	(4)	22	(1)	3,0%
	Física	Física	C	2.792	(84)	2.948	(89)	3,0%
	Física	Física	D	5.865	(587)	2.198	(220)	10%
	Física	Física	E	8.616	(2.585)	1.513	(454)	30%
	Física	Física	F	2.272	(1.143)	1.641	(821)	50%
	Física	Física	G	2.354	(1.648)	2.590	(1.822)	70%
	Física	Física	H	13.981	(13.981)	4.274	(4.274)	100%
Coobrigações por garantias prestadas (ii)	Jurídica	Comércio	AA	-	-	7.165	-	-
	Jurídica	Indústria	AA	-	-	37.552	-	-
	Jurídica	Serviços	AA	50	-	130	-	-
	Física	Física	AA	20.447	-	447	-	-
	Jurídica	Serviços	A	-	-	2.276	(12)	0,5%
	Física	Física	A	29	-	50.028	(250)	0,5%
	Jurídica	Comércio	A	2.488	(13)	2.488	(12)	0,5%
	Jurídica	Serviços	C	13.623	(204)	13.623	(204)	3,0%
	Jurídica	Comércio	D	5.892	(589)	-	-	10%
Outros créditos (Nota 9, itens (i); (iv) e (viii))	Física	Física	AA	886	-	2.753	-	-
	Jurídica	Serviços	AA	82	-	1.698	-	-
	Jurídica	Serviços	A	-	-	4.077	(22)	0,5%
	Física	Física	A	53.526	(268)	50.988	(255)	0,5%
	Física	Física	B	336	(3)	837	(8)	1,0%
	Física	Física	C	319	(9)	470	(14)	3,0%
	Física	Física	D	71	(7)	342	(34)	10%
	Física	Física	E	26	(8)	134	(40)	30%
	Física	Física	F	5	(3)	53	(26)	50%
	Física	Física	G	3	(2)	44	(31)	70%
	Física	Física	H	69	(69)	55	(55)	100%
Totais				1.572.938	(25.242)	1.146.627	(11.810)	

Circulante	596.296	(5.642)	696.598	(2.218)
Longo Prazo	976.642	(19.600)	450.029	(9.592)

- (i) Critério de constituição da PECLD – provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa conforme nota 2(i).
- (ii) As coobrigações por garantias prestadas são registradas em contas de compensação e as respectivas provisões para risco de crédito são registradas no Passivo, na rubrica “Provisão para garantias prestadas”.

(b) Por faixa de vencimento

	31/12/2022						31/12/2021	
	Vencidos			A vencer			Total	Total
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias		
Empréstimos e títulos descontados ¹	10.550	6.705	14.382	159.594	344.683	939.172	1.475.086	971.467
Outros Créditos	-	-	-	20.335	32.179	2.809	55.323	61.451
Totais	10.550	6.705	14.382	179.929	376.862	941.981	1.530.409	1.032.918

1 – Em 31 de dezembro de 2022, as operações vencidas a mais de 90 dias, no montante de R\$21.087 (31/12/2021 – R\$9.827) estão classificadas no ativo não circulante.

(c) Cessão de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve cessão de créditos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco cedeu créditos sem coobrigação, respeitando as condições de cessão de acordo com a Res. CMN nº 2.836/01. Os valores destas operações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2021</u>
Valor original contábil dos créditos cedidos	205.000
Valor das cessões dos créditos	<u>(204.000)</u>
Resultado nas cessões	<u>1.000</u>

(d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>01/07 a 31/12/2022</u>	<u>01/01 a 31/12/2022</u>	<u>01/01 a 31/12/2021</u>
Saldo no início do semestre/exercício	24.929	11.810	8.363
Constituição (reversão)	14.424	32.316	11.952
Constituição (reversão) de provisão - coobrigações por garantias prestadas	254	(312)	(2.219)
Write-off	<u>(14.365)</u>	<u>(18.572)</u>	<u>(6.286)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>25.242</u>	<u>25.242</u>	<u>11.810</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, ocorreram repactuações de operações dentro das condições, limites e prazos da linha de crédito, aprovadas formalmente pelo Comitê de Crédito, cujo montante foi de R\$226.553 (31/12/2021 – R\$99.651), nesses montantes havia provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$2.202 (31/12/2021 – R\$852).

8. Carteira de câmbio

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	330	55.827
Direitos sobre venda de câmbio	1.447	91.216
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(63.292)
	<u>1.777</u>	<u>83.751</u>
Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	1.428	91.217
Obrigações por compra de câmbio	326	55.678
	<u>1.754</u>	<u>146.895</u>

9. Outros créditos - diversos

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Devedores por compra de valores e bens	(i)	2.040	5.719
Antecipações de tributos a compensar	(ii)	37.515	33.147
Valores a receber por comissões de estruturação	(iii)	26.773	13.155
Títulos e crédito a receber	(iv)	-	4.077
Outros títulos a receber		969	654
Devedores diversos no país e outros	(v)	5.484	7.471
Valores a receber de sociedades ligadas	(vi)	1.563	4.472
Taxa de administração/performance a receber		1.390	4.707
Devedores por depósitos em garantia e caução de aluguel	(vii)	2.784	3.204
Valores a receber cartões de crédito	(viii)	53.283	51.655
Adiantamentos e antecipações salariais		7.245	111
Incentivos fiscais		-	13
Totais		<u>139.046</u>	<u>128.385</u>
Curto Prazo		109.200	93.314
Longo Prazo		29.846	35.071
(i) Refere-se a recebíveis decorrentes da venda de ações em tesouraria no montante de R\$2.040 (31/12/2021 – R\$5.719). (ii) Composto, substancialmente, por crédito tributário da COFINS no valor de R\$21.084 (31/12/2021 – R\$20.259), antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente no valor de R\$9.456 (31/12/2021 – R\$9.768) e recolhimentos por estimativa de lucro de exercícios anteriores e demais impostos retidos na fonte e a recuperar no montante de R\$6.975 (31/12/2021 – 3.120) . (iii) Representado por comissões a receber, referente a assessoria financeira. (iv) Com característica de concessão de crédito referente a aquisição de direitos creditórios originados de vendas a prazo de clientes, conforme Nota 7 (a). (v) Refere-se, substancialmente, por valores a receber de clientes no montante de R\$350 (31/12/2021 – R\$3.567), acordos judiciais no montante de R\$3.037 (31/12/2021 – R\$3.033) e despesas reembolsáveis de fundos de investimento R\$1.034. (vi) Refere-se, substancialmente, a valores a receber da Modal DTVM no montante de R\$1.365 (31/12/2021 – R\$1.495), Modal Asset Management no montante de R\$0 (31/12/2021 – R\$1.550), MAF DTVM no montante de R\$0 (31/12/2021 – R\$146) e Eleven no montante de R\$82 (31/12/2021 – R\$82) e outras no montante de R\$116. (vii) Refere-se, substancialmente, a depósito judicial para interposição de recursos fiscais e trabalhistas no montante de R\$1.912 (31/12/2021 – R\$1.748). (viii) Composto por valores a receber de clientes pessoas físicas exclusivamente na modalidade de cartão de crédito (Nota 7(a)).			

10. Bens não de uso

Nos termos da Circular BACEN nº 1.273/87, o Banco avalia os BNDUs, recebidos em execução de garantia, com base em laudos de avaliação independentes limitados ao valor da execução.

Notas Explicativas

Os ativos recebidos em dação em pagamento são destinados a venda, uma vez que a entidade decide realizá-lo por meio de uma venda ou outra forma que não o uso e o recebimento de fluxos de caixa desses ativos. Pela natureza e característica, todos estes ativos são classificados como mantidos para venda. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de bens não de uso por natureza apresentavam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Alienações</u>	<u>Baixas para Prejuízo</u>	<u>Impairment</u>	<u>31/12/2022</u>
Terreno	11.175	-	-	(2.055)	9.120
Residencial	955	(955)	-	-	-
Comercial	45.414	(3.000)	(6.699)	(10.215)	25.500
Hotelaria	150	(115)	(35)	-	-
Total	57.694	(4.070)	(6.734)	(12.270)	34.620

	<u>31/12/2020</u>	<u>Alienações</u>	<u>Impairment</u>	<u>31/12/2021</u>
Terreno	10.875	-	300	11.175
Residencial	3.475	(2.520)	-	955
Comercial	46.240	-	(826)	45.414
Hotelaria	150	-	-	150
Total	60.740	(2.520)	(526)	57.694

11. Investimentos em empresas controladas e coligadas

a) Composição do Investimento

	<u>Qtde de ações/cotas possuídas</u>	<u>% de particip.</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo)</u>	<u>Valor contábil dos investimentos (i)</u>	<u>Resultado de participação</u>
Modal DTVM (ii)	66.503.498	99,99%	566.504	524.170	(56.673)	524.170	(56.667)
Modal Ass. Financ. Ltda. ("MAF")	209.978	100,00%	2.210	35.613	21.830	35.613	21.830
Modal Gestão de Recursos Ltda.	3.349.996	99,99%	3.350	(24)	(31)	-	(31)
Novus Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Novus") (iii)	105.000	27,50%	350	10.584	5.759	410	361
Modal Corretora de Seguros Ltda. ("Modal Seg") (iv)	100.000	100,00%	100	1.417	1.330	1.417	1.330
Eleven Serviços de Consult. e Análise S.A. ("Eleven") (v)	1.607.046	100,00%	48.938	10.944	5.894	56.882	5.894
Banking and Trading Desenv de Sistemas Ltda. ("Carteira Global") (vi)	1.200	100,00%	3.739	1.181	(445)	14.614	(445)
Refinaria de Dados – Análise de Dados Ltda. ("Refinaria de Dados") (vii)	1.000	100,00%	1.061	2.541	2.978	9.219	2.978
Hum Bilhão Educação Financeira Ltda. ("Hum Bilhão") (viii)	1.000	100,00%	91	(55)	(181)	2.435	(181)
Vaivoa Educação Ltda. ("VaiVoa") (ix)	100.000	100,00%	1.400	648	135	648	135
Modal As a Service S.A. ("MaaS") (x)	1.872.000	100,00%	13.724	5.011	(8.170)	40.766	(8.265)
W2D Tecnologia e Soluções Ltda. ("W2D Digital") (xi)	1.000	100,00%	46	(80)	(130)	3.967	(213)
Galapos Consultoria e Participações Ltda. ("Galapos") (xii)	103.000	100,00%	103	6.283	5.882	43.369	5.571
KC Tecnologia Serviços Imobiliários e de Internet, Empreendimentos e Participações S.A. ("KeyCash") (xiii)	880.412	11,25%	6.945	(20.416)	(8.027)	31.376	(391)
				Total 31/12/2022		764.886	(28.094)
				Total 31/12/2021		577.658	23.833

- (i) Inclui valores relativos a ágio por expectativa de rentabilidade futura e ágio baseado em fundo de comércio e intangíveis nas controladas Eleven, Carteira Global, Refinaria de Dados, Hum Bilhão, Vaivoa, MaaS, Galapos, W2 e KeyCash conforme nota 11(b).
- (ii) A Modal DTVM iniciou suas operações sob o controle do Modal em outubro de 2015. O Banco aportou na Modal DTVM R\$25.000 totalmente subscritos e integralizado. Em março e em julho de 2021, o Banco aumentou o capital social da Modal DTVM em, respectivamente, R\$200.000 e R\$200.000 sem a emissão de novas ações. Em março de 2022, o Banco aumentou o capital social da Modal DTVM em R\$100.000 sem a emissão de novas ações.
- (iii) A Novus Capital Gestora de Recursos Ltda tem por objeto social a prestação de serviços de gestão, no Brasil e no exterior, de recursos próprios e de terceiros, gestão de fundos de investimento e administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, além da participação em outras sociedades. Como política de distribuição de resultados definida no Acordo de Quotistas, a Novus realiza distribuição desproporcional de seus resultados de acordo com a parcela advinda de cada tipo de serviço prestado.
- (iv) Constituída em 11 de maio de 2021, a sociedade tem por objeto social a intermediação, angariação, administração e corretagem de

Notas Explicativas

seguros de danos e de pessoas, de planos previdenciários, de saúde, odontológicos e de títulos de capitalização, bem como a oferta de produtos e serviços relativos à assistência técnica e a manutenção de relacionamento com sociedades autorizadas a fornecer tais produtos e serviços.

- (v) Em 5 de fevereiro de 2021, o Modal e os acionistas da Eleven firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Banco adquiriu a totalidade das ações da Eleven. A Eleven é uma casa de análises financeiras independente que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento do mercado financeiro brasileiro através de relatórios de ativos isentos.
- (vi) Em 6 de abril de 2021, o Modal e os acionistas da Carteira Global, firmaram contrato de compra e venda em que o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Carteira Global. A Carteira Global é uma plataforma de gerenciamento e consolidação de carteiras de investimentos com foco no *open finance* que oferece serviços para os investidores (B2C) e também para os assessores e consultores financeiros (B2B).
- (vii) Em 6 de abril de 2021, o Modal e os acionistas da Refinaria de Dados firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Refinaria de Dados. Essa operação tem como objetivo aumentar a sinergia das operações do Modal utilizando a infraestrutura e tecnologia de coleta, pré-processamento, análise e visualização de dados da Refinaria de Dados para melhor compreender as necessidades de clientes e parceiros.
- (viii) Em 6 de julho de 2021, o Modal e os acionistas da Hum Bilhão firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Hum Bilhão. Essa operação faz parte da estratégia de expansão do Modal no segmento de educação e capacitação financeira para seus colaboradores e clientes.
- (ix) Em 21 de julho de 2021, o Modal e os acionistas da VaiVoa firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da VaiVoa. Essa operação, assim como a mencionada no item supracitado, faz parte da estratégia de expansão do Modal no segmento de educação e capacitação financeira para seus colaboradores e clientes.
- (x) Em 6 de outubro de 2021, o Modal e os acionistas da MaaS firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da MaaS (atual designação social da Live On Meios de Pagamento S.A.). A MaaS é referência no mercado de Banking as a Service (BaaS) no Brasil, possibilitando empresas, de qualquer porte ou segmento, oferecer a seus clientes uma experiência de um banco digital com sua própria marca e direcionada ao seu público-alvo. Essa aquisição se insere no contexto de uma série de aquisições estratégicas de fortalecimento do ecossistema financeiro Modal, e tem por objetivo expandi-lo para novos clientes ao desenvolver soluções personalizadas à cada parceiro, de acordo com seu nicho de mercado. A operação foi aprovada pelo BACEN em 24 de dezembro de 2021 e em 21 de janeiro de 2022 ocorreu o cumprimento das demais condições precedentes e conclusão da transação. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de participações em controladas e coligadas apresentado contempla a participação no resultado da MaaS a partir do mês de março de 2022 (data do *closing* da aquisição).
- (xi) Em 1º de dezembro de 2021, o Modal e os acionistas da W2D Digital firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da W2D Digital. A W2D Digital é referência no mercado de *Insurance as a Service* (IaaS) no Brasil e é especializada em ofertar seguros de maneira digital com simplicidade e eficiência, conectando provedores, *insurtechs* e seguradoras a clientes e parceiros por meio de canais digitais como apps, sites e plataformas via formato *white label*. A iniciativa se insere no contexto estratégico de fortalecimento do ecossistema financeiro Modal em um mercado endereçável em expansão, com alto potencial de receita e impulsionado pelo *open finance*. Em 10 de março de 2022, a operação foi aprovada pelo BACEN e em 5 de abril de 2022 ocorreu o cumprimento das demais condições precedentes e conclusão da transação. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de participações em controladas e coligadas apresentado contempla a participação no resultado da W2Digital a partir do mês de abril de 2022 (data do *closing* da aquisição).
- (xii) Em 17 de novembro de 2021, o Modal e os acionistas da Galapos firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Galapos. A Galapos é uma tradicional boutique de fusões e aquisições na Região Sul do Brasil. Em 24 de janeiro de 2022, a operação foi aprovada pelo BACEN e em 5 de abril de 2022 ocorreu o cumprimento das demais condições precedentes e conclusão da transação. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de participações em controladas e coligadas apresentado contempla a participação no resultado da Galapos a partir do mês de abril de 2022 (data do *closing* da aquisição).
- (xiii) Em 29 de setembro de 2021, o Modal e os acionistas da KeyCash firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Modal adquiriu uma participação societária inicial de 11,25% na KC Tecnologia Serviços Imobiliários e de Internet, Empreendimentos e Participações S.A. ("KeyCash"). A KeyCash é uma *fintech* especializada no desenvolvimento de tecnologia e ferramentas para home equity, que visa proporcionar uma experiência ágil, prática e totalmente digital para os clientes utilizarem seus imóveis como garantia em operações de crédito. A operação foi aprovada pelo BACEN em 16 de dezembro de 2021 e em 18 de abril de 2022 ocorreu o cumprimento das demais condições precedentes e conclusão da transação. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de participações em controladas e coligadas apresentado contempla a participação no resultado da KeyCash a partir do mês de abril de 2022 (data do *closing* da aquisição). O montante pago pela participação adquirida foi de R\$31.709, do qual preliminarmente foi apurado um ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R\$33.615. O Banco ainda não finalizou a avaliação de todos os ativos identificáveis e passivos para a avaliação do goodwill e ativos identificáveis e, portanto, alguns desses valores são preliminares. Esses valores podem ser ajustados quando as avaliações forem finalizadas.

b) Combinações de negócios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Modal adquiriu o controle da MaaS, da W2Digital e da Galapos. O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos são conforme a seguir:

Ativo
Notas Explicativas

	MaaS	W2Digital	Galapos	Total
Caixa	915	233	899	2.047
Recebíveis de clientes	1.271	14	1.006	2.291
Outros ativos	60	18	76	154
Intangíveis/Imobilizado e Direitos de uso	288	-	221	509
Total do Ativo	2.534	265	2.202	5.001
Passivo				
Empréstimos a pagar	(40)	-	(129)	(169)
Outros passivos	(2.542)	(177)	(1.358)	(4.077)
Total do Passivo	(2.582)	(177)	(1.487)	(4.246)
Patrimônio líquido identificável pelo valor justo	(48)	88	715	755

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos e é amortizado, esse valor inclui o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição, o qual não é reconhecido separadamente. O ágio reconhecido poderá ser dedutível para fins de imposto de renda na hipótese de eventos societários que tenham por finalidade a congregação patrimonial da adquirida com a adquirente.

O ativo intangível identificado é um ativo identificável quando: (a) for capaz de ser separado ou dividido da companhia e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com outros ativos e passivos ou contrato relacionado, independentemente da intenção da entidade em fazê-lo; ou (b) surge de um contrato ou de outro direito legal, independentemente de esse direito ser transferível ou separável da companhia e de outros direitos e obrigações. A alocação do preço de transação da aquisição realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentou a seguinte composição:

<i>Combinações de negócios em 2022</i>	MaaS	W2Digital	Galapos	Total
Preço de aquisição	41.300	4.480	41.771	87.551
Patrimônio líquido das sociedades	(48)	88	715	755
Preço de aquisição excedente	41.348	4.392	41.056	86.796
Softwares	14.110	1.271	2.009	17.390
Marca	-	-	2.526	2.526
Relacionamento não contratual com clientes	463	-	7.378	7.841
Ativos intangíveis identificados e avaliados	14.573	1.271	11.913	27.757
Parcela não alocada – ágio (<i>goodwill</i>)	26.775	3.121	29.143	59.039

Prazos de amortização	
Ágio por exp. de rentabilidade futura	Até 10 anos
Softwares	Até 5 anos
Marca	Até 5 anos
Relacionamento não contratual com clientes	Até 5 anos

As combinações de negócios realizadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas tendo refletidos como valores finais os respectivos valores preliminares anteriormente divulgados.

	Eleven	Carteira Global	Demais aquisições	Total
Ativo				
Caixa	880	9	871	1.760
Recebíveis de clientes	3.444	-	175	3.619
Outros ativos	1.553	-	493	2.046
Intangíveis/Imobilizado e Direitos de uso	2.394	-	82	2.476
Total	8.271	9	1.621	9.901
Passivo				
Empréstimos a pagar	(8.728)	-	-	(8.728)
Outros passivos	(18.264)	-	(946)	(19.210)
Passivos de arrendamento	(1.403)	-	-	(1.403)
Total	(28.395)	-	(946)	(29.341)
Total do patrimônio líquido identificável pelo valor justo	(20.124)	9	675	(19.440)

Notas Explicativas

	Eleven	Carteira Global	Demais aquisições	Total
Preço de aquisição	38.589	17.000	12.414	68.003
Patrimônio líquido das sociedades adquiridas	(20.124)	9	675	(19.440)
Preço de aquisição excedente	58.713	16.991	11.739	87.443
Softwares	-	6.733	3.097	9.830
Marca	10.042	-	717	10.759
Relacionamento não contratual com clientes	4.244	-	915	5.159
Ativos intangíveis identificados e avaliados	14.286	6.733	4.729	25.748
Parcela não alocada – ágio (goodwill)	44.427	10.258	7.010	61.695
Prazos de amortização				
Ágio por expectativa de rentabilidade futura				Até 10 anos
Softwares				Até 5 anos
Marca				Até 5 anos
Relacionamento não contratual com clientes				Até 5 anos

Além disso, o Banco incorreu em custos diretos para as combinações de negócios que foram contabilizados como despesas conforme incorridos. O resultado operacional dos negócios adquiridos em exercícios anteriores às aquisições, individualmente e em conjunto, não foram relevantes para a demonstração do resultado consolidado do Banco e, dessa forma, as informações *pro-forma* não foram apresentadas.

A movimentação do ágio e mais-valia de ativos de sociedades adquiridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, conforme segue:

	31/12/2021	Preço de aquisição excedente	Segregação do ativos alocados	Amortização (1)	31/12/2022
Ágio (goodwill)	57.297	120.411	(27.520)	(13.654)	136.534
Eleven	41.095			(4.443)	36.652
MaaS	-	41.348	(14.573)	(2.677)	24.098
Galapos	-	41.056	(11.913)	(2.186)	26.957
Carteira Global	9.745			(1.026)	8.719
Demais investimentos	6.457	38.007	(1.034)	(3.322)	40.108
Mais-valia de ativos de sociedades adquiridas	22.531	-	27.520	(9.973)	40.078
Ágio e mais-valia de sociedades adquiridas	79.828	120.411	-	(23.627)	176.612

	Preço de aquisição excedente	Segregação do ativos alocados	Amortização (1)	31/12/2021
Ágio (goodwill)	87.443	(25.748)	(4.398)	57.297
Eleven	58.713	(14.286)	(3.332)	41.095
Carteira Global	16.991	(6.733)	(513)	9.745
Demais investimentos	11.739	(4.729)	(553)	6.457
Mais-valia de ativos de sociedades adquiridas	-	25.748	(3.217)	22.531
Ágio e mais-valia de sociedades adquiridas	87.443	-	(7.615)	79.828

(1) A amortização dos ativos alocáveis e do ágio (*goodwill*) está registrada no resultado do exercício na rubrica “Outras Despesas administrativas – Depreciação e amortização”.

c) Movimentação do investimento**Notas Explicativas**

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	577.658	112.193
Aporte de capital em controladas	162.253	421.200
Adição por aquisição de Companhias	87.551	68.103
Resultado de equivalência patrimonial	(28.094)	23.833
Ajustes de avaliação patrimonial	(316)	5.666
Amortização de goodwill e ativos alocáveis	(23.627)	(7.615)
Dividendos recebidos	(987)	(53.357)
Reclassificação (nota 15 (ii))	(9.552)	7.635
Saldo findo em 31 de dezembro	764.886	577.658

12. Imobilizado e Intangível

Ativo Imobilizado	31/12/21	Aquisições	Baixas	Transferên cias	Depreciação	31/12/2022
Instalações	912	-	(582)	-	(184)	146
Móveis e equipamentos de uso	698	-	-	-	(204)	494
Sistemas de comunicação	319	15	-	-	(70)	264
Sistemas de processamento de dados (i)	21.532	5.020	-	5.758	(7.625)	24.685
Sistema de segurança	86	-	-	-	(28)	58
Imobilizado em curso (i)	3.561	2.837	-	(5.758)	-	640
Total do Imobilizado	27.108	7.872	(582)	-	(8.111)	26.287

Ativo Intangível	31/12/21	Aquisições	Baixas (iv)	Transferên cias	Amortização	31/12/2022
Softwares	16.493	312	(717)	-	(2.086)	14.002
Projetos concluídos (iii)	24.651	20.866	(2.936)	11.166	(9.212)	44.535
Adiantamento de Intangível (ii)	24.168	63.665	(1.902)	(11.166)	-	74.765
Total do Intangível	65.312	84.843	(5.555)	-	(11.298)	133.302

Ativo Imobilizado	31/12/20	Aquisições	Baixas	Transferên cias	Depreciação	31/12/2021
Instalações	2.037	-	(858)	9	(276)	912
Móveis e equipamentos de uso	779	141	-	-	(222)	698
Sistemas de comunicação	318	69	-	-	(68)	319
Equipamentos de processamento de dados (i)	11.880	14.987	-	-	(5.335)	21.532
Sistema de segurança	116	-	-	-	(30)	86
Imobilizado em curso (i)	-	3.570	-	(9)	-	3.561
Total do Imobilizado	15.130	18.767	(858)	-	(5.931)	27.108

Ativo Intangível	31/12/20	Aquisições	Baixas	Transferên cias	Amortização	31/12/2021
Softwares	16.161	2.419	(782)	-	(1.305)	16.493
Projetos concluídos	14.474	-	-	14.685	(4.508)	24.651
Intangível em andamento (ii)	4.670	34.183	-	(14.685)	-	24.168
Total do Intangível	35.305	36.602	(782)	-	(5.813)	65.312

- (i) Refere-se a estrutura e *hardwares* de data-center adquiridos para a ampliação da capacidade operacional do Banco além de aumento da vida útil e capacidade dos sistemas de processamentos de dados já existentes.
- (ii) Referente a projetos que estão em fase de desenvolvimento no âmbito da estruturação de produtos e serviços da plataforma e banco digital. A amortização ocorre de acordo com plano de negócio preparado pela administração, após a conclusão da etapa de desenvolvimento, homologação e testes. O prazo médio de amortização do ativo intangível é de cinco anos.
- (iii) Em 31/12/22 as aquisições se referem a aquisição de softwares desenvolvidos internamente entre empresas do Modal.
- (iv) Refere-se a baixa de projetos em desenvolvimento cujo escopo foi descontinuado em função da cessação dos produtos/serviços associados.

13. Captação de recursos

	31/12/2022				31/12/2021
	Faixa de vencimento (i)				
Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias (ii)	Total	Total
Depósito à vista	417.059	-	-	417.059	389.469
Depósitos interfinanceiros	-	-	1.146	1.146	52.245
Depósitos a prazo	-	1.473.178	316.010	1.452.932	3.242.120
Certificados de Depósitos Bancários	-	544.740	280.464	1.452.932	2.278.136
Pré-fixado (4,17% até 15,32%)	-	195.793	97.549	107.389	400.731
Indexado à variação da taxa Selic/DI	-	348.947	182.915	1.345.543	1.877.405

Notas Explicativas

	31/12/2022				31/12/2021
	Faixa de vencimento (i)				
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias (ii)	
				Total	Total
Indexado à variação da taxa DI/Pré	-	-	-	-	71.090
Depósito a prazo c/garantia especial (DPGE)	-	928.438	35.546	-	963.984
Pré-fixado (8.50% até 9%)	-	9.110	-	-	56.656
Indexado à variação da taxa Selic/DI	-	59.696	-	-	118.573
Indexado à variação da taxa DI/Pré	-	859.632	35.546	-	842.662
Captações no mercado aberto	-	1.059.818	-	-	1.579.556
Recursos de aceites e emissões de títulos	-	47.207	148.053	515.320	92.464
Letras de Crédito Imobiliário – (LCI)/Pos DI	-	47.207	148.053	65.757	92.464
Letras Financeiras (LF)	-	-	-	449.563	-
Total de Captações	417.059	2.580.203	465.209	1.968.252	5.278.991

- (i) Os depósitos a prazo e os recursos de aceites e emissões de títulos estão classificados entre curto e longo prazo, de acordo com os prazos de carência para resgate/amortização.
- (ii) Vencimento nas faixas acima de 1 ano até 3 anos totaliza R\$1.728.187 (31/12/2021 – R\$1.207.050), acima 3 até 5 anos totaliza R\$238.312 (31/12/2021 – R\$16.427) e acima de 5 anos totaliza R\$1.752 (31/12/2021 – R\$3.704).

O Banco reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$592.242 (31/12/2021 – R\$167.397) referentes à despesas de captações, esse montante foi devidamente registrado na demonstração do resultado na rubrica de “Despesas de Captação”.

14. Negociação e intermediação de valores

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores por liquidação pendente	203	36.798
Depósito margem	6.191	171.421
Total Ativo	(i) 6.394	208.219
Credores por liquidação pendente	(ii) 284.443	88
Total Passivo	284.443	88

- (i) Representadas por valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativas as operações de compra ou venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3, por conta própria e/ou de terceiros, liquidáveis em até 3 dias úteis;
- (ii) Compreende operações doadoras de títulos e valores mobiliários cujo resultado gerado, no montante de R\$96.213, está registrado na linha de Operações de empréstimos e repasses.

15. Outras obrigações – diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos restritos	(i) 34.195	35.774
Obrigações por investimentos	(ii) 2.407	9.212
Valores a pagar para sociedades ligadas	(Nota 20) 4.979	1.778
Despesa de pessoal a pagar	3.352	2.178
Outros valores a pagar	(iii) 86.852	12.858
Comissões de fianças a apropriar	137	198
Despesas administrativas a pagar	1.682	1.431
Valores a contribuir ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	1.207	1.079
Serviço de consultoria jurídica	628	206
Rendas de renegociação a apropriar	3	4
Total de Outras obrigações diversas	135.442	64.718
	Curto Prazo	49.668
	Longo Prazo	15.050

- (i) Refere-se ao valor depositado em conta escrow em nome do Modal, por cotistas de um fundo anteriormente administrado por esta instituição como garantia sobre resgates realizados por esses cotistas no montante de R\$34.195 (31/12/2021 – R\$35.774). Essa conta será movimentada de acordo com o atendimento de determinadas obrigações previstas em contrato com prazo final em 2024. Esse mesmo valor está registrado como aplicações restritas no grupo de Obrigações Diversas no passivo e Aplicações Restritas no ativo não circulante.

- (ii) Valor referente a provisão com obrigações com investidas (Nota 11 (c)).

- (iii) Refere-se, substancialmente, a bonus de permanência no montante de R\$4.092 (31/12/2021 – R\$5.484), valores a pagar à fornecedores de cartões de crédito, provisões para programas de fidelidade no montante de R\$4.641 (31/12/2021 – R\$2.490), valores a pagar pela aquisição de investidas no montante de R\$1.110 (31/12/2021 – R\$1.400), valores a pagar pela aquisição de ativos intangíveis no montante de R\$35.887 e R\$40.000 referente a valor a repassar a emissor de títulos e valores mobiliários, além de outros valores a pagar no montante remanescente.

16. Imposto de renda e contribuição social**Notas Explicativas**

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas nominais do Banco e os valores registrados no resultado do exercício pode ser resumida da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação e participação nos lucros	32.006	32.006	237.867	237.867
Participação nos lucros ou resultados	(17.448)	(17.448)	(16.402)	(16.402)
Ajuste líquido ao valor de Mercado TVM e derivativos	(20.075)	(20.075)	(121.065)	(121.065)
Resultado de participações em controladas	28.094	28.094	(23.836)	(23.836)
Provisão para risco de crédito	31.891	31.891	9.716	9.716
Perdas de crédito realizadas fiscalmente	(2.483)	(2.483)	(1.462)	(1.462)
Realização da Provisão de Participações a Pagar	(11.403)	(11.403)	14.532	14.532
Outras provisões operacionais	27.094	27.094	(1.267)	(1.267)
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	3.118	3.118	3.594	3.594
Contingências trabalhistas realizadas fiscalmente	(2.866)	(2.866)	(1.993)	(1.993)
Provisão multa contingente	-	-	25.156	25.156
Ajuste operações de juros em mercado de liquidação futura	2.925	2.925	(12.967)	(12.967)
Programa <i>Phantom Stock Option</i>	(4.286)	(4.286)	6.795	6.795
Resultados com debêntures incentivadas (i)	(12.179)	2.290	(11.329)	2.169
Custo/Despesa com emissão de ações	-	-	(52.588)	(52.588)
Juros sobre o capital próprio pago	(67.000)	(67.000)	(48.999)	(48.999)
Amortização de Ágio (Nota 11(b))	23.627	23.627	7.615	7.615
Demais adições (exclusões) permanentes	(854)	(854)	(199)	(199)
Demais adições (exclusões) temporárias	213	213	57	57
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa	10.374	24.843	13.225	26.723
Dedução Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	(3.113)	(7.454)	(3.967)	(8.017)
Base de cálculo	7.261	17.389	9.258	18.706
Alíquota nominal - % (15% + 10% do excedente) (Nota 2 (o))	25%	20%	25%	25%
Imposto de renda e contribuição social	(1.792)	(3.478)	(2.290)	(3.741)
Efeito da majoração da alíquota da CSLL (nota 2(o))	-	(51)	-	(571)
Incentivo Fiscal	44	-	105	-
Imposto de renda e contribuição social corrente (ii)	(1.748)	(3.529)	(2.185)	(4.312)
Constituição (reversão) obrigação fiscal diferida sobre ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	(5.019)	(4.015)	(30.266)	(24.213)
Constituição (reversão) de créditos tributários sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e demais diferenças temporárias	16.166	12.075	(1.894)	(2.239)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.147	8.060	(32.160)	(26.452)
Imposto de renda e contribuição social	9.399	4.531	(34.345)	(30.764)

(i) O Modal mantém e negocia, nos termos da Lei nº 12.431/11, debêntures de infraestrutura que possuem um tratamento diferenciado na tributação para fins de IR, tributando em 15% os ganhos obtidos nessas operações, em separado dos demais rendimentos, quando auferidas por pessoa jurídica, inclusive instituições financeiras. A Lei nº 12.431/11 dispõe, ainda, que (a) os rendimentos tributados exclusivamente na fonte poderão ser excluídos da apuração do lucro real; e (b) as perdas apuradas nas operações com debêntures não serão dedutíveis quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Modal auferiu resultado de R\$12.179 (31/12/2021 – R\$13.948) que, na apuração do lucro real, foi excluída da base de cálculo do imposto de renda, tendo recolhido imposto de renda na fonte no valor de R\$2.290 (31/12/2021 – R\$2.169), registrado na rubrica de Despesas Tributárias.

(ii) O total de imposto de renda provisionado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$5.614 (31/12/2021 – R\$4.354), que inclui o IR corrente e o IR tributado em separado dos títulos incentivados, conforme parágrafo anterior.

Os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas do Banco foram apurados conforme mencionado na Nota 2, e estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
(a) Outros créditos – diversos		
Ativo fiscal diferido		
Sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.502	18.365
Sobre prejuízo fiscal e base negativa	37.099	39.368
Outras provisões e demais adições temporárias	46.556	30.488
Sobre ajuste a mercado a compensar	65.059	16.453
Ativo fiscal diferido – longo prazo	180.216	104.674
(b) Outras obrigações fiscais e previdenciárias		
Obrigações fiscais diferidas		
Sobre ajuste a mercado de TVM e derivativos	102.934	46.564
Sobre ajuste a mercado de contrato de futuro	5.406	6.722

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais diferidas – longo prazo	108.340	53.286

Notas Explicativas

O saldo de impostos e contribuições diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31 de dezembro de 2021	Constituição/ Reversão	31 de dezembro de 2022
Refletido no resultado			
Relativo a prejuízo fiscal e base negativa ¹	39.368	(2.269)	37.099
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.365	13.137	31.502
Ajuste de valor de mercado de TVM e derivativos	(49.839)	(9.047)	(58.886)
Ajuste de op. realizadas em mercado de liquidação futura	(6.722)	1.316	(5.406)
Outras provisões e demais adições temporárias	30.488	16.070	46.558
Total	31.660	19.207	50.867
Refletido no patrimônio líquido			
Ajuste de MTM de TVM disponível para venda	19.728	1.283	21.011
Total	51.388	20.490	71.878

1 - O efeito da constituição do ativo diferido sobre custos na oferta pública de ações do ano de 2021, no montante de R\$23.665, foi contabilizado no Patrimônio Líquido e realizado, no mesmo período, com contrapartida no resultado.

	31 de dezembro de 2020	Constituição/ Reversão	31 de dezembro de 2021
Refletido no resultado			
Relativo a prejuízo fiscal e base negativa	41.963	(1.176)	40.787
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.647	2.722	16.369
Ajuste de valor de mercado de TVM e derivativos	4.407	(26.169)	(21.762)
Ajuste de op. realizadas em mercado de liq. Futura	(887)	(5.003)	(5.890)
Outras provisões e demais adições temporárias	7.285	6.791	14.076
Total Geral	66.415	(22.835)	43.580
Refletido no patrimônio líquido			
Ajuste de MTM de TVM disponível para venda	(11.521)	39.885	28.364
Total Geral	54.894	17.050	71.944

(i) Estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários e tributos a compensar:

Ano de Realização	Crédito Tributários			Provisão para IR/CS diferidos	Tributos diferidos líquidos
	Diferenças temporárias	Prej Fiscal / Base Negativa	Total		
2023	14.312	6.728	21.040	(43.336)	(22.296)
2024	14.312	5.057	19.369	(54.170)	(34.801)
2025	36.607	22.001	58.608	(10.835)	47.773
2026	37.021	3.313	40.334	-	40.334
2027	14.915	-	14.915	-	14.915
2028	11.638	-	11.638	-	11.638
2029	7.156	-	7.156	-	7.156
2030	7.156	-	7.156	-	7.156
Total geral	143.117	37.099	180.216	(108.341)	71.875
Valor presente (i)	101.181	29.822	131.003	(94.079)	36.924

(i) Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa DI x Pré divulgada pela B3.

17. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social do Banco é de R\$1.074.966 e está representado por 704.200.000 ações ordinárias (31/12/2021 – 412.566.001 ações ordinárias e 291.633.999 ações preferenciais), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía ações destinadas à emissão para honrar opções e contratos de venda de ações.

Em 20 de junho de 2022, foi aprovado pelos acionistas a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do Banco em ações ordinárias, na relação de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, com a consequente extinção da classe de ações preferenciais de emissão do Banco e, em razão do deliberado, o capital social passou a ser dividido em

704.200.000 (setecentas e quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cujo processo foi aprovado pelo BACEN em 8 de agosto de 2022. Em 19 de setembro de 2022, ocorreu formalmente a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias com o respectivo cancelamento das Units e efetiva migração do Banco para o Novo Mercado da B3, com a negociação das ações do Banco exclusivamente sob o código “MODL3”.

Evento	ON	PN	Total	Quantidade de ações em unidades	
				Ações em tesouraria (1)	Ações em circulação
Saldo em 31/12/2021	412.566.001	291.633.999	704.200.000	(27.430.200)	676.769.800
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	8.759.355	8.759.355
Conversão de PN's em ON's	610.091.924	75.401.911	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	704.200.000	-	704.200.000	(18.670.845)	685.529.155
Quantidade em circulação	685.529.155	-	685.529.155		
Média ponderada em circulação	685.500.899	-	685.500.899		

Evento	ON	PN	Total	Quantidade de ações em unidades	
				Ações em tesouraria (1)	Ações em circulação
Saldo em 31/12/2020	32.600	32.600	65.200	(1.072)	64.128
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	1.072	1.072
Desdobramento de ações	293.367.400	293.367.400	586.734.800	-	586.734.800
Conversão de PN's em ON's	119.166.001	(119.166.001)	-	-	-
Aumento de capital (IPO)	-	117.400.000	117.400.000	-	117.400.000
Recompra de ações (Nota 17.j)	-	-	-	(27.430.200)	(27.430.200)
Saldo em 31/12/2021	412.566.001	291.633.999	704.200.000	(27.430.200)	676.769.800
Quantidade em circulação	403.422.601	273.347.199	676.769.800		
Média ponderada em circulação	406.064.300	280.460.769	686.525.069		

(1) Em 31 de dezembro de 2021, as ações em tesouraria se referem à 9.143.400 Units, representativas de 9.143.400 ações ordinárias e de 18.286.800 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2020, se referem apenas a ações preferenciais.

Registro na CVM e conclusão da Oferta Inicial de Ações (IPO)

Em 23 de fevereiro de 2021, foi protocolado perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), compreendendo a distribuição de inicialmente 51.050.000 Units, representativas de (i) 117.400.000 novas Ações Preferenciais a serem emitidas pelo Banco (“Oferta Primária”); e (ii) 35.750.000 Ações Ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”), em ambos os casos, a serem realizadas no Brasil, com esforços de colocação no exterior.

O Banco, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Nível 2, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), condicionada à realização da Oferta.

As Units de emissão do Banco passaram a ser negociadas no Nível 2 da B3 em 30 de abril de 2021, sob o código “MODL11” com o preço de lançamento de R\$20,01 por Unit (R\$6,67 por ação), totalizando a oferta primária em R\$783.058 (R\$752.476 líquidos das comissões dos coordenadores da oferta). A operação foi aprovada pelo BACEN em 10 de maio de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 22 de fevereiro de 2021 foi aprovado o desdobramento de ações ordinárias e preferenciais na proporção de 9.000 (nove mil) novas ações ordinárias e preferenciais para cada 1 (uma) ação ordinária e preferencial anteriormente existentes. Nesta mesma data foi aprovada a conversão voluntária de 119.166.001 (cento e dezenove milhões, cento e sessenta e seis mil e uma) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Direito das ações

Aos acionistas do Banco é assegurado um dividendo anual de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, computado como dividendo mínimo obrigatório, ajustado nos termos da legislação societária.

Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco.

De acordo com o parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser considerado para cômputo do valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

Notas Explicativas

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de março de 2021, foi aprovado o montante de R\$4.000 como dividendo referente ao lucro do exercício social de 2020, correspondendo a R\$0,00681663 por ação ordinária e preferencial. O dividendo declarado foi pago em 31 de março de 2021.

Em 8 de agosto de 2022 o BACEN aprovou a reforma estatutária deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de junho de 2022, na qual classifica o Banco ao segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3, sujeitam-se o Banco, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

Destinação de Resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco realizou a destinação de seus resultados conforme a seguir:

	2022 (1)	2021
Lucro Líquido apurado no exercício	28.488	156.622
(-) Destinação para a Reserva Legal	1.424	7.831
Lucro Líquido disponível após a Reserva Legal	27.064	148.791
(-) Destinação para a Reserva Estatutária	5.542	99.792
Lucro Líquido disponível após destinações para Reservas	21.522	48.999
Juros sobre o capital próprio declarados e pagos (2)	67.000	48.999

(1) Conforme artigo 132º da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral Ordinária deliberará sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos até o quarto mês seguinte ao encerramento do exercício social.

(2) Os juros sobre o capital próprio declarados e pagos nos exercícios foram integralmente imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, ao quais incorreriam no montante mínimo de R\$7.122 (2021 – R\$39.156).

(c) Juros sobre o capital próprio

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$15.000 (R\$12.750 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,021881 bruto por ação ordinária (equivalentes a R\$0,018598 líquido por ação ordinária), fazendo jus aos juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 15 de dezembro de 2022. O pagamento foi realizado em 27 de dezembro de 2022.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$15.000 (R\$12.079 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,021881 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,065634 por *Unit*) (equivalentes a R\$0,018598 líquido por ação ordinária e preferencial – R\$0,055794 líquidos por *Unit*), fazendo jus aos juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 11 de agosto de 2022. O pagamento foi realizado em 23 de agosto de 2022.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de maio de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$22.000 (R\$19.189 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,032092 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,096276 por Unit) (equivalentes a R\$0,027278 líquido por ação ordinária e preferencial – R\$0,081834 líquidos por Unit), fazendo jus ao juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 26 de maio de 2022. O pagamento foi realizado em 7 de junho de 2022.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total bruto de R\$15.000 (R\$13.111 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), equivalentes a R\$0,022164 bruto por ação ordinária e preferencial (R\$0,066492 por Unit) (equivalentes a R\$0,018839 líquido por ação ordinária e preferencial – R\$0,056518 líquidos por Unit), fazendo jus ao juros sobre o capital próprio os acionistas constantes na base acionária em 23 de março de 2022. O pagamento foi realizado em 4 de abril de 2022.

(d) Reserva de capital

Constituída nos termos do parágrafo 1º do Artigo 182 da Lei nº 6.404/76 e poderá ser utilizada para: absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; resgate de partes beneficiárias; incorporação ao capital social; pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada, conforme Artigo 200 da Lei nº 6.404/76.

(e) Reserva legal

Reserva constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária.

(f) Reserva especial de dividendos

Constituída nos termos parágrafo 5º do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com base nos lucros não distribuídos como dividendos (Nota 17.b), que poderão ser absorvidos por prejuízos nos exercícios subsequentes ou pagos como dividendos de acordo com a disponibilidade financeira do Banco.

(g) Reserva estatutária

Reserva constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos, com a finalidade de futura incorporação ao capital, distribuição aos acionistas ou absorção de prejuízos acumulados; o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso.

(h) Reserva de ágio na emissão de ações

Reserva constituída pelo resultado a maior recebido na venda de ações do Banco (Nota 17 a)).

(i) Outros resultados abrangentes

Representa os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "disponíveis para venda", conforme indicado na Nota 5. Tais ganhos e perdas são transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorrer a sua efetiva realização financeira.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo em 1º de janeiro de	(24.112)	14.081
Ajuste de títulos e valores mobiliários	(748)	(69.443)
Efeitos tributários sobre estoque	336	31.250
Saldo final em (Nota 5.a)	(24.524)	(24.112)
(j) Ações em tesouraria		

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui ações em tesouraria no montante de R\$91.519 (31/12/2021 – R\$134.453), representativas de 18.670.845 ações ordinárias e correspondentes a 2,7% das ações emitidas.

		<u>31/12/2022</u>	
	<i>Units</i>	representativas de	
		ON	PN
Quantidade de <i>Units</i> recompradas	9.143.400	9.143.400	18.286.800
% da quantidade emitida de ações	3,90%	1,30%	100%

Notas Explicativas

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2021 foi aprovada a abertura do Programa de Recompra de *Units* do Banco (“Programa de Recompra”). O Programa de Recompra tem por objetivo a aquisição de *Units* do Banco (representativas de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco), respeitados os limites legais e com base em recursos disponíveis, para permanência em tesouraria, posterior cancelamento ou ainda, eventual recolocação das *Units* no mercado. Os efeitos econômicos esperados são maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e maior retorno financeiro aos acionistas, uma vez que as *Units* adquiridas são retiradas de circulação e o montante destinado aos dividendos/juros sobre o capital próprio passam a ser distribuídos para uma quantidade menor de *Units*. O Banco poderá adquirir até 10.400.498 (dez milhões, quatrocentos mil, quatrocentas e noventa e oito) *Units*, correspondentes a até 10,0% das Ações em Circulação e a até 4,43% da totalidade das ações emitidas pelo Banco. As operações de aquisição serão realizadas na B3, a preço de mercado, cabendo à administração decidir o momento e a quantidade de *Units* a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.

Em abril de 2022, o Banco cedeu em dação de pagamento 8.759.355 de ações até então em tesouraria (correspondentes a 2.919.785 *Units*) na aquisição do controle da Galapos, corresponde ao custo de recompra de R\$42.934 e ao correspondente ágio na emissão de ações no montante de R\$9.825.

Em fevereiro de 2021, o Banco alienou 1.072 ações preferenciais em tesouraria pelo montante de R\$6.303 originando um resultado negativo de R\$46 que foi contabilizado à conta de Reservas de Lucros.

(k) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição. A administração concluiu que não existem instrumentos com potencial de diluição.

Descrição	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Número de ações	704.200.000	704.200.000	704.200.000
Quantidade de ações em circulação	685.529.155	685.529.155	676.769.800
Média ponderada de ações em circulação	685.493.835	685.493.835	686.525.069
Lucro atribuído (R\$ mil)	(16.293)	28.488	156.622
Lucro básico e diluído por ações ordinárias (R\$)	(0,0237674)	0,0415582	0,2281378
Lucro básico e diluído por ações preferenciais (R\$)	-	-	0,2281378

Os planos de remuneração por pagamento baseado em ações (*Phantom Stock Option*) são liquidados em caixa e não alteram a composição do lucro básico e diluído.

18. Limite operacional (Acordo da Basiléia)**Notas Explicativas**

O BACEN determina as instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I, Capital Principal e Adicional de Capital Principal, compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido (representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional).

Conforme estabelecido na Res. CMN nº 4.958/21 a exigência de PR está em 8,00%,. Além destes limites, o Modal está obrigado a atender aos limites de ACP – Adicional de Capital Principal, que é dividido em ACP Contracíclico e ACP de conservação.

Conforme estabelecido na Res. CMN nº 4.958/21 a exigência de PR está em 10,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,00% de Conservação de Capital.

Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Res. CMN nº 4.955/21, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Res. CMN nº 4.950/21.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o Banco estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Capital principal (Nível I)		650.302	987.344
Patrimônio de Referência (PR)		650.302	987.344
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPAD)	(a)	3.590.551	3.416.588
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWAMPAD)	(b)	573.471	817.699
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	(c)	1.060.004	657.197
RWA (a) + (b) + (c)		5.224.026	4.891.484
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido		417.922	391.319
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido		232.380	596.025
Índice (%)		12,45%	20%

19. Contingências

Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela administração com o apoio dos consultores jurídicos do Banco, considerando-se os conceitos definidos na Res. nº 3.823/09 e reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

a) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando a administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Da mesma forma, os passivos relacionados às obrigações legais em discussão judicial são mantidos nas demonstrações financeiras até o ganho definitivo da ação.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o Banco figurava como parte em processos conforme resumidos adiante:

(i) Trabalhistas

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía provisões para contingências trabalhistas no total de R\$ 2.874 (31/12/2021 – R\$2.631), em montante suficiente para cobrir o valor potencial de perda para esses processos, de acordo com a análise dos consultores jurídicos contratados para as referidas causas.

(ii) Tributários

COAF: Em 9 de junho de 2005, o BACEN instaurou processo administrativo a fim de apurar eventual falta do Banco quanto ao dever de informar acerca de operações realizadas por um de seus clientes. O processo administrativo foi concluído em 19 de março de 2008 com a imposição pelo BACEN de multa de R\$200 ao Modal e de R\$20 ao seu diretor, decisão da qual o Banco recorreu ao Ministro da Fazenda. Nesta ocasião, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") foi chamado a se manifestar, opinando pela majoração da multa aplicada ao Modal para R\$15.864 e de seu diretor para R\$100, além de sugerir a inabilitação deste pelo prazo de 5 anos. Violando o princípio da vedação ao *reformatio in pejus*, o Ministro da Fazenda acolheu o parecer do COAF majorando em 14 de junho de 2010 as sanções. Contra essa decisão, em 5 de agosto de 2010 o Modal ajuizou ação anulatória. A tese sustentada pelo Modal apoia-se nos seguintes argumentos: (i) vedação ao *reformatio in pejus*; (ii) ausência de ilegalidade na decisão administrativa do BACEN, que justificasse a majoração das multas pela autoridade hierárquica superior; e (iii) falta de razoabilidade e proporcionalidade na majoração aplicada. No STF, o Relator, Banco foi condenado o pagamento de multa de 5%, no entanto obteve êxito nos embargos de declaração que foram providos para reduzir o valor da multa imposta no Agravo de 5% para 1% do valor atualizado da causa. A decisão do STF transitou em julgado em 11 de junho de 2022 e os autos retornaram para o Juízo de origem, em 22 de junho de 2022. Após o trânsito em julgado da decisão do STF, foi proferida decisão intimando as partes sobre o retorno dos autos e o Modal comprovou o pagamento da verba honorária sucumbencial.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado da causa totaliza o montante de R\$39.985 (31/12/2021 – R\$41.239), incluindo atualização monetária, multa e honorários de sucumbência. No âmbito da execução fiscal, em garantia de execução, o Modal indicou 4.530 LFTs que totalizavam o valor de R\$58.619 (31/12/2021 – R\$53.740, Nota 5.a(iv)). Diante de recentes decisões desfavoráveis ao Banco, a administração considera como prognóstico de perda provável. Considerando que o Modal já havia reconhecido provisão no montante de R\$16.083 em exercícios anteriores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reconheceu provisão complementar no montante de R\$26.221.

(iii) Cíveis

O Banco é parte de processos judiciais, envolvendo discussões no âmbito do Juizado Especial Cível (JEC) e Justiça Comum, os quais são classificados com risco provável de perda, dada a incerteza inerente a esse tipo de ação. Portanto, devido à natureza desses processos e histórico, ainda recente, do desfecho desses processos, optamos por utilizar a classificação de risco dos advogados como base para constituição de provisão para contingência, sobre o estoque de processos existentes em 31 de dezembro de 2022. Atualmente, o Modal é parte em processos que se encontram em fases distintas e, baseado no histórico de sucesso, condenação ou acordos firmados, o Banco constituiu provisão de R\$77 no passivo em 31 de dezembro de 2022 (31/12/2021 - R\$68).

(iv) Movimentação da provisão para contingências

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	44.008	17.182
+ Constituição	7.995	28.930
(-) Pagamentos efetuados	(9.066)	(2.104)
Saldo final	42.937	44.008

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha o montante de R\$1.285 (31/12/2021 – R\$1.748) em depósitos judiciais como garantia de contingências trabalhistas e nos termos da Lei nº 9.703/98 (Nota 9 (vii)).

b) Passivos contingentes classificados como perda possível

Para os processos com avaliação de perda considerada possível, não é reconhecida provisão contábil, sendo, entretanto, divulgadas em nota explicativa, conforme:

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, o Modal possui 0 (31/12/2021 - 5) processos trabalhistas classificados como possíveis no valor de R\$ 0 (31/12/2021 - R\$2.267).

Notas Explicativas

(ii) Tributários

PLR: Em março de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) lavrou Autos de Infração para exigir, com acréscimo de multa de ofício e juros de mora, contribuições previdenciárias (GIRAT) e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e FNDE), supostamente incidentes sobre os pagamentos efetuados pelo Banco a seus empregados a título de participação nos lucros ou resultados (“PLR”), em janeiro de 2012 e julho de 2012, referentes ao segundo semestre de 2011 e primeiro de 2012, respectivamente. Em 14 de abril de 2016, o Banco apresentou impugnação ao Auto de infração, o qual foi julgada improcedente em 27 de dezembro de 2017 e atualmente encontra-se no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), aguardando julgamento ao Recurso Voluntário. Nossos consultores jurídicos classificam a probabilidade de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado da ação era de R\$6.642 (31/12/2021 - R\$6.161).

Adicionalmente ao processo mencionado anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o Modal possui 2 (31/12/2021 - 2) processos tributários classificado como possível no valor de R\$546 (31/12/2021 - R\$147).

(iii) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, o Modal possui 15 (31/12/2021 - 7) processos cíveis classificados como possíveis no valor de R\$581 (31/12/2021 - R\$132).

20. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas com o Banco estão apresentadas da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Prazo (i)	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
		31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Ativo			-		
Outros Créditos – diversos			-		
Ligada - não financeira	31/12/2023	40	1.550		-
Ligada – financeira	31/12/2023	-	146		-
Coligada – financeira	31/12/2023	-	-		-
Controlada - não financeira	31/12/2023	133	82		-
Controlada – financeira	31/12/2023	1.390	2.694	6.245	-
Controladora	31/12/2023	-	-		-
			-		
Total - Outros Créditos – diversos		1.563	4.472	6.245	-
Operações de crédito					
Ligada - não financeira	31/05/2023	15.141	13.130		1.256
Controladora (ii)	11/09/2028	32.040	-	-	-
Pessoal chave da administração	20/11/2023	37	1.948		32
Total - Operações de crédito (Passivo)		47.218	15.078		1.288
Depósitos à vista					
Ligada - não financeira	Sem vencimento	(207)	(664)	-	-
Ligada – financeira	Sem vencimento	-	(157)	-	-
Controlada - não financeira	Sem vencimento	(556)	(288)	-	-
Controlada – financeira	Sem vencimento	(2.350)	(2.640)	-	-
Controladora	Sem vencimento	(7.147)	(4)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem vencimento	(296)	(526)	-	-
Total - Depósitos à vista		(10.556)	(4.279)	-	-
Depósitos a prazo					
Ligada - não financeira	17/06/2024	(66.216)	(12.997)	(12)	(1.929)
Ligada – financeira	17/06/2024	-	(1.193)		-
Controlada - não financeira	17/06/2024	(17.519)	(33.993)	(4)	(1.883)
Controlada – financeira	17/06/2024	-	(61.296)	8	(23)
Controladora (ii)	17/06/2024	(32.390)	(959)	(5)	(736)
Pessoal chave da administração	17/06/2024	(2.188)	(5.636)		(234)
Total - Depósitos a prazo		(118.313)	(116.074)	(13)	(4.805)
Depósitos interfinanceiros					
Ligada – financeira		-	(15.728)	-	-
Controlada – financeira		-	(34.000)	-	-
Total - Depósitos interfinanceiros		-	(49.728)	-	-
Letras de Crédito Imobiliário					
Controlada – financeira		-	(347)	-	-
Pessoal chave da administração		(2.421)	(675)	-	-
Total - Letras de Crédito Imobiliário		(2.421)	(1.022)	-	-
Outras Obrigações – diversas					
Ligada - não financeira	31/12/2023	(40)	(1.431)	-	-
Ligada – financeira	31/12/2023		(49)	-	-
Coligada – financeira	31/12/2023		-	-	-
Controlada - não financeira	31/12/2023	(2.339)	(25)	-	-
Controlada – financeira	31/12/2023	(2.600)	(273)	-	-
Total - Outras Obrigações – diversas		(4.979)	(1.778)	-	-
Total Partes relacionadas		(87.488)	(153.331)	6.232	(3.517)

(i) Os prazos indicados em depósitos a prazo e letras de crédito imobiliário, estão informados conforme data de carência, podendo as suas respectivas datas de vencimento resultarem em um prazo maior do que o informado no quadro acima.

(ii) A taxa de juros praticada nos empréstimos concedidos à controladora são de 100% do CDI+2,5% a.a., enquanto as posições passivas com essa contraparte remuneram à taxa de 100% do CDI.

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração**Notas Explicativas**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) é estabelecida a remuneração máxima mensal para todos os administradores, conforme determina o Estatuto Social.

Em 20 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) ficou aprovada a remuneração global anual referente ao exercício de 2022 para os membros do Conselho de Administração e Diretoria no valor máximo de até R\$18.334.

(i) Benefício de curto prazo a administradores

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Proventos	4.143	8.377	6.445
Encargos sociais	931	2.167	1.517
Total Geral	5.074	10.544	7.962

(ii) Outros benefícios**Programa de remuneração variável – Phantom Stock Option**

O Modal, a partir do ano de 2017, instituiu um Programa de Opção de Compra de Ações do Banco na modalidade “Phantom Shares”. O plano consiste em remuneração com pagamento em caixa, não havendo, no entanto, a entrega efetiva das ações, uma vez que não haverá entrega de ações para liquidação do plano. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram estruturados cinco planos. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *Phantom Shares* outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As opções emitidas exigem um período de aquisição de 5 anos e só podem ser exercidas caso o beneficiário permaneça na companhia durante todo o período (*vested in full*), com exceção de colaboradores desligados por iniciativa do Banco e sem justa causa. Os eventos de liquidez e combinações de negócios (Nota 27) podem ser designadas como operações elegíveis à compartilhamento do benefício desse evento com os opcionistas, desde que deliberado e aprovado por exclusiva discricionariedade da diretoria executiva do Modal que também decidirá os efeitos que serão produzidos e sua extensão. O preço de exercício deve ser igual ao menor preço do patrimônio líquido do Banco na data do exercício de cada opção. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de bancos similares ao Banco em porte e operações listados nas bolsas de valores do Brasil e do exterior.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo estimado pela administração foi de R\$4.601 bruto (31/12/2021 - R\$9.689) e R\$2.531 líquido de impostos (31/12/2021 - R\$5.329). A provisão será ajustada nos períodos subsequentes na medida em que se cumpram os períodos de permanência previstos nos programas de opções.

Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções *Black-Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Programa

	2020	2021
Preço de exercício (Patrimônio Líquido da controladora)	1.264.366	1.264.366
Duração até o exercício (anos)	2	4
Taxa Livre de Risco	12,91%	12,92%
Volatilidade Anualizada Esperada ⁽¹⁾	32,69%	32,69%
Patrimônio Líquido (Controladora) da data da outorga	363.844	898.520
Percentual de outorga	0,32%	0,49%
Valor base para outorga no vencimento	3.238	1.428

1 - Nos termos do parágrafo B29 do IFRS2/CPC10, a volatilidade é determinada com base na volatilidade histórica de entidades similares listadas, para as quais existem informações disponíveis sobre preço das ações.

	2022		2021	
	%	Quantidade	%	Quantidade
Saldo em 1 de janeiro	0,693	4.877.080	2,908	1.101
Desdobramento (razão 1:9000)	-	-	0,32314	9.912.960
Concedidas	-	-	0,37002	3.055.120
Canceladas	-	-	-	-
Pagas	0,186	(1.306.440)	0,00016	(8.091.000)
Saldo em 31 de dezembro	0,507	3.570.640	0,693	4.877.080

(iii) Participação acionária**Notas Explicativas**

Em 31 de dezembro de 2022, os membros independentes do Conselho de Administração e da Diretoria possuem conjuntamente, direta e indiretamente, 56,01% (31/12/2021 – 56,00%) das ações ordinárias do Banco (Nota 17 a)).

21. Receitas de prestação de serviços

	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Comissão por consultorias e operações estruturadas	29.040	88.759	47.015
Renda com garantias prestadas (fiança)	935	1.280	4.582
Renda de serviço de custódia	785	5.304	7.207
Renda de administração e gestão de fundos de investimentos	144	3.198	2.256
Renda de tarifas bancárias	1.116	2.504	307
Rendas com serviço de pagamento	3.217	6.201	3.035
Comissão por colocação de quota de fundos	12	21	25
Total Geral	35.249	107.267	64.427

22. Outras despesas administrativas

	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com processamento de dados	28.693	49.600	24.431
Despesas com serviços de terceiros e serviços técnicos	13.077	22.291	16.941
Despesa com depreciação e amortização	25.528	43.036	19.359
Despesa com serviços do sistema financeiro	6.760	16.136	18.020
Despesa com comunicações	2.637	4.335	3.984
Despesa com viagens no país e exterior	1.392	2.662	924
Despesa de aluguéis	3.291	6.488	4.265
Despesa com promoções e relações públicas	2.240	3.434	2.305
Despesa com registros em câmaras de custódia	2.250	2.329	168
Despesa com contribuições filantrópicas	317	336	53
Despesa com serviços do sistema financeiro no exterior	682	1.400	3.067
Despesa com comissão de distribuição	320	334	87
Despesa com manutenção e conservação de bens	303	615	440
Despesa com propaganda e publicidade	2.318	4.531	14.578
Outras	4.159	7.263	5.851
Total Geral	93.967	164.790	114.473

23. Despesas tributárias

	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte – títulos incentivados	937	2.290	2.169
Imposto sobre operações financeiras	1.575	1.688	1.400
Contribuição para o financiamento da seguridade social	9.119	20.060	15.356
Contribuição ao programa de integração social	1.482	3.260	2.495
Imposto sobre serviços	1.604	5.199	3.107
Outras despesas tributárias	11	42	18
Total Geral	14.728	32.539	24.545

24. Despesas com pessoal

	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Salários e bolsa auxílio	24.292	34.970	23.992
Benefícios	3.860	5.552	7.441
Encargos sociais	5.376	9.188	4.616
Treinamento e capacitação	849	1.385	508
Despesa com pessoal	34.377	51.095	36.557
Participações nos lucros e resultados (1)	12.374	17.448	16.402
Total Geral	46.751	68.543	52.959

(1) A participação nos lucros e resultados é apurada conforme Nota 2(q).

25. Resultado de operações de câmbio

Notas Explicativas

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Varição cambial de disponibilidades no exterior	(5.329)	(43.379)	66.655
Variações e diferenças de taxas	14.826	26.110	(19.237)
Total Geral	9.497	(17.269)	47.418

26. Outras despesas operacionais

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Devedores por compra de valores e bens	-	-	1.108
Outras comissões e rebates (i)	1.962	5.691	9.926
Outras (ii)	10.946	27.924	33.417
Total Geral	12.908	33.615	44.451

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 refere-se majoritariamente, a despesas com rebates à parceiros no montante de R\$2.018 (31/12/2021 – R\$5.855), atualização monetária a pagar referente ao pagamento a prazo de aquisição de participação societária no montante de R\$2.106 e outras despesas operacionais no montante remanescente.

(ii) Refere-se, substancialmente, a despesas a título de bônus pela permanência de funcionários chave do Banco no montante de R\$0 (31/12/2021 – R\$5.484) (Nota 15), despesas com programas de pontuação e milhagens no montante de R\$3.644 (31/12/2021 – R\$3.411) e à baixa de valores a receber no montante de R\$7.813 (Nota 9 (iii), 31/12/2021 – R\$26.031), perda na realização de bens não de uso no montante de R\$6.734 (31/12/2021 – R\$0) e outras despesas operacionais no montante remanescente

27. Outras informações

(a) Combinação de negócios com a XP

Em 4 de maio de 2022, foi celebrado pelo Banco, pelo seu controlador Modal Controle Participações S.A. (“Modal Controle”), pelo Banco XP S.A. (“XP Brasil”), dentre outras partes, o acordo de associação e outras avenças definitivo (“Acordo de Associação”) em relação à operação de combinação dos negócios do Banco e da XP Brasil, conforme já anunciada por meio do Fato Relevante - 7 de janeiro de 2022 (“Operação”). O Acordo de Associação substitui o memorando de entendimentos vinculante firmado em 6 de janeiro de 2022 para todos os fins, sendo que a estrutura, termos e condições da Operação permanecem os mesmos já divulgados.

Em 20 de junho de 2022, foi aprovado pelos acionistas a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do Banco em ações ordinárias, na relação de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, com a consequente extinção da classe de ações preferenciais de emissão do Banco, em razão do deliberado o capital social passa a ser dividido em 704.200.000 (setecentas e quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cujo processo foi aprovado pelo BACEN em 8 de agosto de 2022. Em 19 de setembro de 2022, ocorreu formalmente a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias com o respectivo cancelamento das Units e efetiva migração do Banco para o Novo Mercado da B3, com a negociação das ações do Banco exclusivamente sob o código “MODL3”.

Em 8 de julho de 2022, o CADE, aprovou, sem restrições, a operação de combinação de negócios entre o Banco e a XP Brasil. A referida decisão ainda poderia ser revista pelo Tribunal do CADE, caso contrário se torna definitiva após quinze dias da publicação dessa decisão

Em 26 de julho de 2022, uma vez transcorrido em branco o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE considerou aprovado em definitivo, sem restrições, a operação de combinação de negócios (“Operação”) entre o Banco e a XP Brasil. Sendo que o fechamento da Operação ainda está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais, incluindo a homologação de forma definitiva pelo BACEN.

Em 8 de agosto de 2022 o BACEN aprovou a reforma estatutária deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de junho de 2022, na qual classifica o Banco ao segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se o Banco, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

(b) Registro na CVM e conclusão da Oferta Inicial de Ações (IPO)

Notas Explicativas

Em 22 de fevereiro de 2021, foi protocolado perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária de emissão do Banco e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), compreendendo a distribuição de inicialmente 51.050.000 Units, representativas de (i) 117.400.000 novas Ações Preferenciais a serem emitidas pelo Banco (“Oferta Primária”); e (ii) 35.750.000 Ações Ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”), em ambos os casos, a serem realizadas no Brasil, com esforços de colocação no exterior.

O Banco, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Nível 2, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), condicionada à realização da Oferta.

As Units de emissão do Banco passaram a ser negociadas no Nível 2 da B3 em 30 de abril de 2021, sob o código “MODL11” com o preço de lançamento de R\$20,01 por Unit (R\$6,67 por ação), totalizando a oferta primária em R\$783.058 (R\$752.476 líquidos das comissões dos coordenadores da oferta). A operação foi aprovada pelo BACEN em 10 de maio de 2021.

(c) Alterações estatutárias e atos relevantes

Na Assembleia Geral Especial de Acionistas Preferencialistas (“AGESP”), realizada em 20 de junho de 2022, foi aprovada, dentre outras matérias, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do Banco em ações ordinárias na relação de uma ação ordinária para cada preferencial. Nessa mesma data, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) onde, sem ressalvas, foi aprovada a migração do Banco para o segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. denominado Novo Mercado e a consequente reforma do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizadas em 20 de abril de 2022, foram aprovadas as seguintes matérias:

- As demonstrações financeiras referentes ao exercício social do Banco encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, do relatório da administração, do relatório anual do comitê de auditoria e dos comentários dos administradores sobre a situação financeira do Banco, bem como demais documentos pertinentes relativos ao exercício social do Banco encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e dos juros sobre o capital próprio, os quais foram imputados aos dividendos obrigatórios distribuídos pelo Banco;
- A remuneração global anual dos administradores do Banco para o exercício social de 2022, no valor de até R\$18.334;
- A alteração do artigo 5º do Estatuto Social do Banco para refletir o aumento do capital social decorrente da oferta inicial de ações realizada pelo Banco em 30 de abril de 2021 (Nota 17);
- A alteração do artigo 20, caput, do Estatuto Social do Banco, para prever que a Diretoria do Banco será composta por no mínimo 6 (seis) e no máximo 27 (vinte e sete) diretores, de modo a compatibilizá-la ao somatório das quantidades mínimas dos cargos de diretores;
- Ratificar as aquisições, pelo Banco, do controle acionário das sociedades Hum Bilhão e LiveOn, objeto dos comunicados ao mercado e dos fatos relevantes divulgados, respectivamente, em 03 de setembro de 2021 e 06 de outubro de 2021; e
- Ratificar o prazo de mandato da Diretoria do Banco, que se estenderá até a primeira reunião do Conselho de Administração do Banco que se realizará após a assembleia geral ordinária do Banco que deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 22 de março de 2021 foi aprovada a alteração da composição da Diretoria, composta de, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 27 (vinte e sete) Diretores, onde o Conselho de Administração designará (i) no mínimo 1 (um) e no máximo 2 (dois) Diretores Presidentes; (ii) no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) Diretores Executivos, (iii) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, (iv) no mínimo 1 (um) e no máximo 8 (oito) Diretores Operacionais e (v) no mínimo 1 (um) e no máximo 8 (oito) Diretores sem designação específica, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 22 de fevereiro de 2021 foram aprovadas as seguintes matérias para a reforma do estatuto social do Banco para adaptação às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do

segmento especial de governança corporativa, denominado Nível 2 (“Nível 2”) da B3:

Notas Explicativas

Para participar o Contrato de Participação no Nível 2 da B3, cada ação preferencial emitida pela Companhia conferirá ao seu titular o direito de voto restrito em Assembleias Gerais, exclusivo nas seguintes matérias:

- Transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia;
- Aprovação de contratos entre a Companhia e seu acionista controlador, direta ou indiretamente, sempre que, por força de disposição legal ou do Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;
- Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- Escolha de instituição/empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia para fins de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de alteração no controle da Companhia; e
- Alteração/revogação dos dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2 da B3;
- Inserção no Estatuto Social da possibilidade de os acionistas poderem, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, da ordem de 1 (uma) para 1 (uma), desde que integralizadas, observado o limite legal, mediante solicitação à Companhia, sendo os pedidos encaminhados por escrito à Diretoria que os submeterá para deliberação do Conselho de Administração;
- Instalação do Conselho de Administração a ser composto por até 9 (nove) membros e com pelo menos 20% (vinte por cento) de membros independentes, conforme critério de independência constante do Estatuto Social da Companhia;
- Alteração na composição da Diretoria, de modo que dentre os Diretores Executivos, o Conselho de Administração designará no mínimo um Diretor Presidente e no máximo dois Diretores Co-Presidentes, bem como a revisão das atribuições dos cargos e a criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores.

28. Outros assuntos – conflitos na Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia gerou sanções internacionais impostas principalmente pelos Estados Unidos e pelos países-membro da OTAN (“Organização do Tratado do Atlântico Norte”) que têm impacto na economia da região e mundial. Tais eventos podem ter um efeito adverso nos negócios e desempenho financeiro do Banco, por meio do aumento da inflação mundial, aumento dos custos de Compliance, maior volatilidade nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras e aumento nas perdas esperadas associadas ao risco de crédito de nossos clientes que negociam mercadorias, direta e indiretamente, com empresas na Rússia. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais em limitar ou encerrar suas operações na Rússia. Não esperamos impacto material em nossa posição financeira e resultados operacionais caso a situação persista ou se agrave.

29. Eventos Subsequentes

Aumento de Capital

Em 03 de janeiro de 2023, o Banco integralizou o capital social da Modal DTVM em R\$200.000 com a correspondente emissão de 200 milhões de novas quotas sociais, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) em Controladas

Ao longo do mês de janeiro de 2023, o Banco converteu AFACs realizados em controladas ao longo do exercício de 2022 em Capital Social, conforme a seguir:

Data da Conversão	Controlada	AFAC convertido	Ações/Quotas emitidas
09.01.23	Carteira Global	1.300	1.300.000 quotas
09.01.23	Vaivoa	100	100.000 quotas
09.01.23	Hum Bilhão	90	90.000 quotas
09.01.23	W2 Digital	45	45.000 quotas
11.01.23	Modal as a Service	11.851	3.007.953 ações
12.01.23	Eleven Research	13.825	1.554.738 ações

* * *

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Modal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Modal S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Modal S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de ativos financeiros com cláusula de conversibilidade, instrumentos financeiros derivativos, dos fundos de investimento em participações e fundos de investimento imobiliários (Notas 3(g), 4(a), 11.1.1 (a) e 34(c))

A mensuração do valor justo de ativos financeiros com cláusula de conversibilidade, dos instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que utiliza modelos de precificação desenvolvidos pela Administração que considera como premissa, (i) dados observáveis de mercado, como preços de mercado de instrumentos financeiros com características semelhantes, (ii) modelos matemáticos, e (iii) quando aplicável modelos e práticas de avaliação econômica utilizadas no mercado que se baseiam em premissas e dados não observáveis.

Adicionalmente, a mensuração do valor justo dos fundos de investimentos em participações e fundos de investimento imobiliários considera a adoção de premissas e julgamentos por parte da administração que envolvem elevado nível de julgamento na avaliação ao valor justo por método de fluxo de caixa descontado evolutivo e involutivo.

Neste caso são utilizados modelos desenvolvidos internamente e/ou por avaliadores externos que não se baseiam em dados observáveis de mercado. Assim, devido a relevância dos saldos dessas operações e os fatos antes expostos, consideramos que esse assunto é um principal assunto de auditoria.

Combinação de negócios (Notas 4(e) e 15.1))

A Instituição adquiriu o controle de empresas dos setores de Banking e Insurance as a Service e fusões e aquisições, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As normas contábeis requerem a identificação dos ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios quando ocorre a aquisição de controle de uma companhia, o que envolve elevado nível de julgamento e adoção de premissas e critérios para determinação do valor justo desses ativos e a determinação do montante do valor do goodwill relativo à parcela do preço não alocada.

A mensuração do preço da transação e da identificação e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos foi conduzida pela administração com o auxílio de avaliadores externos. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria devido a subjetividade na mensuração desses ativos e passivos e a relevância dos saldos dessas transações no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos controles internos, incluindo aqueles desenvolvidos pela Administração para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos ativos sem liquidez.

Para os ativos financeiros com cláusula de conversibilidade e os instrumentos financeiros derivativos, com o apoio dos nossos especialistas, efetuamos, em base amostral, o recálculo independente da valorização dos derivativos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, utilizando premissas observáveis no mercado, e quando aplicável, também analisamos a razoabilidade das premissas críticas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas de mercado.

Adicionalmente, para os investimentos em fundos de investimento em participações e fundos de investimento imobiliários, com o apoio dos nossos especialistas, realizamos o entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação, também analisamos a razoabilidade das premissas críticas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas de mercado. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos financeiros são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros:

- Leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com as aquisições, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas da efetivação da transação e aquisição de controle;
- Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a metodologia utilizada pela Instituição para mensuração a valor justo preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados pela administração e avaliadores;
- Efetuamos análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos preliminares apurados;

Com base nas informações e documentos obtidos, efetuamos ainda o recálculo da determinação do ágio apurado nas transações.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo preliminar desses ativos e passivos decorrentes das combinações de negócios são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Modal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Modal S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Modal S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

- Mensuração do valor justo de ativos financeiros com cláusula de conversibilidade, instrumentos financeiros derivativos, fundos de investimento em participações e fundos de investimento imobiliários (Notas 2(f), 2(g), 3(a), 5(a)(ii), 5(a)(iii), 5(c) e 6(h))

A mensuração do valor justo de ativos financeiros com cláusula de conversibilidade, dos instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que utiliza modelos de precificação desenvolvidos pela Administração que considera como premissa, (i) dados observáveis de mercado, como preços de mercado de instrumentos financeiros com características semelhantes, (ii) modelos matemáticos, e (iii) quando aplicável modelos e práticas de avaliação econômica utilizadas no mercado que se baseiam em premissas e dados não observáveis.

Adicionalmente, a mensuração do valor justo dos fundos de investimentos em participações e fundos de investimento imobiliários considera a adoção de premissas e julgamentos por parte da administração que envolvem elevado nível de julgamento na avaliação ao valor justo por método de fluxo de caixa descontado evolutivo e involutivo.

Neste caso são utilizados modelos desenvolvidos internamente e/ou por avaliadores externos que não se baseiam em dados observáveis de mercado. Assim, devido a relevância dos saldos dessas operações e os fatos antes expostos, consideramos que esse assunto é um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos controles internos, incluindo aqueles desenvolvidos pela Administração para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos ativos sem liquidez.

Para os ativos financeiros com cláusula de conversibilidade e os instrumentos financeiros derivativos, com o apoio dos nossos especialistas, efetuamos, em base amostral, o recálculo independente da valorização dos derivativos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, utilizando premissas observáveis no mercado, e quando aplicável, também analisamos a razoabilidade das premissas críticas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas de mercado.

Adicionalmente, para os investimentos em fundos de investimento em participações e fundos de investimento imobiliários, com o apoio dos nossos especialistas, realizamos o entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação, também analisamos a razoabilidade das premissas críticas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas de mercado.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos financeiros são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

- Combinação de negócios (Notas 3(d) e 11(b))

A Instituição adquiriu o controle de empresas dos setores de Banking e Insurance as a Service e fusões e aquisições, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As normas contábeis requerem a identificação dos ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios quando ocorre a aquisição de controle de uma companhia, o que envolve elevado nível de julgamento e adoção de premissas e critérios para determinação do valor justo desses ativos e a determinação do montante do valor do goodwill relativo à parcela do preço não alocada.

A mensuração do preço da transação e da identificação e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos foi conduzida pela administração com o auxílio de avaliadores externos. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria devido a subjetividade na mensuração desses ativos e passivos e a relevância dos saldos dessas transações no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros:

- Leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com as aquisições, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas da efetivação da transação e aquisição de controle;
- Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a metodologia utilizada pela Instituição para mensuração a valor justo preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados pela administração e avaliadores;
- Efetuamos análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos preliminares apurados;
- Com base nas informações e documentos obtidos, efetuamos ainda o recálculo da determinação do ágio apurado nas transações.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo preliminar desses ativos e passivos decorrentes das combinações de negócios são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ao Conselho de Administração do Banco Modal S.A.

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar os trabalhos e atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Modal S.A. (Modal) e de suas controladas, assim como os correspondentes resultados. As atividades do Comitê foram desenvolvidas conforme estabelecido no artigo 30º do Estatuto Social do Modal, tendo como principal atribuição o assessoramento do Conselho de Administração na supervisão das demonstrações financeiras e do ambiente de controles da instituição.

O Comitê do Modal foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional no 4.910 de 27 de maio de 2021.

RESPONSABILIDADES

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) do cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) do desempenho da auditoria interna; (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos, e (vi) da operacionalização da Estrutura de Gestão de Riscos e sua adequação.

É responsabilidade da Administração da empresa a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, é responsável pela verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

O Comitê é composto por 4 (quatro) membros com mandato de 5 (cinco) anos e foi constituído pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2021, após as aprovações regulatórias do BACEN.

ATIVIDADES DO COMITÊ DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Estatuto da Companhia prevê que o Comitê se reúna ordinariamente no mínimo a cada trimestre, conforme calendário anual das reuniões do Conselho de Administração.

O Comitê desenvolveu as seguintes atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, através de 30 reuniões realizadas ao longo do exercício com as áreas indicadas abaixo:

I. ÓRGÃO REGULADOR E AUTOREGULADOR

O Comitê tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos de órgãos reguladores realizados no exercício e das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e área de Gestão de Riscos e de Controles Internos sobre o acompanhamento dos apontamentos.

II. AUDITORIA INTERNA

O Comitê realizou reuniões para acompanhamento do Plano de Trabalho para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que abrangeu trabalhos de avaliação do controle de administração de fundos, de gerenciamento dos procedimentos de prevenção a fraude, de crédito, risco e capital, além dos trabalhos da área de tecnologia, tais como, cibersegurança, gestão de nuvem, dentre outros.

Nas reuniões foram apresentados os resultados dos trabalhos executados, relatórios emitidos com as respectivas recomendações e acompanhamento da implementação das recomendações.

As recomendações em aberto no início do exercício totalizavam 56. Ao longo do exercício de 2022, 65 novas recomendações foram reportadas e destas, 36 foram regularizadas. As recomendações em aberto são recorrentemente revistas junto às Diretorias responsáveis e ao Comitê Executivo. O Plano de Auditoria para o exercício de 2023 será apreciado pelo Comitê que irá submeter ao Conselho de Administração para aprovação.

III. CANAL DE DENÚNCIAS E OUVIDORIA

O Comitê efetuou análise das denúncias recebidas, através do Canal de Denúncias, cuja responsabilidade pelo recebimento e encaminhamento interno é da Auditoria Interna. As reclamações são direcionadas a Ouvidoria sob a responsabilidade do Departamento Jurídico.

O Comitê tomou conhecimento das estatísticas mensais da Ouvidoria, assim como dos relatórios correspondentes ao 1º e 2º semestre de 2022 emitidos pelo Ouvidor, e processo de recebimento e tratamento das reclamações recebidas pela Ouvidoria.

IV. AUDITORIA EXTERNA

O Comitê avaliou o plano e cronograma dos trabalhos para a auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (escopo e abrangência), independência e qualificação da equipe de auditoria. Os auditores externos apresentaram ao Comitê, o resultado dos trabalhos e fatos relevantes identificados, ajustes sugeridos e relatórios emitidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem comprometer sua independência.

O Comitê revisou os relatórios dos auditores independentes referentes as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, emitido sem qualificação. O Comitê, também, se reuniu com os responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

V. GESTÃO DE RISCOS, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou a estrutura e processos para gerenciamento de riscos, que versa sobre a implantação de área específica para gestão de riscos, avaliação dos controles internos, processos para gerenciamento do atendimento às normas legais e regulatórias, ações de melhoria para a Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), entre outras atividades. O Comitê, também, acompanhou os planos da Companhia para atendimento aos normativos publicados com impacto para 2022, como também, os normativos emitidos em 2022 que irão impactar mudanças em processos e estrutura da Companhia. O Comitê, no âmbito de suas atribuições de assessoramento, realizou ao longo do exercício reuniões recorrentes com a Gestora de Riscos e, como resultado de suas avaliações, entende que a Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia é adequada.

VI. CONTROLADORIA/CONTABILIDADE/TRIBUTOS

O Comitê revisou integralmente as demonstrações financeiras em 30 de junho e 31 de dezembro de 2022, incluindo as demonstrações financeiras consolidadas, e correspondentes notas explicativas, os relatórios da Administração e os Relatórios dos Auditores Independentes sobre essas demonstrações financeiras. Os temas mais relevantes nas discussões sobre as demonstrações financeiras com os responsáveis pela contabilidade, assim como com os auditores independentes, foram mensuração do valor justo de ativos financeiros com cláusula de conversibilidade, instrumentos financeiros derivativos e dos fundos de investimento em participações e combinação de negócios.

VII. OUTROS ASSUNTOS

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê também esteve envolvido no acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos seguintes assuntos: (i) implantação dos procedimentos de controle de antifraude; (ii) implantação dos procedimentos de controle de cibersegurança; (iii) acompanhamento de políticas e programas de treinamento; (iv) resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção de fraudes e práticas abusivas e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras; (v) implantação de procedimentos e controles para adequação ao SOx (Lei Sarbanes-Oxley); (vi) acompanhamento de projetos estratégicos envolvendo tecnologia (migração do data center), entre outros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes referentes ao exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, o Comitê entende que os sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras do Banco Modal S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2023.

Maria Salete Garcia Pinheiro
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Ana Cláudia Aparecida da Silva Leoni
Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração

Marcos José Rodrigues Torres
Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração

Henrique de Rezende Vergara
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores infra assinados, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras anuais do BANCO MODAL S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5 andar - parte, bloco 01, bairro Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.723.886/0001-62 ("Companhia"), declaram, nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.

Cristiano Maron Ayres
Diretor Presidente

Bruno José Albuquerque de Castro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores infra assinados, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras anuais do BANCO MODAL S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5 andar - parte, bloco 01, bairro Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.723.886/0001-62 ("Companhia"), declaram, nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.

Cristiano Maron Ayres
Diretor Presidente

Bruno José Albuquerque de Castro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores